UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E
CIÊNCIAS HUMANAS

GLÁUCIA RODRIGUES CASTELLAN

ARTESÃOS DA SUBVERSÃO
Os Trabalhadores Gráficos e o Deops:
repressão e resistência durante a Era Vargas
(1930-1945)

São Paulo
2010

GLÁUCIA RODRIGUES CASTELLAN

ARTESÃOS DA SUBVERSÃO
Os Trabalhadores Gráficos e o Deops:
repressão e resistência durante a Era Vargas
(1930-1945)

Dissertação apresentada à
Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo
para obtenção do título de
Mestre em História

Área de Concentração:
História Social

Orientadora: Prof.^a Dra.^a
Maria Luiza Tucci Carneiro

São Paulo
2010

Nome: CASTELLAN, Gláucia Rodrigues

Título: Artesãos da Subversão

Os Trabalhadores Gráficos e o Deops: repressão e resistência durante a Era Vargas (1930-1945)

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo para obtenção do título de Mestre em História

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Aos meus queridos pais Celso e Luzia.

À minha irmã Gleici.

Aos meus avós:
Agostinho (in memoriam) e Adélia (in memoriam),
Luiz (in memoriam) e Ilza.

AGRADECIMENTOS

Apresento meus especiais agradecimentos à minha orientadora, Profa. Dra. Maria Luiza Tucci Carneiro, que desde os tempos da graduação e da Iniciação Científica vem me orientando pelos “caminhos da História” com muito carinho e atenção. A sua confiança na minha capacidade de desenvolver esta pesquisa, sempre me incentivando ao desenvolvimento intelectual, a sua dedicada orientação e leitura minuciosa foram determinantes para que o projeto apresentado a três anos se tornasse realidade. É uma honra e um privilégio pertencer ao seu grupo de pesquisadores do Projeto Integrado Arquivo/Universidade (PROIN) e do Laboratório de Estudos sobre Etnicidade, Racismo e Discriminação (LEER). Sua postura, sabedoria e generosidade sempre me despertaram grande respeito e admiração, não apenas pela intelectual, mas especialmente pela pessoa.

Agradeço aos meus pais Luzia e Celso Castellan, pelo apoio incondicional, pela confiança, pelo carinho e compreensão sem os quais não teria sido possível desenvolver esta pesquisa. Com muita calma e serenidade sempre me ajudaram a resolver os problemas que pareciam não ter solução, me mostrando o melhor caminho a seguir para a concretização deste projeto.

Meus agradecimentos ao Prof. Dr. Boris Kossoy, que desde o início me mostrou a importância dos detalhes, das minúcias no trabalho de pesquisa. Lembro aqui que foi no seu curso: *Fotografia, Comunicação e Memória*, ministrado no segundo semestre de 2007, que tive a minha primeira aula em nível de pós-graduação, o que muito me orgulha.

Agradeço à Profa. Dra. Elizabeth Cancelli pela oportunidade de participar do Programa de Aperfeiçoamento de Ensino (PAE), tal experiência foi muito importante durante esta trajetória na pós-graduação. Da mesma forma que foi uma grande honra poder contar com a sua presença na minha banca de qualificação, cujos comentários e sugestões foram muito importantes no aprimoramento deste trabalho.

Meus agradecimento à Profa. Dra. Maria Helena Rolim Capelato, que gentilmente aceitou participar da minha banca de qualificação, o que muito me honrou e cujas preciosas apreciações feitas sobre o meu texto foram essências para o desenvolvimento e conclusão do trabalho.

Tantas foram as pessoas que me ajudaram durante esses três anos de pesquisa, com as quais pude contar nos momentos de dúvidas e angústias, amigos queridos que também fazem parte deste trabalho. Agradeço à Cláudia Cristina dos Santos pelo apoio desde a elaboração e entrega do projeto na Fapesp, até a agradável convivência nos cursos e a troca de experiências acadêmicas; a Edney dos Santos Gualberto pelas importantes indicações bibliográficas referentes aos trabalhadores gráficos; à Marília Dalva Klaumann Cánovas pela leitura do projeto e por todo incentivo; à Olívia Pavani, por ter sido uma ouvinte incansável e muito atenta e pela leitura da introdução; à Maria Domingues por todo apoio, auxílio e preocupação, além da sabedoria das suas palavras; a Rodrigo Rodrigues Tavares, pelas dicas e conselhos além das indicações bibliográficas e da leitura atenta da versão final.

Agradeço a Gabriel Passetti, pela amizade, toda a ajuda e incentivo desde quando o mestrado ainda era apenas um projeto e pela tradução do resumo para a língua inglesa; às minhas queridas amigas e companheiras de PROIN/LEER: Taciana Wiazovski, Priscila Ferreira Perazzo, Ismara Izepe de Souza e Mariana Cardoso dos Santos Ribeiro por toda amizade e cumplicidade, por compartilharem comigo suas experiências na pós-graduação e por terem, inúmeras vezes, me mostrado “o caminho das pedras”, além das discussões e das trocas de informações.

Minha gratidão à toda equipe do PROIN, pela gentileza e paciência, especialmente aos pesquisadores: Jefferson Alexandre da Silva e Marcelo Freitas Soares de Moraes Cruz pela digitalização de parte dos documentos utilizados nesta dissertação; e à toda equipe do projeto Arqshoah pela convivência e apoio técnico.

Agradeço aos funcionários do Arquivo Público do Estado de São Paulo, do Centro de Documentação e Memória, do Arquivo Edgard Leurenroth, do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas de São Paulo por terem sempre me atendido com muita cordialidade, auxiliando no levantamento das fontes. Agradeço também à Fapesp – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – pela concessão da bolsa que permitiu a execução desta dissertação.

Finalmente, não posso deixar de citar com carinho e saudade minha querida amiga Márcia Yumi Takeuchi (*in memoriam*), meus sinceros agradecimentos pela sua amizade e generosidade, pela companhia durante a pesquisa e em congressos que participamos, além da cumplicidade e lealdade sempre demonstradas.

Os gráficos são a pedra angular da fortaleza mais poderosa da burguesia; pedra viva, suporte consciente de única arma de guerra verdadeiramente eficaz da classe dominante e exploradora da vida. Sem a imprensa (ela, a classe dominante) é absolutamente impossível subsistir. A imprensa é tudo e tudo pode e a imprensa é o gráfico. Assim, das duas uma: ou os gráficos estão conscientes e convictos de que seu trabalho é necessário ao burguês para que ele esmague os seus irmãos das outras classes, e neste caso, a falar franco, a sua obra é odiosa... ou os gráficos estão brutalmente iludidos e cegos na cumplicidade com o inimigo. De qualquer modo, a classe gráfica é a incontestável chave da situação moral e econômica dos trabalhadores... (visto que) a imprensa faz a paz e a guerra, a ordem e a desordem, o bem e o mal, a opinião e o fato.

O Germinal. Rio de Janeiro, 1 de maio de 1919.

RESUMO

CASTELLAN, G. R. *Artesãos da Subversão. Os Trabalhadores Gráficos e o Deops: repressão e resistência durante a Era Vargas (1930-1945)*. 2010. 150 f. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

Os trabalhadores gráficos sempre foram um segmento atuante na sociedade brasileira em geral, e na paulista em particular. Nas primeiras décadas do século XX houve um notável crescimento da imprensa escrita e conseqüentemente da indústria gráfica. Tal dinamismo se deu devido à transformação pela qual passava a sociedade paulistana, que, com o desenvolvimento da indústria e a evolução do trabalho buscava padrões mais europeizados e modernizantes de cultura. O trabalhador gráfico, por ser mais alfabetizado e até mesmo mais intelectualizado que os demais profissionais do operariado, sempre exerceu uma posição de vanguarda dos movimentos e lutas sociais. Seu sindicato – a União dos Trabalhadores Gráficos – congregava não apenas gráficos, mas trabalhadores de várias outras categorias, sendo sempre um modelo a ser seguido. Por estar em constante evidência os gráficos foram sistematicamente perseguidos e vigiados pela Polícia Política, que os identificava como perigosos agitadores. Enquanto responsáveis técnicos e, até mesmo mentores dos impressos, que foram rotulados de subversivos e, por suas posturas político-ideológicas, foram vigiados e reprimidos. Com base nas fontes originais anexadas aos prontuários policiais e no jornal *O Trabalhador Gráfico*, pretendemos reconstruir parte representativa do universo desses “artesãos da subversão” identificando seus produtores entre 1930-1945.

Palavras-chave: Comunismo. Deops. Imprensa. Repressão. Resistência. Trabalhador Gráfico.

ABSTRACT

CASTELLAN, G. R. *Artisans of subversion. Graphic workers and Deops: repression and resistance during Getulio Vargas time (1930-1945)*. 2010. 150 f. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

Graphic workers have always being an active group in the Brazilian society, as well as in the São Paulo State. The first decades of the 20th century were marked by a massive expansion of the press and the graphic industry, in consequence of changes in the São Paulo State society, and Europe was the model to new work relations and culture. Graphic workers, as able to read and write, and more intellectual to other working classes, assumed a position of vanguard in debates for social change. Their syndicate, *União dos Trabalhadores Gráficos*, defended not only graphics, but workers of other categories, and turned into a model. They were technically responsible and idealized many newspapers and pamphlets, were identified as dangerous and were systematically persecuted by the politic police. Based upon original fonts attached to police archives, and in *O Trabalhador Gráfico* newspaper, it is intended here to reconstruct important parts of the universe of this “artisans of subversion”, identifying their producers between 1930 and 1945.

Key-words: Communism. Deops. Press. Repression. Resistance. Graphic Worker.

Siglas e Abreviaturas

AEL – Arquivo Edgard Leurenroth

ANL – Aliança Nacional Libertadora

APESP – Arquivo Público do Estado de São Paulo

BOC – Bloco Operário e Camponês

CEDEM – Centro de Documentação e Memória

DEOPS/SP – Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

FOSP – Federação Operária de São Paulo

LCI – Liga Comunista Internacionalista

LSN – Lei de Segurança Nacional

PCB – Partido Comunista Brasileiro

STIG/SP – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas de São Paulo

TSN – Tribunal de Segurança Nacional

UTG – União dos Trabalhadores Gráficos

UNESP – Universidade Estadual Paulista

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

Introdução	13
I – Os trabalhadores gráficos: história e lutas	21
1.1 – As reivindicações trabalhistas e as greves	22
1.2 – Operários gráficos e consciência política	35
II – U.T.G. sob suspeita	47
2.1 – A U.T.G. e o perigo dos impressos	48
2.2 – Cotidiano vigiado	56
2.3 – O jornal <i>O Trabalhador Gráfico</i>	69
III – O Deops/SP: perseguição e censura	78
3.1 – Gráfico: um suspeito em potencial	79
3.2 – Impressos: provas do crime político	111
3.3 – Formas de resistência	127
Considerações Finais	131
Fontes	134
Bibliografia	145

INTRODUÇÃO

Introdução

Esta dissertação *Artesãos da subversão. Os trabalhadores gráficos e o Deops: repressão e resistência durante a Era Vargas, 1930-1945* originou-se do inventário que produzimos em nível de Iniciação Científica Fapesp, entre 2001 e 2003, sob o título *Imprimindo a Revolução: Gráficas e Editoras Clandestinas (1924-1945)*.¹ Através de um levantamento minucioso de fontes pesquisadas junto ao Fundo Deops/SP sob a guarda do Arquivo Público do Estado de São Paulo, procuramos reconstruir parte representativa do universo do impresso clandestino identificando seus produtores e editores atuantes no período de 1924–1945.

Consideramos que, através da documentação policial e da documentação confiscada produzida pelos trabalhadores gráficos é possível reconstituir o cenário onde os gráficos atuavam como agentes sociais frente uma complexa engrenagem política. Enquanto “artesãos da subversão” os gráficos foram vigiados e perseguidos pelo Deops/SP – Delegacia de Ordem Política e Social –, que interpretava este ofício, quando relacionado às ideologias de esquerda, como perigoso à ordem pública e, por consequência, à segurança nacional.

A documentação policial permite desvendar os mecanismos de repressão acionados pela Polícia Política, um dos sustentáculos do governo de Getúlio Vargas. Através de um levantamento sistemático dos prontuários destes ativistas, foi possível reconstruir o processo pelo qual a classe gráfica se tornou imensamente “perigosa”, temida e perseguida pelos órgãos repressores, além de resgatar o seu cotidiano de lutas entre 1930-1945.

A historiografia brasileira² tem enfatizado o importante papel do trabalhador gráfico no desenvolvimento da nascente classe trabalhadora brasileira, numa época em que a grande maioria

¹ Esse projeto de Iniciação Científica foi desenvolvido junto ao PROIN – Projeto Integrado Arquivo Público do Estado/Universidade de São Paulo com bolsa FAPESP. Futuramente o resultado será publicado na série Inventário Deops. Ver CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; KOSSOY, Boris; SOBRINHO, Fausto Couto(Orgs.).*Catálogo PROIN 10 anos de pesquisas Acervo DEOPS/SP*. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2006, p. 28.

² FERREIRA, Maria Nazareth. *A Imprensa Operária no Brasil, 1880-1920*. Petrópolis: Vozes, 1978; BLASS, Leila Maria da Silva. *Imprimindo a Própria História: O Movimento dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo no Final dos anos 20*. São Paulo: Loyola, 1986; HADLER, Maria Sílvia Duarte. *Sindicato de Estado e Legislação Social: O*

da população era analfabeta. Trataram desta questão os seguintes autores abordando diferentes enfoques, fontes e periodizações: Maria Nazareth Ferreira em seu trabalho *A Imprensa Operária no Brasil (1880-1920)*, considerado um marco nos estudos referente aos trabalhadores gráficos analisa a imprensa operária em São Paulo durante a Primeira República e sua importância para a comunicação da classe operária. Complementar a esse trabalho temos *Imprimindo a Própria História: O Movimento dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo no Final dos anos 20*, de Leila Maria da Silva Blass, estudo que relata as principais reivindicações e greves da União dos Trabalhadores Gráficos durante a década de 1920 mostrando seu posicionamento político e desmistificando a idéia de atraso e desorganização da classe operária brasileira.

Outro trabalho referente aos operários gráficos foi produzido por Maria Silvia Duarte Hadler intitulado *Sindicato de Estado e Legislação Social: O Caso dos Gráficos Paulistas nos anos de 1930*, cujo enfoque principal é a implantação do sindicalismo na década de 1930 com especial destaque à União dos Trabalhadores Gráficos e sua ação junto às classes operárias. Importante também é o estudo de Yara Maria Aun Khoury *Edgard Leuenroth uma Voz Libertária: Imprensa, Memória, e Militância Anarco-Sindicalista*, que ressalta a importância do gráfico e jornalista na constituição da memória anarco-sindicalista por meio de uma proposta de respeito às liberdades e às vontades individuais nas décadas de 1920 e 1930.

Temos também a dissertação de mestrado apresentada em 2009 por Edney dos Santos Gualberto *Vanguarda Sindical: União dos Trabalhadores Gráficos (1919-1935)*, onde o autor discute a posição de vanguarda da União dos Trabalhadores Gráficos no sindicalismo paulista e brasileiro por ser esse sindicato o ambiente mais freqüentado pela liderança operária nas décadas de 1920 e 1930.

Os gráficos – graças à natureza do seu ofício –, sabiam ler e escrever e estavam freqüentemente em contato com as ideologias políticas em evidência nas primeiras décadas do século XX tais como socialismo, anarquismo e comunismo, que questionavam a realidade social

Caso dos Gráficos Paulistas nos anos 1930. Campinas: Dissertação de Mestrado – IFCH/Unicamp, 1982; KHOURY, Yara Maria Aun. *Edgard Leuenroth uma Voz Libertária: Imprensa, Memória e Militância Anarco-Sindicalista*. São Paulo: Tese de Doutorado – FFLCH/USP, 1988; GUALBERTO, Edney dos Santos. *Vanguarda Sindical: União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo (1919-1935)*. São Paulo: Dissertação de Mestrado – FFLCH/USP, 2009.

do operariado e do regime republicano brasileiros. Este perfil, se por um lado, os colocava numa posição de destaque frente aos demais trabalhadores, por outro chamava a atenção da Polícia Política – o DOPS³ – dedicada ao saneamento político-ideológico da sociedade brasileira como um todo, pautada nas diretrizes do governo autoritário varguista.⁴

A “nova” República, expressão articulada pelos governantes a partir de 1930, tinha como um de seus preceitos o controle da cultura, no qual a censura se prestava como o principal mecanismo para o saneamento ideológico. O objetivo era de impedir a circulação de idéias ditas “subversivas” e que contestasse a ordem pública e social imposta pelos então “revolucionários de 30”, dentre os quais Getúlio Vargas, Góes Monteiro, Oswaldo Aranha, entre outros. O Estado, ao exercer a função de agente social monopolizava os mecanismos formais de controle e o exercício físico de repressão sobre os cidadãos rotulados de indesejáveis por suas idéias e comportamento.⁵

Nesse contexto temos, de um lado o discurso da resistência e de outro o da repressão que, expressam as ideologias em constante estado de tensão.⁶ No caso do Brasil durante o governo

³ Com o objetivo de sistematizar o uso da sigla DOPS e Deops estaremos empregando a DOPS para nos referirmos ao órgão policial em nível federal, com sede no Rio de Janeiro. Deops/SP será empregada para o segmento estadual com sede em São Paulo, Capital. Importante lembrar que, ao longo de sua trajetória, o Deops/SP recebeu diferentes denominações, ora como delegacia ora como departamento da Secretária de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Ver AQUINO, Maria Aparecida de; MATTOS, Marco Aurélio Vanucchi Leme de; SWENSSON JÚNIOR., Walter Cruz (Orgs.); ARAÚJO, Lucimar Almeida de; KLAUTAU NETO, Orion Barreto da Rocha (Co-organizadores). *No Coração das Trevas: O Deops/SP Visto por Dentro. Dossiês Deops/SP: radiografia do autoritarismo republicano*, v. 1, São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, Imprensa Oficial, 2001.

⁴ Segundo Hannah Arendt, o autoritarismo seria um estágio anterior ao totalitarismo, regime caracterizado pela organização de indivíduos atomizados e isolados, baseando-se em sua essência, no terror e na propaganda político-partidária. Através da propaganda, os regimes totalitários, assim como os autoritários, procuravam isolar a massa do mundo real, mobilizando-a não através de fatos, mas sim da coerência dos mesmos com o sistema do qual elas fazem parte. Para Arendt, a propaganda seria um instrumento do totalitarismo para enfrentar um mundo exterior não-totalitário, o terror, pelo contrário, seria a própria essência de sua forma de governo. Sobre esse assunto ver: ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo – Anti-Semitismo, Imperialismo e Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 411-445.

⁵ De acordo com Canetti: o caráter definitivo da ordem é a causa da pouca reflexão a seu respeito. Aceita-se a ordem como algo que sempre existiu; ela parece tão natural quanto imprescindível. Ver: CANETTI, Elias. *Massa e Poder*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 13-14.

⁶ Para Marilena Chauí, as ideologias são caracterizadas pela homogeneização da sociedade, pela petrificação do tempo histórico e pela existência de um objeto específico não determinado cronologicamente, o qual tem o intuito de mobilizar a população e, da mesma forma, torná-la passiva. CHAUI, Marilena. *Conformismo e Resistência: Aspectos da Cultura Popular no Brasil*. 3ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 38-47. Por sua vez a historiadora Elizabeth Cancelli considera que o discurso tenta apagar qualquer vestígio de divisão social, de luta de classes, ou para ir mais longe, tenta apagar o espaço público, na medida em que nega a esfera do político. A massa social, portanto, reconhecendo-se através do sentimento, nem tem a si própria como engendradora da pluralidade (condição do homem enquanto ser político), nem como capaz de mover-se contra a disciplina do não-atrito. CANCELLI, Elizabeth. *O Mundo da Violência: a polícia na Era Vargas*. Brasília: Ed. UNB, 1993, p. 13.

Vargas, a resistência reside na negação da ideologia propagada pelo regime autoritário, transcendendo conceitos homogeneizadores (nação, pátria, etc.) e evidenciando as distinções étnicas e sócio-econômicas dos grupos sociais.

Ao constatar tal distinção, as frentes de resistência (socialistas, anarquistas, comunistas, antifascistas entre outras) propunham a mutação dos meios de produção, das relações de trabalho, até mesmo, do regime político. Observa-se, desse modo, o embate político entre o Estado limitador – que controla a cultura e impõe a “ordem pública” – e os “subversivos da ordem” que contestam o sistema, opondo-se ao projeto político homogeneizador.⁷ No caso do primeiro governo de Getúlio Vargas, o Estado pretendia impedir a circulação de idéias ditas “perigosas” à Segurança Nacional além de impor a versão oficial dos fatos através do seu Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) criado em 27 de dezembro de 1939.⁸

Para sustentar o ideário autoritário defendidos por Getúlio Vargas e a maioria dos membros do seu governo, a Polícia Política valia-se de uma lógica própria investindo sistematicamente contra os grupos da resistência. Assim, ganha forças o conceito de estigma que, inserido em um universo político-social, servia para justificar a repressão aos cidadãos considerados “indesejáveis”. Da mesma forma, ser gráfico, significava possuir uma “marca” identificada com a pecha de anarquista ou comunista que servia para caracterizar o crime político.⁹ Tais estigmas enquanto um instrumento de discriminação legitimado pelas relações de poder eram endossados por parte da população mal informada e doutrinaada pelo Estado varguista. Este, através de uma versão maniqueísta, transmitia a idéia de ser o “salvador” da Nação, “pai dos pobres” e Getúlio Vargas líder solidário com as parcelas excluídas da sociedade.¹⁰

⁷ PEREIRA, Márcia Guerra; FIGUEIREDO, Míriam Beatriz Collares; REZNIK, Luis. A Reconstituição do Acervo. In: *DOPS: A Lógica da Desconfiança*. 2.^a edição, Rio de Janeiro: Secretária de Estado da Justiça/Arquivo Público do Estado, 1996.

⁸ CAPELATO, Maria Helema Rolim. *Multidões em Cena. Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo*. Campinas: Papirus, 1998; GUIMARÃES, Silvana Goulart. *Sob a Verdade Oficial – Ideologia, Propaganda e Censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

⁹ Segundo Erving Goffman, estigma mantém um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo com sentido profundamente depreciativo. GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998, p. 42.

¹⁰ De acordo com Tucci Carneiro, a ignorância facilita a persistência de certos mitos que, em doses homeopáticas, foram sendo assimilados e modernizados ao longo de séculos. Daí o mito ariano, de pureza da sangue, do homem cordial brasileiro, do judeu errante, et.. CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. A Retórica da Intolerância. In: LEWIN,

Dessa forma, a prática da profilaxia social viabilizava a repressão aos vários segmentos ideológicos, graças à ação do corpo policial, dos censores oficiais e dos colaboracionistas (agentes do povo). Enquanto braço repressor do Estado, o Deops/SP promoveu uma sistemática perseguição político-ideológica contra diferentes comunidades étnicas, partidos políticos e grupos sociais rotulados de “inimigos em potencial”. Conseqüentemente, a exclusão desses grupos era justificada como uma medida de defesa aos princípios morais e de segurança apresentados como necessárias à Nação brasileira.¹¹

O projeto homogeneizador do Estado tinha como meta impedir a circulação de idéias ditas “perigosas” à ordem política e social. Para tanto, deveria detectar os promotores destas idéias e suas estratégias de propaganda junto às classes trabalhadoras. Importante ressaltar que, desde o final do século XIX, os gráficos já carregavam o estigma de serem “anarquistas” e “agitadores” principalmente por pertencerem à uma grande parcela dos imigrantes europeus. Parte deles, em seus países de origem, haviam tido contato com doutrinas políticas ditas “exóticas”, dentre as quais o socialismo e o anarquismo. Esta experiência, certamente, lhes valeu uma certa consciência de classe atrelada a propostas por melhores condições de trabalho e, conseqüentemente, de vida.¹²

Também se faz necessário abordar os antecedentes que serviram de base para a formação do trabalhador gráfico, assim como avaliar a influência que este grupo exercia sobre os demais segmentos do mundo do trabalho, bem como, as estratégias de organização e consciência de classe, que influenciou aos demais setores do nascente operariado urbano. Os ativistas gráficos enquanto militantes das frentes de resistência formaram um significativo segmento da liderança socialista, anarquista e comunista. Além de imprimirem jornais operários, eram, muitas vezes, os agentes da mobilização e os divulgadores dos ideários “proibidos” multiplicados através da técnica de impressão. De acordo com Boris Fausto,

Helena (org.). *Judaísmo, Memória e Identidade*. Vol. 11. Rio de Janeiro: Ed. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, p. 225.

¹¹ De acordo com Anthony Giddens, em cada caso um governante ditatorial transforma um sistema simbólico preexistente em uma base ideológica consolidada de governo, acompanhado pelo invasivo da coerção para suprimir dissidências. GIDDENS, Anthony. *O Estado-Nação e a Violência*. São Paulo, Edusp, 2001, p. 315.

¹² FERREIRA, Maria Nazareth. *A Imprensa Operária no Brasil 1880-1920*. Petrópolis: Vozes, 1978.

o jornal se constituiria num dos principais centros organizatórios anarquistas e de difusão da propaganda. Veículo de expressão escrita transforma-se também com frequência em veículo oral, ao ser lido em voz alta para os trabalhadores analfabetos.¹³

Os jornais se prestavam como um espaço de sedição¹⁴ responsável pela construção do discurso da resistência que, inúmeras vezes, era difundido por meio da ação dos trabalhadores gráficos. Daí eles serem avaliados pelo Deops/SP como subversivos em potencial, uma vez que, além do conhecimento político-ideológico, possuíam também os suportes técnicos necessários para difundir e propagar suas mensagens.

Considerando tal posicionamento no contexto político do primeiro governo Vargas procuramos organizar esta dissertação em três capítulos. No primeiro capítulo - Os trabalhadores gráficos: história e lutas – reconstruímos a forma de organização social e política dos gráficos antes e depois da vitória da Aliança Liberal. Apresentamos a ação dos gráficos desde a década de 1920 e suas reivindicações trabalhistas, além de procurar discutir a sua consciência de classe atrelada às suas ações políticas.

No segundo capítulo - U.T.G. sob Suspeita – apresentamos alguns aspectos significativos da história da União dos Trabalhadores Gráficos, suas influências e militantes, especialmente aqueles que foram sistematicamente vigiados pela polícia. Sem perder de vista o seu cotidiano de lutas, valorizamos a análise do jornal *O Trabalhador Gráfico*, enquanto porta-voz da classe. Da mesma forma priorizamos avaliar as mudanças ocorridas após a promulgação da Lei de Sindicalização de 1931 tanto na U.T.G. quanto naquele periódico.

¹³ FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social 1890-1920*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 91.

¹⁴ Quando nos referimos à “espaços de sedição” partimos do conceito utilizado por Robert Darnton de que deve-se entender sedição não como uma tomada de armas nem como uma violência esporádica contra as autoridades, e sim como um desvio que, mediante o texto e no texto, se instaura com relação às ortodoxias do regime político, ou seja, ao conjunto das crenças aceitas, das razões comuns, dos discursos de legitimação que eram considerados os fundamentos do governo instituído. Portanto não estamos afirmando que a simples leitura dos textos proibidos acarretaria numa tomada de consciência e conseqüentemente na organização de um levante, mas a presença constante desses textos, a longo prazo, seria capaz de minar a ideologia vigente em seus pilares, pois apresentava novas opiniões, recusava as normas, suspeitava das autoridades e recusava as hierarquias. DARNTON, Robert. *Edição e Sedição. O Universo da Literatura Clandestina no século XVIII*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992, p. 11.

No terceiro capítulo – O Deops/SP: perseguição e censura – abordamos a intensa e constante perseguição empreendida pelo Deops/SP contra os gráficos. Optamos por relacionar alguns casos pesquisados junto aos prontuários policiais ressaltando o acirramento da repressão após 1935 – por conta do levante comunista idealizado pela Aliança Nacional Libertadora –, quando inúmeros gráficos foram presos e grande parte das oficinas gráficas invadidas, fossem elas legais ou clandestinas. Neste momento foram apreendidos todo maquinário tipográfico, bem como a produção ali encontrada, exemplares expressivos do conceito de crime político.

I - Os trabalhadores gráficos: história e lutas

1.1 - As reivindicações trabalhistas e as greves

Os trabalhadores gráficos foram pioneiros em inúmeros aspectos, dentre os quais o de participar ativamente da organização dos operários no início da industrialização brasileira, saída encontrada para enfrentar as dificuldades impostas pelo mundo do trabalho. Primeiramente surgiram as sociedades operárias de socorros mútuos inspiradas em “modelos associativos já elaborados no processo de industrialização europeu”.¹⁵ Essas primeiras mutuais, criadas por iniciativa de trabalhadores estrangeiros e nacionais, “datam de 1872 e 1873, quando existiam três sociedades desse gênero, formadas respectivamente, por membros da colônia alemã, artífices gráficos e assalariados diversos”.¹⁶ No entanto, esse mutualismo brasileiro não pode ser considerado como o precursor do sindicalismo na forma como o identificamos, por se tratar de um movimento voluntário de ajuda aos trabalhadores. Nesse sentido, o princípio fundamental dessas mutuais era melhoria das condições de vida dos associados e não a contestação política ou a reivindicação social.

Foi nos anos de 1920 que os gráficos de São Paulo passaram a figurar como agentes sociais no cenário operário, desempenhando importante papel político. Segundo Dulles, demonstravam “alto grau de combatividade e de organização em prol da execução das leis sociais promulgadas pelo Estado.”¹⁷ A U.T.G. liderou a luta operária pela conquista efetiva do código de menores, proteção ao trabalho das mulheres, férias anuais, salário mínimo profissional, dentre outros problemas que atingiam a todo o operariado urbano. Com os gráficos não seria diferente, visto serem parte de uma sociedade em transformação.

A posição de vanguarda assumida por essa classe de trabalhadores teve um dos seus momentos importantes quando, em 7 de fevereiro de 1923, os gráficos paulistas se declararam em greve.¹⁸ Tal greve, de acordo com Dulles, “revelou uma força fora do comum para os sindicatos

¹⁵ SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado*. São Paulo, Dominus Editora/Edusp, 1966, p. 160.

¹⁶ Ibidem, p. 161.

¹⁷ BLASS, Leila Maria da Silva. *Imprimindo a Própria História: o movimento dos trabalhadores gráficos de São Paulo no final dos anos 20*. São Paulo: Loyola, 1986, p. 19.

¹⁸ A data de 7 de fevereiro se tornou emblemática, pois a partir de 1923 passou a ser comemorada como o Dia do Gráfico.

operários de seu tempo.”¹⁹ Os motivos que levaram à greve foram a não aceitação por parte dos proprietários das indústrias gráficas, da tabela de salários mínimos elaborada pela U.T.G. no final de 1922. Tal tabela reivindicava aumentos de 20% para salários abaixo de 7\$000 e 15% para os demais tendo como base os maiores aumentos concedidos ao funcionalismo público.²⁰ Junto a essa proposta salarial incluía-se também a abolição do trabalho sobre contrato, a jornada de trabalho de 8 horas, o descanso semanal remunerado e a proibição do trabalho noturno para mulheres e menores.

As reivindicações dos gráficos foram publicadas no *O Trabalhador Graphico* de 7 de fevereiro de 1923, uma semana após o início da greve. Junto a elas foram apresentadas também as justificativas que levaram à paralisação, pois, segundo o jornal o aumento pedido seria pequeno frente à situação de carestia enfrentada, situação essa sabida e reconhecida pelo governo uma vez que concedeu percentuais de aumento superiores aos funcionários públicos. Além desse problema havia outro, também denunciado pelo jornal, os aumentos abusivos e ilegais dos aluguéis e dos gêneros alimentícios, tendo se tornado o pão um artigo de luxo para os operários. Como continuar a viver assim? Era essa a pergunta feita pelos gráficos.

Que querem elles [gráficos]? Que pleiteiam? Apenas um pequeno augmento de salários. Será exagerado um augmento de 20 ou 25% quando o próprio governo do Estado, reconhecendo a situação que atravessamos, distribui entre os funcionários públicos porcentagem duas ou três vezes maior; quando os senhorios augmentam, apesar das disposições legais em contrario, os já suffocantes aluguéis; quando o café sobe 1\$000 em kilo, e quanto é necessário considerar o pão como um artigo de luxo? Será exagerado esse insignificante augmento? Absolutamente, não.²¹

Se o aumento de salário reivindicado não era exagerado, mas sim justo, não era isso que consideravam os proprietários das oficinas gráficas, pois para não atrasar os pedidos já assumidos começaram a contratar gráficas sediadas fora da cidade de São Paulo, como Campinas e Ribeirão Preto, para a execução dos trabalhos. Entretanto, os gráficos paulistas apelaram para a solidariedade entre os companheiros de ofício para que não aceitassem trabalhar para os patrões acreditando em promessas que não seriam cumpridas, e pior, tendo traído a luta então em curso.

¹⁹ DULLES, John W. Foster. *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977, p. 169.

²⁰ Ibidem, p. 170.

²¹ “A parede dos Graphics”, São Paulo, 14/02/1923, *O Trabalhador Graphico*, p. 1. Cedem/Unesp.

Tal luta seria justa porque os “industriais” teriam todos os direitos e os trabalhadores apenas deveres. De acordo com *O Trabalhador Graphico* apenas os primeiros podiam manifestar-se, associar-se, exigir seus direitos e defender seus interesses livremente, aos segundos cabia trabalhar sem protestar e contentar-se com os baixos salários como se o regime ainda fosse aquele anterior à Lei Áurea – a escravidão!

A referência à escravidão serve de contraponto para a argumentação de que os tempos não seriam mais aqueles, uma vez que “subjugar uma classe que tem consciência do que vale” seria muito mais difícil. E consciência os gráficos tinham pois convocavam a todos os trabalhadores em greve para permanecerem na mesma atitude, “calma”, que a vitória viria de forma natural. Especialmente por terem sido levados à essa atitude extrema não por vontade própria, mas pela “ganância dos industriais” e por ainda conservarem o espírito escravocrata quando as relações de trabalho não mais estavam pautadas pela escravidão, mas sim por um regime de trabalho livre e assalariado.

Os srs. industriaes têm todos os direitos. Os operário só têm deveres. Aquelles podem protestar, exigir, associar-se, reclamar, defender os seus ‘interesses’. Os operários, como succede agora com os graphics, devem trabalhar, contentar-se com a parca retribuição que recebem, não protestar, nada pedir, sujeitar-se, enfim, ao saudoso regimen em vigor antes da lei de 13 de Maio.

Os tempos, porém, mudaram. Não é tão fácil subjugar uma classe que tem consciência do que vale.

Os graphics, si persistirem na attitude em que se acham, calma, naturalmente, vencerão a contenda a que foram arrastados pela ganância e pelo espírito escravocrata dos srs. industriaes.²²

Toda essa agitação no início dos anos 20 se deveu a inúmeros fatores que contribuíram para o agravamento de crises já em curso. De acordo com Edney dos Santos Gualberto²³, essa década trouxe uma fase de tensão e instabilidade para a classe operária, acompanhada em primeiro plano pelos crescentes aumentos do custo de vida em decorrência da crise econômica do pós-guerra. Tal época coincide ainda com a criação, em 1922, do Partido Comunista Brasileiro, o

²² “A parede dos Graphics”, São Paulo, 14/02/1923, *O Trabalhador Graphico*, p. 1. Cedem/Unesp.

²³ GUALBERTO, Edney dos Santos. A Classe Operária Vai ao Paraíso. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *São Paulo Metrópole das Utopias. Histórias de Repressão e Resistência no Arquivo Deops*. São Paulo: Lazuli/Companhia Editora Nacional, 2009, p. 158.

que agravou ainda mais a situação uma vez que além da repressão policial, a classe operária se viu obrigada a conviver com a opressão exercida pelos patrões e empresários sob a conivência do Estado. Para a elite nacional o início da década também trouxe muitos problemas como cisões dentro de seu seio, que, até aquele momento, era predominantemente agrária e conservadora.

Para o autor houve um possível enfraquecimento do princípio de autoridade abalada pela carência de leis constitucionais e a infiltração comunista que colocavam em questão a situação do Estado republicano, pressionado pelo iminente perigo do crescimento das classes subalternas. As greves tornavam-se freqüentes e valorizadas enquanto arma de protesto e reivindicação contra todas as formas de exploração por parte dos patrões. A legislação existente não satisfazia as necessidades do proletariado, agravados pela instabilidade governamental e do empresariado pressionado pelo descontentamento dos trabalhadores, que careciam de melhorias nas condições de vida e trabalho.²⁴

A greve dos gráficos de 1923 integra esse cenário econômico, político e social. A U.T.G. congregava seus associados e os incentivava a continuar a luta, ainda que as pressões para a volta ao trabalho fossem intensas. Foi justamente nesse sentido que os dirigentes da U.T.G. decidiram organizar o “Brilhante Festival de Propaganda” anunciado com grande destaque na primeira página do *O Trabalhador Graphico* de 14 de fevereiro de 1923. Esse festival seria realizado no sábado, dia 17 de fevereiro no salão Celso Garcia, pela U.T.G. em benefício dos “cofres sociaes”. A partir do anúncio tomamos conhecimento do programa cuja abertura teria início com o hino da *Internacional* executado por uma orquestra:

- 1- A Internacional, hynno dos trabalhadores, pela orchestra;
 - 2- Conferência sobre o actual movimento da classe, por um companheiro;
 - 3- Será levado á scena um emocionante drama, por diversos associados;
 - 4- Um acto variado;
 - 5- Uma bem organizada kermesse.
- Terminará com um baile familiar
- N.B. – Os portadores dos bilhetes correspondentes aos 3 primeiros números sorteados, receberão 3 valiosos prêmios.
- O presente convite dá direito ao ingresso de um cavalheiro acompanhado de uma ou mais damas.²⁵

²⁴ Ibidem, p. 158.

²⁵ Anúncio: “Brilhante Festival de Propaganda”. *O Trabalhador Graphico*, São Paulo, 14/02/1923. Cedem/Unesp.

Interessante notar que o festival sob organização da U.T.G., como o próprio nome diz, era um festival de propaganda que visava difundir o nome da entidade de classe promotora, especialmente porque os benefícios arrecadados seriam revertidos para os “cofres sociaes”. Fato importante uma vez que num período de greve como aquele tal reserva poderia ser de grande ajuda aos associados em maiores dificuldades.

Nota-se que o programa do evento é variado com o objetivo de ser o mais abrangente possível. Começava com a execução do “hino dos trabalhadores” – *A Internacional* –, seguido de uma conferencia proferida por um companheiro que pudesse relatar a situação do movimento grevista em curso. Em seguida, vinha a encenação de um drama cujos protagonistas seriam alguns dos associados, em meio a uma bem organizada “kermesse”. Para terminar, um baile familiar.²⁶

Esses eventos visavam a propaganda política com ênfase no entretenimento enquanto instrumento de conscientização daqueles que ali estivessem. A escolha do hino *A Internacional* não era aleatória, nem a conferência sobre a greve ou sequer a encenação teatral. Tratava-se de entretenimento com cultura – leia-se proletária –, além de promover a confraternização desses trabalhadores. Através do lazer podiam tornar-se mais unidos e solidários com as causas comuns que os afligiam, função que a “kermesse” cumpria atraindo com a distribuição de prêmios sorteados para os participantes.

De acordo com Raquel de Azevedo, a programação dos festivais apresentava certa uniformidade, constando basicamente de: abertura por orquestra, conferência, teatro (drama e/ou comédia e ato variado. Essa programação mantinha-se invariável desde o início do século, tanto em seu aspecto formal quanto no conteúdo apresentado. A permanência da mesma estrutura do

²⁶ Um grande número de peças produzidas por operários pode ser consultado junto ao Artquivo Miroel Silveira, sob a guarda da ECA/USP. Este acervo vem sendo inventariado por um grupo de pesquisadores coordenados pela Profa. Dra. Maria Cristina Costa. Outros exemplos inéditos podem ser consultados junto aos prontuários do fundo Deops/SP, no Arquivo Público do Estado.

festival teria a função de estabelecer laços com o passado, numa demonstração de persistência ideológica, mas também de manutenção da identidade cultural.²⁷

Jornal publicado durante a greve dos gráficos em 1923. *O Trabalhador Gráfico*, São Paulo, 14 de fevereiro de 1923, p. 1, Cedem/Unesp.

²⁷ AZEVEDO, Raquel. *A Resistência Anarquista. Uma questão de identidade (1927-1937)*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2002, p. 152.

Nessa época, João da Costa Pimenta era o secretário geral da U.T.G., que devido ao cargo que exercia, pode demonstrar a sua capacidade como organizador do movimento em curso. Passados alguns dias da declaração de greve e, mesmo após algumas indústrias gráficas terem concordado com as reivindicações, a greve estava longe de terminar, pois outros setores declaram apoio aos gráficos como, por exemplo, os empregados nos cafés de São Paulo, os tecelões, os alfaiates, os empregados em hotéis. Todos reivindicavam melhores salários e condições de trabalho. A reação da polícia foi imediata prendendo os líderes de cada associação.

Entre os gráficos, João da Costa Pimenta foi intimado a comparecer à Delegacia e, mesmo tendo sido aconselhado pelos companheiros a não ir, o fez sendo preso imediatamente. Com o intuito de dificultar a sua libertação, a polícia o encaminhou para o Rio de Janeiro, deixando seus companheiros sem notícias em São Paulo. Foi libertado, uma semana depois, graças à intercessão de simpatizantes do movimento grevista e amigos. De volta à São Paulo, esteve à frente do final vitorioso da greve: uma a uma, as indústrias foram assinando o acordo com os grevistas. O termino da greve foi celebrado em 24 de março de 1923 por toda imprensa operária. O jornal *O Trabalhador Gráfico*, publicado mensalmente, saía diariamente durante o período da greve. Finalizados os protestos, o jornal tornou-se irregular.

Embora a greve de 1923 tenha representado uma vitória, as condições de trabalho ainda estavam longe de ser ideais. Em 23 de março 1929 os gráficos paulistas iniciaram uma outra greve, a mais longa de sua história: 72 dias. Foi considerada pelas autoridades como ilegal, de finalidades políticas, culminando com o fechamento da U.T.G. e a prisão de toda sua comissão executiva. De acordo com as declarações de João da Costa Pimenta, o PCB teria sido o mentor. E foi o mesmo PCB que considerou a greve vitoriosa ao seu final, ainda que o comitê de greve tivesse aceito o “pouco” que havia conseguido dos industriais gráficos. Os gráficos paulistas, por sua vez, consideraram o acordo uma grande derrota.²⁸

²⁸ DULLES, John W. Foster. *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977, p. 312-315.

O TRABALHADOR GRAPHICO

ORGAN DA UNIÃO DOS TRABALHADORES GRAPHICOS DE S. PAULO

BOLETIM DA GREVE

BOLETIM DE 30-3-929

Mau grado toda a actividade dos sindicatos lynces da Ordem Politica e Social, os graphicos continuam cohesos e disciplinados, obedecendo com firmeza e confiança ás palavras de ordem do Comité de Greve.

Ainda hontem realizaram mais um comicio pleno em ponto determinado desta cidade, o qual esteve animadissimo. E', symptoma significativo de natureza e consciencia na massa: os oradores sahiram da propria massa, com excepção do que abriu o comicio, mandado pelo Comité de Greve!

Ita vem patear-se o seguinte: o grau de consciencia dos trabalhadores graphicos e a impossibilidade de qualquer autoridade atrahitaria, por mais violencias que empregue, conseguir deter a marcha da greve e submeter-nos ao regime de fome, que é desejo rancozoso dos magnatas da industria grafica.

Nada disso se dará. Nós não voltaremos para as officinas como escravos. Não retomaremos o trabalho sem que nossos direitos sejam reconhecidos tacitamente pelo patronato, sem que as leis que elles vêm burlando sejam reconhecidas e cumpridas honestamente; sem que os nossos mesquinhos salarios sejam augmentados de accordo com a tabella!

Então os srs. industrias podem gozar as suas férias de mezes no Guarujá, em Cambuquira, em Poços de Caldas, na Europa, e nós não podemos descansar esses escasos 15 dias anualmente?...

Então, elles podem gozar placidamente a vida num ambiente de conforto e de riqueza e nós não podemos obter esses 15 dias anualmente para descansar nossos musculos, para retemperar nossos nervos, para oxigenar nosso sangue anemiado, vitalizando-o com novos globulos vermelhos?...

Temos que ser escravos sem remissão de meia dúzia de magnatas da industria, de meia dúzia de desalmados vampiros?

As leis são para nos tapar ou para serem cumpridas? São para escarnecer de nós ou para serem applicadas?

Auxilio material aos graphicos em greve

O Comité de Greve deliberou o seguinte:

Do dia 2 de abril p. f. em diante, serão auxiliados todos e quaisquer companheiros que necessitem de auxilios. Esses auxilios serão feitos com a distribuição de cartões que será feita pela Commissão para esse fim no meado, existindo em cada bairro da cidade armazens que fornecerão os respectivos generos.

E' dever de todo companheiro em greve procurar os seus respectivos representantes, sciificando-os se necessitam ou não, do auxilio referido, dando tambem o numero exacto dos componentes de suas familias sustentados por elle.

As casas que por qualquer motivo não têm ainda o seu representante devem immediatamente escolher o mesmo e esse deve apresentar-se a um dos militantes graphicos ou a um dos representantes de outras casas que irão pô-los em contacto com o Comité de Greve.

Os representantes recentemente escolhidos devem trazer as seguintes informações: a) Nome da casa que representa; b) A secção; c) Numero dos operarios que representa; homens, mulheres, menores; d) Numero dos casados; e) Numero dos solteiros; f) Quem dos casados vae recorrer aos auxilios; g) O numero de pessoas em cada familia; h) E' o unico sustentador da familia? i) Quem dos solteiros vae recorrer aos auxilios; j) E' o unico sustentador da familia? (Não tem aqui parentes?).

Quando o proletariado fazia greves violentas, respondendo á violencia com a violencia, a burguezia declarava que nós sabiamos da legalidade e era por isso que nos prendiam, torturavam, martyrizavam.

Agora que as greves são feitas dentro de todas as normas legais e pacificas e reclamamos o cumprimento de leis votadas no Congresso Nacional — somos igualmente perseguidos, presos, torturados...

Mas, que é isto, então?

Ha ou não ha justiça para o pobre? Ha ou não ha direitos para o trabalhador?

Se ha justiça para o pobre, soltem nossa comissao executiva, nossos companheiros presos, deixem reunir-nos em nossa sede.

Se ha direitos para o trabalhador — dêem-nos o que reclamamos, o que a lei nos concede, algumas gotas dos rios de suor que derramamos no trabalho com que enriquecemos e engordamos os industrias.

E' isto o que pensam, a "una voce", os graphicos de S. Paulo, como aliás todos os trabalhadores de S. Paulo, todo o proletariado de Brazil.

Ou nos dão o que a lei determina, o que o legislador somitigemente nos concede — ou, então, os trabalhadores desalludidos de vez terão de organizar-se de outro modo para conquistarem os direitos que lhes roubaram.

Os industrias roubaram-nos os 15 dias de férias a que temos direito. E, como reclamamos, a policia, acumpliciada com os ladrões, prende-nos, nega a um juiz a nossa prisão, ameaça-nos, martyrizá-nos, fecha a sede do nosso Syndicato, e declara que a nossa reclamação é ANTIPATHICA!

Povo de S. Paulo! Eis quem governa e explora!

Trabalhadores, nossos irmãos! Cerrae fileiras em torno das nossas reivindicações!

O COMITE DE GREVE.

Um molosso da burguesia Por que entramos na luta Mostrou-nos os dentes!

O "Estado de S. Paulo", grande tubarão da burguezia, jornal francamente reaccionario apesar de suas tintas de liberalismo, veio hontem com uma nota mystificadora condemnando o movimento de consciencia dos graphicos.

Diz elle que a greve é um meio de "coacção" ao patronato, para o "obrigar" a attender ás nossas reivindicações.

Nós revidamos. A greve não é coacção. Os industrias, forçando-nos a trabalhar por salarios irrisorios, salarios de fome, obrigando-nos pela miséria a trabalhar por salarios mesquinhos, é que nos coagem.

A greve é, pois, a unica defesa dos trabalhadores contra os exploradores do seu brago.

O "Estado" fala ainda em "alteração de contratos". Mas, que contratos são esses?

O de escravo viver eternamente agilhado, trabalhando para meu senhor, pelo facto de ter nascido escravo?

O operario firmou algum contrato com seu amo? Assignou algum compromisso com os industrias? Quem impõe o salario é sempre o patrão. O operario só pode optar entre o salario mesquinho que lhe oferecem e o desemprego.

Em certos paizes da legislação adelantada, ha os contratos de trabalho. O redactor do "Estado" leu isso águiles. E, de vitiva sentenciou: Aqui ha contratos de trabalho, e portanto os graphicos devem sujeitar-se áquillo que contrataram.

O "Estado" ainda torce o periodo de uma das clausulas do Memorial, tirando conclusões erroneas e absurdas.

Nós queremos que nas officinas haja técnicos DE FACTO e não de FACHADA, como hoje se dá. Chefes incompetentes, que sabem menos que aprendizes, mas que occupam aquellos postos porque vivem de adulações, de baixezas, de intrigas, de delações, encobrindo a sua incapacidade com a capa repellente das perseguições á seus companheiros.

Queremos o contróle sobre a aprendizagem para evitar abusos e protecções indecentes de parte de chefes e gerentes.

Queremos a interferencia da U. T. G. nos conflitos para evitar perseguições e desconsiderações aos companheiros, partidos dos adulações, dos delatores e dos puxa-sacos dos gerentes.

Talvez isso não agrade ao "Estado". Mas é o que tem que dar-se.

O reinado despótico dos "meninos bonitos", gerentes ou não, que tudo resolvem segundo os seus hysterismos ou as suas hemorrhoides tem que ter um fim, como tem que ter um fim os salarios de fome, a recusa do cumprimento da Lei de Férias, da Lei de Menores, da Lei de Accidentes e de outras leis que o "Estado", em doutoraes artighaços de seus collaboradores elogia e propugna; mas que na pratica não cumpre, não respeita, não pratica.

Ao "Estado" falta autoridade para falar ao povo.

E' melhor que cale, senão referirmos as misérias que se passam em suas officinas.

Alguns organs da burguezia e seus la caios mais fieis atacam-nos dizendo que somos exigentes, que queremos COAGIR os patrões a acceder ás nossas "exigências" e outras mystificações descaradas.

Sabiam esses escravocratas e sangue-sugas das energias e vitalidade dos trabalhadores, que entramos na luta para o seguinte:

— Para que nossos filhos não trabalhem as mesmas horas que os adultos.

— Para que as nossas filhas, irmãs e companheiras não ganhem menos que os homens pelo mesmo serviço executado.

— Para não sermos "blefados" nos 15 dias de férias anuais.

— Para não continuar a respirar um ar infeccionado nas officinas.

— Para que os nossos filhos não continuem a envenenar-se com os acidos e drogas intoxicadoras sem que se lhes ministrem os meios de se livrarem do mal por meio de antidotos.

— Para ter a liberdade de reclamar assistencia quando feridos ou machucados no serviço.

— Para não continuar no regimen vegetariano do pão e banana ao almoço.

— Para não continuar a morar num quatinho na maior promiscuidade familiar e até com pessoas estranhas.

— Para não morar em porões a tres ou quatro metros abaixo do sólo, onde nossos filhos contrõem as tubercúlozes que os matam leutemente e entusiasmam a nossa companheira.

— Para desmascarar o humanitarismo hypocrita dos rotarianos e eugénistas do patronato sem consciencia e sem coração.

— Para pôr um paradeiro a tantos vexames e oppresses, da parte dos chefes, gerentes e patrões.

— Para não continuar a ganhar salarios de fome, salarios irrisorios, enalacerados de dividas, attribulados em casa pelas doenças e miséria reinante, vendo nossa familia morrer aos poucos, sem lhe poder acudir, devido á nossa situação de perenne necessidade.

— Para não trabalhar dia e noite, esgotando-nos do serviço, afim de poder levar um pouco de conforto a nossos filhos ou poder comprar um terno de roupa.

— Para ter, enfim, vida de gente e não de burro, sem descanso e sem alimento.

Se esses patrões são de facto christãos e acreditam em Deus e numa vida além da sepultura, num Omnipotente que vigia as acções dos homens, devem attender ao nosso Memorial. Não acceder é provar que elles são uns malvados, mercedores da maldição de Deus, uns sclerados dignos sómente do fogo eterno.

Companheiros e companheiras: não recuemos um passo sequer em nossas justas reivindicações. Sempre unidos, para sermos fortes. Desunidos os patrões nos collocarão a corda ao pescoço.

Nada de desanimos!

AYMORE'.

A postos trabalhadores graphicos que a nossa victoria será um facto.

Entretanto, nesses seis anos que separara a greve de 1923 da paralização de 1929 algumas mudanças ocorreram no campo das leis sociais. A lei de férias foi aprovada pelo Congresso em 1925, mas já estava na pauta de discussões havia mais de oito anos. Esta lei obrigava os empresários a concederem 15 dias de férias aos seus empregados, sem qualquer prejuízo no salário. Mas a lei era desrespeitada, pois não haviam sido criados os meios que viabilizassem o seu cumprimento.

Destaque para a Conferência sobre o Trabalho em Genebra e também a frase de Washington Luis: “A questão social no Brasil é uma questão de polícia”. *O Trabalhador Gráfico*, São Paulo, 5 de julho de 1925, p. 1. Cedem/Unesp.

Em 1927 temos, por um lado, a promulgação da lei que regulamentava o trabalho dos menores, proibindo o trabalho noturno, mas por outro temos o decreto que ficou conhecido como Lei Celerada. Foi idealizada por Aníbal de Toledo, que explicou a sua pertinência: teria em seu poder “graves documentos bolchevistas que talvez justificassem plenamente uma legislação mais rigorosa para defender a ordem política brasileira contra os planos subversivos da Terceira Internacional.”²⁹ Essa lei foi assinada em 12 de agosto de 1927 e considerada como uma das mais violentas medidas repressivas e de censura à liberdade do pensamento na legislação brasileira: autorizava o governo a fechar por tempo determinado as agremiações, sindicatos, centros ou entidades que praticassem crimes ou atos contrários à ordem, moralidade e segurança pública, além de vedar-lhes a propaganda, impedindo a distribuição de escritos ou suspendendo os órgãos de publicidade que se dedicassem a isso.³⁰ No entanto, a Lei Celerada nada mais fazia do que dar forma legal às ações do governo Republicano que, desde 1889, investia contra qualquer oposição à nova ordem.³¹

Do lado dos gráficos, as reivindicações giravam em torno do cumprimento das leis sociais decretadas pelo governo e a luta por melhores condições de trabalho e higiene nas oficinas. Segundo a versão dos patrões e autoridades oficiais, tais reivindicações não tinham sentido, pois com frequência, os gráficos “se envenenavam com ácidos e drogas intoxicadoras”, para depois pedir que as oficinas lhes fornecessem os antídotos devidos.³²

As condições de trabalho nas oficinas eram descritas pelos trabalhadores gráficos como péssimas, beirando a insalubridade, especialmente nos pequenos estabelecimentos gráficos onde a falta de espaço obrigava a que todas as tarefas fossem realizadas na mesma sala. Os acidentes de trabalho eram também muito frequentes, de acordo com a historiadora Maria Silvia Hadler, sendo que a fotogravura representaria uma seção perigosa porque os operários eram obrigados a manipular ácidos minerais e orgânicos, anilinas, xilol, benzinas, bicromatos... Essa realidade tornava frequente a possibilidade de intoxicações, queimaduras e dermatoses. Os gráficos

²⁹ DULLES, John W. Foster. *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977, p. 274.

³⁰ Ibidem, p. 273.

³¹ MARTINS, Ana Luiza. Sob o signo da censura. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias Silenciadas. História da Censura no Brasil*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 2002, p. 155-179.

³² *O Trabalhador Gráfico*, 30 de março de 1929, p. 1. Cedem/Unesp.

também estavam sujeitos a conjuntivites e cataratas, devido à ação direta dos raios ultra-violeta e infra-vermelhos provenientes de lâmpadas não protegidas devidamente. O calor das caldeiras dos linotipos e da fusão do chumbo dava origem às termoses.³³ Aliado a todo esse quadro não podemos nos esquecer da falta de assistência médica fato comum entre os trabalhadores do século XX.

O debate em torno da questão social intensificou-se no período anterior a 1930 graças à movimentação operária que se caracterizava pela luta por melhores condições de trabalho, a jornada de 8 horas, o descanso semanal remunerado, as férias, a regulamentação do trabalho das mulheres e dos menores, os aumentos de salários e a instituição de um salário mínimo.

A ascensão de Getúlio Vargas ao poder em 1930 marcou a crise do sistema social da Primeira República, baseado na agro-exportação. Isso gerou uma crise de hegemonia política, pois “nenhuma das frações das classes dominantes teve condições de assumir o controle exclusivo da política de Estado”,³⁴ o que facilitou um processo de reordenamento das relações entre as classes e destas com o Estado. Exemplo disso foi a lei de sindicalização assinada em 19 de março de 1931 que regulava os direitos e deveres dos operários e patrões, assim como definia a constituição de sindicatos, a formação de federações e confederações. Por essa lei ficava proibida, dentro das organizações sindicais, “toda e qualquer propaganda de ideologias sectárias, de caráter social político ou religioso, bem como de candidaturas a cargos eletivos estranhos à natureza e finalidade das associações”.³⁵ Devendo ainda, cada sindicato recém constituído, solicitar junto ao Ministério do Trabalho o seu reconhecimento. Sendo proibido aos associados a participação em sindicatos internacionais. Da mesma forma que eram obrigados a “cooperar com o Poder Público na aplicação das leis que regulariam os meios de dirimir conflitos suscitados entre patrões e operários”³⁶.

³³ HADLER, Maria Silvia Duarte. *Sindicato de Estado e Legislação Social: o caso dos gráficos paulistas nos anos 1930*. Campinas: Dissertação de Mestrado – IFCH/Unicamp, 1982, p. 71-72.

³⁴ Ibidem, p. 4.

³⁵ DULLES, John W. Foster. *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977, p.375.

³⁶ Ibidem, p. 375.

Tal lei exercia um alto grau de controle desde a constituição das associações até o seu funcionamento cotidiano culminando com o esvaziamento político dos sindicatos.³⁷ Temos a implantação de um regime de repressão que promoveu reformas com o firme objetivo de combater o comunismo e controlar as massas. O conjunto de leis sociais foram sendo promulgadas no imediato pós-1930, as mesmas que em 1943 comporiam as Leis do Trabalho. Com essas leis tornou-se institucionalmente difícil – ou impossível –, a existência de um sindicalismo independente da tutela do Estado. Com a implantação do sindicalismo corporativo, temos a intervenção do Estado de maneira sistemática nas relações de trabalho. Entre os anos de 1930-1935 foram sendo criadas as condições para o enquadramento dos sindicatos nos limites idealizados pelo Estado. A U.T.G., nesse aspecto, nos chama a atenção, pois desenvolvia uma atuação de marcada oposição à política sindical do Estado até, pelo menos, o início de 1934 quando decidiram pelo requerimento, junto ao Ministério do Trabalho, da sindicalização oficial.

Ainda que na década de 1920 houvesse a preocupação com a questão social – uma vez que houve uma “legislação trabalhista” ainda que precária –, a grande diferença após 1930 é que não se buscou apenas dar continuidade à uma política de caráter social, mas sim a criação de um corpo de leis trabalhistas cujo objetivo era de impor uma solução política para o problema social. Solução que implicou na elaboração de uma política de vigilância e repressão ao movimento operário, cujo eixo estava centrado na implantação de uma política sindical controlada pelo Estado.³⁸

A necessidade de subordinar e disciplinar o trabalho deve ser interpretada como expressão de um regime autoritário direcionado para o controle do operariado. Segundo a versão oficial, os trabalhadores não deveriam ficar sob a influência de ideologias que primassem pela subversão da ordem estabelecida. Com a implementação dessa política o Estado visava a eliminação dos conflitos e a construção de uma sociedade ordenada e harmônica. A grande preocupação estava em minar as reivindicações operárias que poderiam perturbar a ordem social. De acordo com Zélia Lopes da Silva, em meio ao processo de construção desse projeto contribuições vindas de outros espaços foram sendo incorporadas, como a proposta de oficialização dos sindicatos

³⁷ SIMÃO, Aziz. *Sindicato e Estado*. São Paulo: Dominus Editora/Edusp, 1966, p. 40-41.

³⁸ HADLER, Maria Sílvia Duarte. *Sindicato de Estado e Legislação Social: o caso dos gráficos paulistas nos anos 1930*. Campinas: Dissertação de Mestrado – IFCH/Unicamp, 1982, p. 21.

sustentados por uma estrutura corporativista, o que, tornou-se um importante instrumento de combate contra o sindicalismo autônomo, principal obstáculo à domesticação da sociedade.

A autora ainda afirma que, nessa conjuntura, é possível identificar não apenas a participação da burguesia industrial nesse processo, de forma afirmativa, como, além disso, detectar as suas propostas que apontam no sentido da concretização de um amplo projeto de reordenamento da sociedade, tendo como eixo a industrialização, e que tinha por objetivo à dissolução da luta de classes. Tal projeto já estaria em andamento desde a segunda década do século XX, iniciando-se no espaço da fábrica para, em seguida, projetar-se para a sociedade, impondo um novo papel ao Estado que, ao viabilizar a gestão do mercado na força de trabalho, através das leis sociais, redefine o modelo de dominação.³⁹ Daí a manutenção de um discurso de exaltação à política de proteção ao trabalho e ao trabalhador por parte do poder constituído. Vemos aqui uma forte relação entre a elaboração de uma legislação trabalhista com uma política de controle implementada pelo Estado.⁴⁰

³⁹ SILVA, Zélia Lopes da. *A Domesticação dos Trabalhadores nos anos 30*. São Paulo, Marco Zero, 1990, p. 9.

⁴⁰ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em Cena. Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo*. Campinas, Papirus, 1998; CANETTI, Elias. *Massa e Poder*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

1.2 - Operários gráficos e consciência de classe

Dentro da indústria gráfica a quantidade de trabalhadores analfabetos era muito pequena devido à exigência de saber ler e escrever que certos cargos pressupunham. Poucas eram as funções que não se exigiam a alfabetização como, por exemplo, o cargo de encadernador ou de operador de guilhotina em que eram necessários conhecimentos técnicos e não intelectuais. Outro fator que diferenciava o setor gráfico dos demais diz respeito à questão da remuneração. Enquanto outros ramos como o têxtil, por exemplo, pagava salários muito baixos devido a pouca qualificação da mão-de-obra e também graças à divisão do trabalho favorecida pela introdução de equipamentos mais modernos. A indústria gráfica contava ainda com técnicas artesanais e máquinas pouco sofisticadas exigindo maior qualificação da mão-de-obra e conseqüentemente salários mais altos, além de que o ramo gráfico não exigia muita divisão do trabalho.

No entanto, os salários mais altos pagos aos operários gráficos não significavam que alguns setores não sofressem por receber uma remuneração mensal insuficiente. Este era o caso dos gráficos aprendizes remunerados com os baixos salários e que eram, em sua maioria, menores de idade que trabalhavam para completar a renda familiar. Fato que não era tão comum entre os gráficos mais experientes que, por possuírem rendimentos maiores, podiam gozar de certas regalias como manter os filhos freqüentando a escola.

A partir da documentação pesquisada, especialmente os jornais produzidos pela U.T.G., notamos que desde a sua fundação em 1904 – tornando-se referência para as demais corporações –, e mais tarde quando foi re-fundada em 1919 para a partir daí funcionar em caráter permanente, a U.T.G. atuou como um espaço aberto para as mais variadas ideologias políticas. Seus membros nem sempre partilhavam os mesmos credos políticos, realidade que gerava acaloradas discussões, debates, convergências e divergências, uma “colcha de retalhos” ideológica unida por uma consciência de classe.⁴¹ Desde o início, os gráficos tiveram a pretensão de representar o operariado de São Paulo, uma vez que suas ações não ficavam restritas apenas aos anseios e reivindicações dos trabalhadores da classe. Exemplo desta postura é a elaboração dos estatutos da

⁴¹ HOBBSBAWN, Eric J.. *Mundos do Trabalho. Novos Estudos sobre História Operária*. Rio de Janeiro: 3ª. ed. Revista, Paz e Terra, 2000, p.33-53.

classe gráfica que, em 29 de julho de 1919, buscou compilar as principais reivindicações do proletariado paulista. De acordo com o art. 2º. dos seus estatutos:

A U.T.G., tendo por objetivo promover o melhoramento econômico, moral e intelectual da classe, concitando-a para a realização de uma luta inteligente e ampla em favor da sua emancipação integral, aceita como princípio basilar da sua existência, a luta de classe, e declara que intervirá nela utilizando os meios de ação próprios e especiais da organização operária; e de acordo com este propósito, manifesta a sua solidariedade com todas as associações de trabalhadores, sejam da classe ou não, que aceitem e mantenham iguais princípios.⁴²

Interessante notar que o objetivo da U.T.G. era “promover o melhoramento econômico, moral e intelectual da classe”, mas a partir de “uma luta inteligente”, para que seus membros fossem integralmente livres. O que nos chama a atenção é a preocupação em promover também um desenvolvimento intelectual e não apenas econômico e moral. Pois, apenas dessa forma os líderes consideravam ser possível a formação de trabalhadores mais intelectualizados, conscientes e conseqüentemente livres, para dessa forma promover a “luta inteligente”, ou seja, uma luta organizada e que desse os frutos esperados, as melhorias das condições de trabalho e vida.⁴³

Portanto, apenas estes trabalhadores poderiam lutar e reivindicar seus direitos. É esse aspecto que nos chama a atenção, uma vez que, tendo a classe gráfica assumido essa posição de vanguarda frente à luta operária, somente ela poderia se declarar solidária para com as demais organizações de trabalhadores que professassem os mesmos princípios, o que nesse sentido traria mais força e legitimidade para a luta.

Os operários gráficos tinham consciência da sua função no seio do operariado paulista, da sua posição de vanguarda e liderança, assim como a sua compreensão da “luta de classes”. Isto graças ao seu desenvolvimento intelectual e político. Não por acaso a sede da U.T.G. foi palco

⁴² Estatutos da União dos Trabalhadores Gráficos. *Pront. 577, União dos Trabalhadores Gráficos*, vol. I, fl. 2. Deops/SP. APESP.

⁴³ Nossa argumentação está baseada nos conceitos de E.P.Thompson de que: “A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais.” THOMPSON, E. P.. *A Formação da Classe Operária Inglesa. I A Árvore da Liberdade*. Rio de Janeiro: 3ª. ed., Paz e Terra, 1997, p. 10.

de inúmeros debates políticos e conferências sobre os problemas do proletariado como expressa a pequena nota publicada em 1 de maio de 1932 no jornal *O Trabalhador Gráfico*:

Conferências Culturais

A C.E. da U.T.G., pugnada pela cultura intelectual da corporação, fará realizar proximamente uma série de conferências de cultura intelectual. Para esta realização a C.E. da U.T.G. convidará diversos intelectuais, identificados com as aspirações do proletariado.⁴⁴

A comissão executiva da U.T.G. estava preocupada com a “cultura intelectual” de seus associados, aliás como sempre foi o diferencial dos gráficos. Entretanto, não se tratava de qualquer cultura, mas sim especificamente aquela que pudesse ser proferida por “intelectuais identificados com as aspirações do proletariado”. Esta importante distinção nos apresenta o direcionamento político dado à essas conferências, pois trata-se de uma cultura intelectual intimamente ligada à conscientização do trabalhador que necessariamente deveria estar relacionada com as ideologias identificadas como de esquerda. Esses intelectuais deveriam falar sobre essas doutrinas, inspirar-lhes a leitura dos teóricos e aguçar-lhes a percepção das injustiças sociais impostas pelo sistema capitalista, fosse na forma de inflamados discursos, ou através de contos elaborados em linguagem muito simples, mas que atendia ao objetivo de sensibilizar os trabalhadores, a “estória” contada sintetizava as agruras do cotidiano num discurso cuidadosamente elaborado.

Da mesma forma, que o anúncio das “Conferências Culturais” temos logo abaixo, na mesma página do jornal uma nota direcionada aos trabalhadores gráficos desempregados:

És graphico? Estás desempregado?

Existe em nossa sede a ‘Bolsa de Trabalho’, que recebe comunicação das vagas que se verificarem nas oficinas, por intermédio dos companheiros que lá trabalham; essas vagas só serão preenchidas pelos companheiros inscriptos nessa repartição da U.T.G.⁴⁵

A partir dessa nota podemos considerar o quanto os dirigentes da U.T.G. valorizavam a inscrição dos gráficos em seu sindicato, pois era a partir da promoção de eventos – como as

⁴⁴ Anúncio: “Conferências Culturais”. *O Trabalhador Gráfico*, 1 de maio de 1932, p. 4. CEDEM/UNESP.

⁴⁵ Anúncio: “És graphico? Estás desempregado?” *O Trabalhador Gráfico*, 1 de maio de 1932, p. 4. CEDEM/UNESP.

“Conferências Culturais”, bailes, festivais –, e vantagens como a “Bolsa Trabalho” que se pretendia não apenas a adesão ao sindicato, como também a leitura atenta do jornal, órgão máximo para a divulgação das reivindicações, das conquistas, dos informes e benefícios, ou seja o elo de ligação do gráfico com o sindicato.

O operário gráfico precisava estar atento e consciente do seu pertencimento a uma entidade que estava preocupada com o seu bem estar, principalmente nos momentos mais difíceis quando lhe faltava trabalho. E, é essa sensação de pertencimento e amparo, por um lado, que a nota acima nos apresenta, e por outro a idéia de solidariedade e união entre companheiros de um mesmo ofício, pois o desemprego poderia acometer qualquer trabalhador. No entanto, se estivesse filiado à U.T.G. e lendo seu jornal, as dificuldades seriam menores, segundo discurso propagado por seus líderes.

A idéia era transmitir confiança e credibilidade, uma vez que o sindicato aglutinava (ou pelo menos pretendia), todos aqueles que exerciam a função de gráfico. Em certo sentido, se procurava incutir na mentalidade desses trabalhadores, ainda que num aspecto *micro*, o lema: *Proletários de todos os países, uni-vos!*, cujos resultados eram esperados no *macro*, ou seja, abrangendo todos os proletários, uma vez que apenas unidos poderiam lutar e almejar conquistas capazes de alterar a realidade.

COLLABORAÇÃO ALIEMÁ

AN DIE DEUTSCHEN ARBEITER IM GRAPHISCHEN GEWERBE.

Genossen!

Das deutsche Proletariat, bekannt als das fortgeschrittenste der ganzen Welt, ist noch immer dem Rufe der Klassen-solidarität gefolgt. Hier in Brasilien, erfordert es unsere Pflicht, an der Seite unserer brasilianischen Arbeitsbrüder fuer die Verbesserung der Arbeitsverhältnisse in unserem Gewerbe sowohl, als auch der ganzen Klasse, mitzuarbeiten. Dass die internationale Klassen-solidarität nicht nur eine schöne Idee, sondern vielmehr noch eine uns aufgezwungene praktische Notwendigkeit ist, brauche ich keinem deutschen Arbeiter im graphischen Gewerbe zu erklären. Es scheint aber notwendig immer und immer wieder selbst deutsche Arbeiter auf die wenigen hier bestehenden Klassenorganisationen aufmerksam zu machen.

Selten sind die deutschen Genossen, welche aus eigener Initiative uns suchen um sich uns anzuschließen. Immer und immer wieder hoert man geringschätzig von der hiesigen Arbeiterbewegung unter deutschen Arbeitern sprechen. Wer nur ein ganz klein wenig vom Marxismus kennt, mueste wissen, dass die Kräfte des Proletariats mit dem Wachsen der Industrie steigen. Wenn man die Grösse der sich hier langsam entwickelnden Industrie als Grundlage nimmt, so muss man als denkender Arbeiter nur stounenwieviel gerade die Union dos Trabalhadores Graphics schon geleistet hat. Wer die wirtschaftlichen und politischen Grundlagen kennt, worauf sich der Streik des Jahres 1923 aufbaute, kann der zielbewussten Führung einerseits und der Klassendisziplin der hiesigen Arbeiter andererseits, nur die allgeroeste Achtung entgegenbringen.

Parteilichkeit ist die U. T. G. nicht gebunden. Wir stehen auf dem Standpunkt, dass die Interessen der Mitglieder die gleichen sind wie die des gesamten internationalen Proletariats. Soweit andere Organisationen diesen Punkt als die Grundlage ihres Programmes anerkennen, werden wir sie immer unterstützen.

Hundert von Genossen koennte man antuehren die zeigen, dass die elementarste Notwendigkeit jeden Arbeiter zwingen sollte seiner Klassenorganisation beizutreten. Ist es wirklich noetig erst auf die sozialen Einrichtungen hinzuweisen, die sich doch bei einer Arbeiterorganisation durch die Klassen-solidarität von selbst verstehen. Arbeitsnachweis, Unterstützung im Falle von Arbeitslosigkeit oder Krankheit, Rechtsberatung und Vertretung in arbeitsrechtlicher Beziehung usw. usw. Durch die Pflege der Geselligkeit, durch Sport und Spiel will die U. T. G. die Arbeitsgenossen einander naeher bringen. Der Lesesaal mit einer grossen Bibliothek und vielen Zeitungen steht jedem Arbeiter, auch Nichtmitgliedern, zur Verfuegung. Je mehr der Verband Mitglieder hat um so mehr kann er natuergemass leisten. Dafuer noch ein kurzes Beispiel.

Vor einigen Wochen wurde bei einem hiesigen Unternehmen ein graphischer Arbeiter wegen zu hohem Alters entlassen. Der Genosse war nie Mitglied des Verbandes. Seit 30 Jahren im Dienste ein und desselben Unternehmers, war er 30 Jahre lang gut genug seinem "Herrn Chef" Profit zu bringen. Jetzt wo er alt ist wirft man ihn wie eine ausgepresste Zitrone zur Tuer hinaus. Die Vertreter der U. T. G. im Betriebe haben im Namen des Verbandes mit bewogenen Worten versucht den Chef der Firma zu veranlassen die Entlassung rueckgaengig zu machen. Vom Geldsack kann man hoechstens Zynismus erwarten. Sie wurden abgewiesen. Die Mehrheit der dort beschaeftigten Graphiker sind nicht organisiert. Infolgedessen koennen die Vertreter des Verbandes nicht im Namen der

Mehrheit des Betriebes handeln. Trotz dem hoft der Verband noch Mittel und Wege zu finden um dem alten Genossen sein Recht zu verschaffen. Allerdings wird das schwer halten, aber dem Herrn Unternehmer duerften doch einige Unannehmlichkeiten daraus erwachsen. Waeren alle Genossen solidarisch geeint und organisiert, dann waere es ein Kinderspiel dem Auswanderer das Handwerk zu legen. So aber machen sich die Arbeiter, die dem Verband fernbleiben, mitschuldig wenn einer ihrer Genossen im Alter am Hungertuch nagen muss. Sie denken nicht daran, dass auch sie einmal in wirtschaftliche Not kommen koennen, wo ihnen der Judaslohn, den sie sich bisher verdient hatten, zum Verhaengnis werden kann.

Dabei ist der monatliche Beitrag so gering und wird ausserdem noch nach dem Verhaeltnis des Verdienstes berechnet, dass wirklich diese kleine Aus-

gabe keinem ein Hindernis sein kann dem Verband beizutreten. Der Verband ist kein Profitinstitut, sondern eine Gemeinschaft wirtschaftlich Gleichgeteilter die sich auf dem Prinzip der Solidarität aufbaut. Jeder graphische Arbeiter und jede Arbeiterin, die sich selbst aus unserer Gemeinschaft ausschliesst, beschuldigen sich selbst damit des Verrates an ihrer Klasse. Die Tragweite des Schadens, den sie sich damit selbst zuzuegen, ist gar nicht zu ermesen.

Deswegen Genossinnen und Genossen die Ihr als die Juenger Gutenbergs oder Senefelders berufen seid die Intelligenz, die Vorhut des Weltproletariats zu sein, kommt zu uns.

Arbeiter Schulten und Schulten mit uns am Aufbau einer neuen Welt, damit wir ohne die Gnade Gottes frei werden koennen, aus unserer eignen Kraft. Deutsche Genossen im graphischen Gewerbe, lasst die Worte Wirklichkeit werden die Karl Marx vor mehr als 80 Jahren der Arbeiterschaft der ganzen Welt zurief:

PROLETARIAT ALLER LAENDER VEREINIGT EUCH!

FRITZ

Vida economica da U. T. G.

Resumo financeiro do mez de Junho e do segundo semestre de 1931

	Receita	Despesa	Deficit	Saldo
Junho	721\$000	1:081\$800	360\$800	—
Julho	755\$000	995\$700	240\$700	—
Agosto	1:192\$700	1:372\$400	179\$700	—
Setembro	974\$000	1:392\$800	418\$800	—
Outubro	1:030\$000	1:282\$700	252\$700	—
Novembro	651\$000	519\$100	—	131\$900
Dezembro	467\$000	1:345\$600	882\$800	—
Carteiros	1:014\$000	775\$000	—	239\$000
Distintivos	315\$000	375\$000	59\$000	—
TOTAL	7:120\$700	9:144\$300	2:394\$500	370\$800
Saldo anterior				465\$700
Por conta do Festival Esportivo de 6/7/931				800\$000
Saldo do balancete de desempregados				1:869\$300
TOTAL				3:505\$900

SALDO PARA 1932: — 1:111\$400

Declaração da Comissão Revisora

Verificamos os balancetes de Junho, Julho, Agosto, Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro, achando tudo de conformidade, como também dos Festivaes e Auxilios aos Desempregados.

A Comissão Revisora:

São Paulo, 10/2/932.

BALANCETE DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA DO MEZ DE JANEIRO DE 1932

RECEITA: de Saldo anterior 1:111\$400; do Departamento de 'Imprensa' - Auxilio aos Desempregados 50\$000; de 348 sellos de 25000 696\$000; de 37 sellos de 15 37\$000; de 33 cartelas 99\$000; de 4 distintivos 8\$000; Total 2:001\$400.

DESPESA: a Antonio Castilho - Agua e Luz (Set., Out., Nov. e Dez.) 183\$900; a Luiz Gresi - 100 cartelas 160\$000; aos Irmãos Wardergorn - Prestação dos moveis 100\$000; de conformidade com o Art. 13 dos Estatutos 29\$000; a Electricista 4\$500; a Auxilio por doença 14\$000; a Transporte do Secr. Geral a serviço da U. T. G. 10\$000; a Leopoldo Paes - Impressos 13\$500; ao Sindicato dos Pauleiros - 3 ingressos 6\$000; a Artigos electricos - 5 fuzivels 4\$800; a A. Pauperio - Impressos 5\$400; a Serviço de correspondencia postal 5\$000; a Braz Imparato - Impressos 8\$000; a Cia. Light - Bonde 1\$000; a Di-

versas Despesas 6\$900; Saldo 1:430\$300; Total 2:001\$400.

BALANCETE DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA DO MEZ DE FEVEREIRO DE 1932

RECEITA: Saldo anterior 1:430\$300; do G. Carnavalesco S. Paulo - Alu-

guel da sala 82,32 130\$000; de uma subscrição, pró-presos e deportados 200\$000; de Herminio B. Lopes - Aluguel do salão (p. conta Outubro) 163\$900; do mesmo - Aluguel de Janeiro 50\$000; de 254 sellos de 2\$ e de 75 sellos de 1\$ 583\$000; de 21 cartelas 63\$000; Total 3:066\$200.

DESPESA: a Casa Luso-Brasileiros - Parafusos p. Biblioth. 26\$000; a Typ. Excelsior 25\$000; a Cia Light - Bonde 8\$200; a Luiz Videiras - 14 cuspidelras de madeira 8\$000; a Casa Pratt - Fita para machina 10\$000; a Miguel Grassi - Material electrico 15\$000; ao Depart. de Censura - Alvará mensal 16\$000 a S. B. A. T. Drentis Autoras (2/2/932) 20\$000; a Miguel Peixe - Por conta do debito 40\$000; a Roque Gilpoli - 1 éstante para jornaes 60\$000; a Cesar Boschli - Encad. de 2 livros 9\$000; a Cia. Light - Luz de Janeiro e Fevereiro 141\$400; a Typogr. Republica - 1 litro de tinta 10\$000; a Repartição Postal 5\$200; a Repartição Telegraphica 6\$900; aos Irmãos Wardergorn - Prestação dos moveis 100\$000; a Alfredo D'Enrico - Dactylographo (Fevereiro) 30\$000; a s/a P. Nardelli - Corda e aluguel do plano (Dez., Jan., Fev. 1930\$000; a Typ. Leopoldo Paes - Impressos 114\$000; a J. Baptista de Souza - Aluguel da sede e consumo de agua (Janeiro) 930\$000; a Diversas Despesas 16\$000; Saldo .. 397\$900; Total 3:066\$200.

O Thezoureiro
J. Campos

NOTA: Por falta de espaço deixamos de publicar o balancete do festival realizado no dia 26 de Março do corrente anno, mas damos entretanto o resultado que é: Receita 1:402\$000; Despesa 694\$200; Saldo: 718\$800.

DR. D. D'AMBROSIO MEDICO

Operações — Partos Clínica Geral

Avenida Rangel Pestana, 385
Telephone, 9-0017

DAS 13 A'S 15 HORAS
S. PAULO

Conferencias Culturais

A C. E. da U. T. G., pugnada pela cultura intellectual da corporação, para realizar proximoamente uma serie de conferencias de cultura intellectual.

Para esta realização a C. E. da U. T. G. convidará diversos intelectuaes, identificados com as aspirações do proletariado.

E's graphico? Estás desempregado?

Existe em nossa sede a "Bolsa de Trabalho", que recebe comunicação das vagas que se verificarem nas oficinas, por intermedio dos companheiros que lá trabalham; essas vagas só serão preenchidas pelos companheiros inscritos nessa repartição da U. T. G.

Anúncios: "Conferências Culturais" e "És graphico? Estás desempregado?"
O Trabalhador Gráfico, São Paulo, 1 de maio de 1932. CEDEM/UNESP.

Era nesse mesmo universo cultural dos gráficos que até os operários analfabetos podiam partilhar esses ideais, sendo seduzidos por palestras ministradas por militantes ou intelectuais de esquerda, cujo foco estava direcionado para trabalhadores com pouca ou nenhuma instrução. O objetivo era inseri-los, por meio da oratória, no universo político, assim todos podiam sentir-se parte integrante desse mundo do trabalho com seus problemas e efervescentes ideologias. Entretanto, para aqueles operários que sabiam ler, a doutrinação se processava através de uma série de subterfúgios literários e subliminares como, por exemplo, a introdução de poemas nas páginas do jornal.

Várias edições do jornal *O Trabalhador Graphico* demonstravam a criatividade e o refinamento intelectual para criar rimas e metáforas relacionadas com o cotidiano dos operários. Tais estratégias serviam para também desmistificar a imagem negativa que tanto o governo quanto a polícia disseminavam acerca dos ditos “subversivos”. Por meio de poemas, por exemplo, os intelectuais gráficos abordavam a questão da consciência de classe tendo a preocupação em retratar situações que iam muito além do cenário da indústria gráfica. Identificados com o universo proletário como um todo, introduziam problemas comuns a todas as categorias profissionais.

Os poemas eram elaborados com o objetivo de atrair a atenção dos leitores, especialmente por serem textos curtos que proporcionavam uma leitura agradável e descontraída. As temáticas tratadas remetiam ao cotidiano causando imediata identificação do leitor com o texto.⁴⁶ Citamos aqui o poema publicado pelo *O Trabalhador Graphico* em 1 de dezembro de 1931:

Poemas Proletários de Paulo Torres

Eis um livro que traduz bem a nossa angustia. É desnecessário fazer qualquer commentario a respeito. Basta que demos delle uma amostra que é um dos seus tantos gritos de revolta, gritados com pulmões de aço, n’um poema épico em sua singeleza:

⁴⁶ De acordo com Símile Soares Rodrigues, o fato da poesia expressar o talento do autor de seduzir pela palavra, traduzir os sentimentos e provocar emoções. O poeta, ao se pronunciar, pretendia tocar a sensibilidade do leitor e, sobretudo, transferir para o outro sua impressão sobre o mundo e seu modo de pensar. Assim, a palavra poética, numa época em que as idéias eram vigiadas, tornavam-se um instrumento político capaz de alterar a ordem instituída. RODRIGUES, Símile Soares. “Poetas Rebeldes na Paulicéia Desvairada”, In: CARNEIRO, Maria Luíza Tucci (org.). *São Paulo Metrópole das Utopias. Histórias de Repressão e Resistência no Arquivo Deops*, São Paulo, Lazuli/Companhia Editora Nacional, 2009, p. 53.

Contradição
Os cereais eram eram tantos
que apodreciam nos armazéns.
As casas da cidade eram tantas
Que estavam desalugadas.
Os sem-trabalho eram tanto
Que se atrapalhavam nas ruas pedindo comida
Os sem-trabalho eram tantos
Que se empilhavam dormindo
Nos bancos dos jardins.”⁴⁷

Dessa forma, buscava-se através da produção de uma cultura proletária informar o trabalhador instigando-o a pensar sobre o seu cotidiano e as dificuldades enfrentadas no trabalho. O interesse estava em conscientizá-lo da luta por melhores condições de vida e justiça social. O poema de Paulo Torres teria essa função, por traduzir a angústia dos trabalhadores e representar um “grito de revolta” frente à situação econômico-social no início dos anos 30.⁴⁸

Descrito como “um poema épico em sua singeleza” tal adjetivo e substantivo, respectivamente, foram usados para qualificar o poema como fantástico, grandioso, digno daquele que tem a capacidade de relatar em versos uma ação heróica⁴⁹ cujo mérito também estava na simplicidade das palavras. Era justamente essa simplicidade que o tornava ainda mais importante uma vez que proporcionava o entendimento imediato dos leitores, cumprindo assim com o seu papel de denúncia.

⁴⁷ “Poemas Proletários. *O Trabalhador Gráfico*, 1 de dezembro de 1931, p. 3. CEDEM/UNESP.

⁴⁸ O início da década de 30 do século XX foi um período muito complicado economicamente, o que repercutiu de forma direta na questão social, pois com a quebra da bolsa de Nova York em 24 de outubro de 1929 houve o agravamento dos problemas já existentes, tais como emprego, moradia e abastecimento de gêneros alimentícios. De acordo com Wagner Pinheiro Pereira, a recuperação da economia norte-americana, e, em escala maior, da própria economia capitalista no plano mundial, foi lenta e difícil. O chamado “ciclo infernal” da crise (1929-1932) fez incontáveis vítimas. A confiança no sistema abalou-se e, em muitos países, chegou-se à conclusão de que apenas os regimes ditatoriais seriam capazes de superar os problemas gerados. PEREIRA, Wagner Pinheiro. *24 de outubro de 1929. A Quebra da Bolsa de Nova York e a Grande Depressão*. São Paulo, Lazuli/Companhia Editora Nacional, Série Rupturas, 2006, p. 36.

⁴⁹ De acordo com o *Dicionário Houaiss*, as acepções para *épico*: adjetivo 1- que relata em versos uma ação heróica; 2- relativo a ou próprio de epopéia ou de heróis; 3- digno de figurar em uma epopéia; que tem a dimensão dos motivos; ou dos heróis da epopéia; 4- Derivação: por extensão de sentido. Uso: informal, de intensidade ou grandeza fora do comum, fantástico, desmedido, grandioso, homérico, memorável; 5- autor de epopéia, de poesia épica.

Com o título “Contradição”, o poeta, dotado de uma sagacidade irônica, constrói cada verso de forma a apresentar as contradições que geravam as injustiças vivenciadas pelos trabalhadores naquele momento.

Assim, se por um lado “os cereais eram tantos que apodreciam nos armazéns”, por outro os desempregados “eram tantos que se atrapalhavam nas ruas pedindo comida”; da mesma forma que as casas das cidades eram tantas que estavam desalugadas”, os desempregados “eram tantos que se empilhavam nos bancos dos jardins”. As contradições e o tom de denúncia são evidentes.

Nessa mesma página do jornal *O Trabalhador Graphico*, nos chama a atenção o anúncio do “Festival das Moças”, evento marcado para o dia 5 de dezembro de 1931, dedicado ao contingente feminino que fazia parte da U.T.G.. O objetivo era de homenagear as mulheres gráficas, seguimento um tanto raro nesta profissão:

prestar uma justa homenagem às companheiras graphicas [...], que mesmo nos períodos agudos de agitação, ou nos momentos de calma, souberam sempre prestigiar o bom nome da U.T.G., defendendo acaloradamente a ação de seus dirigentes.⁵⁰

O evento contaria também com a presença da escritora paulista Aplecina do Carmo que deveria falar às mulheres “como mulher de espírito culto e esclarecido, sciente do lugar que compete á mulher na sociedade”. O anúncio termina informando que para participar do festival bastava apresentar a carteira associativa selada no mês de novembro.

A questão das mulheres gráficas sempre nos suscitou muita curiosidade e dúvidas especialmente por nos parecer se tratar de um ofício majoritariamente masculino. No que se refere às fontes, não encontramos documentos produzidos por esse contingente feminino mencionado no jornal. Mesmo entre os prontuários do Deops/SP, todas as personagens são masculinas, sem nunca ter havido qualquer menção á mulheres trabalhando nas oficinas ou participando da U.T.G., como parece haver, considerando as informações do jornal.

⁵⁰ Anúncio: “Festival das Moças”. *O Trabalhador Gráfico*, 1 de dezembro de 1931, p. 3. CEDEM/UNESP.

Por certo que havia, entretanto elas, normalmente, exerciam funções que exigiam maiores habilidades manuais. Como no caso da encadernação, que era definida como o trabalho de “ligar folhas em branco, pautadas ou impressas, costurando-as de modo especial, aparando-as e cobrindo-as com capa consistente, a fim de protegê-las da ruína, dando-lhe, ao mesmo tempo, forma estética.”⁵¹

Esta atividade também foi mencionada como um trabalho puramente feminino no texto “Moça” publicado ao lado do anúncio do festival. Neste o autor também quis homenagear as trabalhadoras com um texto sutil e amistoso, beirando a poesia, mas de forma a enaltecer sua disciplina e seu pertencimento ao mundo do trabalho. Participavam das lutas, com seus ideais e desencantos, e, ainda assim, eram capazes de sonhar.

Moça!
[...] todos os dias te vemos nas officinas, de cabeça baixa sobre o trabalho;
sobre os talões, sobre os blocks;
ou costurando;
ou dobrando;
passando colla ou batendo as folhas brancas de papel.
Folhas brancas como a tua alma sincera de trabalhadora.
[...] Para você, estas linhas que eu quisera escrever bonito e onde quisera dizer-te muitas coisas .
Coisas tristes da nossa eterna história de proletários;
Coisas bonitas como um sussurro de amor...⁵²

Essas trabalhadoras que desempenhavam papel tão importante no meio gráfico poderiam desfrutar da palestra de escritora Aplecina do Carmo, que por ser uma mulher esclarecida, representava um bom exemplo a ser seguido pelas demais. No entanto, de acordo com o anúncio, essas operárias já orgulhavam, e muito, a U.T.G., pois estiveram ao lado de seus dirigentes, tanto nos momentos de intensa agitação como naqueles mais calmos, sendo capazes de prestigiar o bom nome do sindicato.

⁵¹ HADLER, Maria Sílvia Duarte. *Sindicato de Estado e Legislação Social: o caso dos gráficos paulistas nos anos 1930*. Campinas: Dissertação de Mestrado – IFCH/UNICAMP, 1982, p. 69 e 70.

⁵² “Notas Sociaes”. *O Trabalhador Gráfico*, 1 de dezembro de 1931, p. 3. CEDEM/UNESP.

Tarefas que Urgem

A raiz do empastelamento de vários jornais desta capital, como a apoteose glorificadora da "he-revoica" jornada das armas "liber-vaes", os companheiros que trabalhavam em empresas jornalísticas, como que tocados do entusiasmo febril e dum espirito de solidariedade deveras animadores, acorreram ao seio da nossa associação recém-aberta, dispostos a unirem-se e lutar contra o novo estado de coisas que se lhes deparava, como consequência do qual, muitos delles achavam-se burca e momentaneamente de braços cruzados, sem ver onde ganhar o necessario para o sustento dos seus.

Reuniram-se amidadas vezes, animados dos melhores propósitos e guiados pela fôrça vontade de organizar-se, fundaram o Departamento de Imprensa, com vida autonoma, para tratar dos interesses que lhes dizem respeito.

Parecia que, realmente, os trabalhadores de jornais haviam despertado da apatia em que sempre se mantiveram e que dali por diante lutariam ao lado dos companheiros das casas de obras, fortalecendo a muralha dos proletários gráficos contra as arremetidas do seu inimigo fidalgo: o patronato. De facto, nos primeiros tempos de sua existencia, os companheiros do Departamento de Imprensa, mantiveram-se em actividade, zelando vigilantes pelos proprios interesses.

Infelizmente, o mesmo não se pode dizer hoje; pois o Departamento parece existir apenas nominalmente.

Digo nominalmente, porque os membros que o compõe, apenas se occupam de pagar as mensalidades e nada mais. E isto é triste, camaradas. Quando mais grave se apresenta a situação para os trabalhadores da imprensa, é quando elles esmorecem e abandonam a obra apenas esboçada...

Não exagero ao dizer que a situação cada vez é mais grave, porque os factos são evidentes. Em quasi todas as empresas de jornais os salarios foram reduzidos e os pagamentos andam atrasados em dias, tres, e até quatro quinzenas, havendo ainda algumas que trançaram as portas sem pagar os salarios devidos aos companheiros que nellas trabalhavam.

Outro problema que está a exigir uma solução é o de muitos companheiros occuparem dois lugares, enquanto que outros acham-se ha pozos sem ganhar um vintém. Isto é absurdo, mas é verdade, e como tal, é preciso que se diga, doa a quem doer.

Quadros ha, que apenas têm tempo para dormir, porque trabalham em dois ou tres jornais. Chéga a ser doloroso, que se tenha que dizer isto duma corporação que, como a nossa, se diz a vanguarda do movimento proletario de São Paulo, e que passa por ser a mais consciente e unida na defesa dos seus direitos.

Acabemos com isso. É preciso despertar a consciencia desse camaradas que se acham possuídos desse espirito de ganancia e mos-

FESTIVAL DAS MOÇAS

Dedicado ao elemento feminino da corporação, a U. T. G. promove para Sabbado 5 de Dezembro mais um dos seus typicos festivales de propaganda no salão de sua sede social.

Oferecendo-o ás companheiras graphicas quer a C. E. prestar uma justa homenagem a essas nossas collegas de trabalho, que mesmo nos periodos agudos de agitação, ou nos momentos de calma, souberam sempre prestigiar o hominem da U. T. G. defendendo acaloradamente a acção de seus dirigentes.

Por isso mesmo é que nos esmeramos em proporcionar aos que a ella comparecerem uma festa atrahente e de franca camaradagem.

Uma nota puramente feminina será dada por D. Apleina do Carmo, distincta escriptora paulista, que falará ás mulheres como mulher de espirito culto e esclarecido, sciende do lugar que compete á mulher na sociedade.

Uma festa de graça e sorrisos, com um fundo proletario como só a U. T. G. sabe fazer, será a festa de

5 DE DEZEMBRO

O ingresso ao festival será facultado mediante a apresentação da carteira associativa sellada no mez de Novembro.

trar-lhes o caminho a trilhar. Não é sómente um caso de consciencia proletaria, chega a ser um dever de humanidade, pôr um paradedo a esse absurdo de acambaramento do trabalho, que nos envergonha e nos humilha.

Quem está mais apto, mais dedicado, a levar avante essa obra, senão o Departamento de Imprensa? Vamos, camaradas, um pouco de boa vontade, um pouco de espirito de sacrificio e mãos á obra. A caminhada é ardua, mas com esforço e tenacidade tudo se consegue. Ao trabalho, pois, que os fructos não se farão esperar.

João sem pão

Uma monstruosidade!

Fomos informados, e de boa fonte, que em S. Paulo, muito proximamente será inaugurado um enorme estabelecimento gráfico exclusivamente destinado aos trabalhos de todo o movimento Catholico do Brasil ou da America do Sul.

Nada de anormal haveria nisso si não fosse a gravidade que apresenta em face do momento actual e da affronta atrada á face de um exercito de desempregados, que longe de serem beneficiados com a criação de um grande estabelecimento, verão o seu exercito ainda mais avolumar-se, pela retirada desse trabalho das outras casas.

A razão? Éh-a. Essa grande empresa será administrada por sacerdotes estrangeiros; montada com material totalmente estrangeiro e operarios (também estrangeiros e por cima sacerdotes; todos de importação directa e exclusiva.

O que será do operario nacional?

E' agora que queremos ver a acção de quem de direito e da lei dos dois terços.

Notas Sociaes

MOÇA!

São para você estas quatro linhas soltas nestas columnas onde se registram os casos mais ou menos frivols, e corriqueiros.

Para você que todos os dias le vemos nas officinas, de cabeça baixa sobre o trabalho; sobre os talões, sobre os blocks; ou costurando; ou dobrando; passando colla ou batendo as folhas brancas de papel.

Folhas brancas como a tua alma sincera de trabalhadora.

"Moça", de todas as idades e de todas as officinas

"Moça", fazendo enveloppes ou fazendo castellos no ar com o teu principe azul.

Azul como os enveloppes.

Para você, estas linhas que eu quizera escrever bonito e onde quizerá dizer-te muitas coisas.

Coisas tristes da nossa eterna historia de proletarios;

coisas bonitas como um sussurro de amor...

Oh! "moça" que nós todos amamos um pouco, porque és um pouco de nós mesmos atirados ao compasso jazz-bandeado dos motores no torvelinho das machinas; torvelinho de todos os dias em todas as officinas do mundo.

Para você...

ANIVERSARIOS — Mais um natalicio passou, o Indalecio, bibliothecario da U. T. G.

Quantos? Não sabemos, nem queremos ser indiscretos. Mas pelo seu "sythema nervoso" e pelos primeiros "fios de prata" já deve andar pela casa dos...

— Ora, seu, cale a bocca.

Fez annos a 10 de Novembro, o companheiro Humberto de Fazio.

FALLECIMENTOS — Temos a registrar o passamento do companheiro Julio De Santi, antigo pa-

tador da Copag.

— Está de luto o companheiro Francisco Bartlett, pelo fallecimento de sua progenitora.

— Pela mesma leste causa estão enlutados os companheiros Pedro Silveira, Valeriano Cyrillo, Dante Corá, Victorino Miraglia e Oscar Sant'Anna.

Pezames.

POEMAS PROLETARIOS

de PAULO TORRES

Eis um livro que traduz bem a nossa angustia. E' desnecessario fazer qualquer commentario a respeito. Basta que demos delle uma amostra que é um dos seus tantos gritos de revolta, gritados com pulmões de aço, n'um poema épico em sua singeleza:

"CONTRADIÇÃO"

os cereais eram eram tantos que apodreciam nos armazens.

as casas da cidade eram tantas que estavam desalugadas.

os sem-trabalho eram tantos que se atropelavam nas ruas pedindo comida.

os sem-trabalho eram tantos que se empilhavam dormindo nos bancos dos jardins.

DR. D. D'AMBROSIO
MEDICO

Operações — Partos
Clínica Geral.

Av. Rangel Pestana, 385

Telephone, 9-0017

Das 13 ás 15 horas

S. PAULO

Poemas Proletários, Festival das Moças e Notas Sociaes.

O Trabalhador Gráfico, São Paulo, 1 de dezembro de 1931, p. 3. CEDEM/UNESP.

Entretanto, nome e a fama da U.T.G. não surgiram ao acaso. Ao longo dos anos muitas de suas propostas e idéias foram se tornando realidade. Partindo dessa premissa, tem-se que, na década de 1930, foi fundada uma escola de diretrizes proletárias e que funcionava na sede da U.T.G.. Os cursos eram gratuitos e à noite sendo oferecidos ao operariado em geral. Bastava apenas que o trabalhador estivesse vinculado a algum sindicato e em dia com as mensalidades. De acordo com o panfleto que anunciava a inauguração da Escola Proletária, esta iria ensinar:

[...]gratuitamente as seguintes matérias: português, francês, aritmética, geografia e história. [...] As aulas, que serão noturnas [...] podendo ser freqüentadas por operários de todas as profissões, bastando que sejam sócios de algum sindicato de classe. Assim, mediante a simples apresentação da prova de se achar quite com os cofres de seu sindicato, poderá todo trabalhador receber a instrução necessária tornando-se apto para a vida prática e para a luta.⁵³

A educação direcionada para o proletariado não deveria trazer apenas o conteúdo básico como português, aritmética, história, etc., mas também os conceitos básicos inerentes à luta operária. De acordo com o mesmo panfleto, “diante das dificuldades com que lutam os operários para se instruírem sob o regime capitalista.”⁵⁴

Era de fundamental importância que a Escola Proletária oferecesse conteúdos que favorecessem a formação de uma consciência de classe e a preparação dos trabalhadores para a luta, especialmente no contexto das “mazelas impostas pela sociedade capitalista.” Valendo-se de um discurso característico dos grupos de esquerda veiculado dentro da U.T.G., as lideranças gráficas insistiam na importância da união do operariado. Divulgavam seu ideário através de atividades culturais e da impressão de jornais, livretos, boletins e panfletos, estratégia que os tornava atuantes e combativos. O fato de serem um grupo bem informado no setor do operariado paulista, garantia às lideranças gráficas e à U.T.G. um papel de destaque no panorama político dos anos 1930 e 1940.

⁵³ Panfleto “Escola Proletária”. *Pront. 577, União dos Trabalhadores Gráficos, vol I.* Deops/SP. APESP.

⁵⁴ *Ibidem.*

Não podemos deixar de considerar que os operários se inspiravam e também recebiam certa influência dos movimentos proletários europeus. Muitos se mostravam seduzidos pelas revoluções promovidas pelos trabalhadores, especialmente durante a Revolução Russa de 1917. Os militantes operários, muitos dos quais eram imigrantes europeus,⁵⁵ consideravam estar em condições, juntamente com o proletariado nacional, de fazer parte desse círculo de eventos internacionais. Nesse contexto, os gráficos ocupavam importante espaço enquanto ativistas e produtores de conhecimentos que instigavam os companheiros à luta.

⁵⁵ A partir da documentação pesquisada, especialmente no Fundo Deops/SP, no que se refere às nacionalidades desses trabalhadores gráficos imigrados temos que o maior contingente era de italianos e portugueses, seguidos por espanhóis e alemães, poucos poloneses, russos e oriundos de outros países do leste europeu.

II – U.T.G. sob suspeita

2.1 - A U.T.G. e o perigo dos impressos

A partir de uma postura crítica em relação aos modelos políticos e econômicos em voga nas décadas de 30 e 40, os intelectuais gráficos propunham alternativas revolucionárias inspiradas no marxismo para a realização de mudanças sociais avaliadas como necessárias. Ora de forma sutil, ora de forma explícita, a teoria marxista era tratada nos textos. Exemplo desta postura foi Aristides Lobo, trabalhador gráfico muito atuante no meio operário paulista e um dos mais importantes intelectuais da categoria. Ideologicamente adotava uma postura de tendência “trotskista”, procurando fazer observações sobre as relações entre a burguesia e o operariado.

Essas relações – sempre conflituosas graças a completa incompatibilidade de idéias – foram materializadas em seus textos uma vez que a burguesia figurava como principal agente de desarticulação do movimento operário. Segundo Lobo, a burguesia procurava garantir o seu completo domínio sobre os trabalhadores inculcando em suas mentes uma ideologia reacionária. Para o autor, a única forma de frear tal situação seria o “desaparecimento” da classe burguesa em nível mundial, investindo no ideal da revolução internacional a ser promovida pelo proletariado unido.

No entanto, a história figura como personagem principal, uma vez que tem suas leis a tal ponto complexas que nem todos estariam preparados para compreendê-la, especialmente porque ela não se desenvolve de acordo com o querer dos indivíduos. Por isso, estaria a própria burguesia “cavando” seu fim, cabendo ao proletariado dar-lhe o “tiro de misericórdia”, pois os acontecimentos mostrariam o caminho correto a ser seguido.

[...] A dominação da burguesia não só lhe permite explorar a grande massa do povo, como, para assegurar essa exploração, infiltrar a sua ideologia reacionária no meio operário. Assim, as ‘dissenções políticas’ só encontrarão seu termo quando a burguesia tiver desaparecido internacionalmente como classe. A História tem as suas leis. É verdade que essas leis são muito complexas e nem todos querem ou podem compreendê-las. Mas, o desenvolvimento histórico não se submete à vontade ou ao capricho dos indivíduos. É a própria burguesia quem vai cavando o seu túmulo. O proletariado não terá senão que lhe dar

o tiro de misericórdia e sepultá-la. Os acontecimentos lhe indicarão, no momento decisivo, a única via justa.”⁵⁶

Aristides Lobo, tanto em seus textos quanto em suas atitudes, sempre mostrou-se perspicaz frente a realidade cotidiana, além de muito atuante na U.T.G.. Foi presença constante no meio proletário paulistano, expunha e defendia seus ideais fosse por meio da oratória – quando ministrava conferências ou participava de comícios –, fosse através de textos publicados na imprensa. Entre os gráficos figurava como um intelectual de vasta cultura e aguçada percepção para as questões sociais. Entretanto, outros nomes importantes da intelectualidade paulista freqüentavam a U.T.G., participando de debates e proferindo palestras tais como Patrícia Galvão a “Pagu”, Oswald de Andrade e Di Cavalcanti, entre outros.

Da mesma forma a U.T.G. promovia incontáveis atividades sociais como piqueniques, bailes, esportes e culturais. Procurava incentivar a leitura a partir do jornal *O Trabalhador Gráfico* e dos livros que compunham a biblioteca da U.T.G.. Interessante notar que o jornal sempre trazia uma relação de livros adquiridos ou oferecidos à biblioteca da União, com o objetivo de sensibilizar os trabalhadores para a questão política. Publicava também a relação geral dos assuntos tratados nos livros das mais diferentes categorias: romances, novelas, poesias, contos, crônicas, instrução, diversos, sociologia e filosofia.⁵⁷

O Trabalhador Gráfico, costumava também informar na sessão “Biblioteca da U.T.G.”, sobre os jornais que recebia tanto de outros estados do Brasil como do exterior. Essa sessão tinha grande destaque na página do jornal, convidando o leitor à atualização. Além da biblioteca contar com doações de diferentes origens, costumava receber, a coleção da revista italiana *La Domenica Del Corriere* que vinha como encarte, aos domingos, do jornal italiano *Il Corriere della Sera*. Tal revista de variedades apresentava-se ricamente ilustrada, editada em idioma italiano, enquanto que seus artigos proporcionavam uma leitura leve e agradável.

⁵⁶ LOBO, Aristides. “Da unidade ‘em geral’ e da unidade ‘de classe’ do proletariado” artigo dirigido ao Sr. Diretor de *L'Italia*, São Paulo, 10 de janeiro de 1933, doc.33, fl. 73. *Pront. n. 37, Aristides Lobo, vol I*. Deops/SP. Apesp.

⁵⁷ Lista de assuntos reunidos a partir de consulta à vários números do jornal *O Trabalhador Gráfico* entre 1920 a 1945.

Gabinete de Leitura

Foi inaugurado no dia 10 p.p., este novo departamento da Bibliotheca da U.T.G., onde os companheiros encontrarão os principaes jornaes diários e revistas do paiz e do exterior.

[...] Revistas offerecidas

Do Snr. Julio Corazza recebeu a Bibliotheca da U.T.G. uma valiosa colleção de “La Domenica Del Corriere” importante revista italiana. A colleção que comprehende os annos de 1912 a 1927, será encadernada e fará parte integrante do nosso gabinete de leitura. Ao Sr. Julio Corazza, que a bibliotheca da U.T.G. deve outras offertas, bem assim aos demais offertantes, consignamos aqui nossos agradecimentos.

Mesa de Leitura

Jornais recebidos diariamente

De São Paulo:

Diário de São Paulo,
Correio da Tarde,
Diário Nacional.

Do Rio de Janeiro:

O Malho,
Diário de Notícias,
A Noite,
O Globo,
Jornal do Estado de Minas.

Da Argentina:

El Obrero Gráfico,
Boletim Linotipo,
El Obrero Ferroviario,
Boletim da Confederação Geral do Brasil,
Correio Universal.

De Porto Alegre:

Diário de Notícias.

De Belo Horizonte:

Trabalho.

Da Espanha:

Accion Gráfica,
El Lichador.

Da América do Norte:

Il Martello.

Da Suissa:

*Comunicações do Secretário Internacional do Typographos.*⁵⁸

⁵⁸ “Gabinete de Leitura”. *O Trabalhador Graphico*, 1 de maio de 1932, p.6. Cedem/Unesp.

Com base nesse variado elenco de jornais, tanto nacionais quanto estrangeiros, temos que a U.T.G. buscava proporcionar aos seus associados a possibilidade deles informarem-se e estarem ao par dos acontecimentos. Além disso, procurava formar e/ou lapidar uma certa cultura política que convinha aos trabalhadores gráficos, historicamente intelectualizados. Ao mesmo tempo, demonstra também que havia uma rede internacional de comunicação entre os trabalhadores em geral, de diferentes países, unidos por suas utopias e frentes de resistência.

No que se refere à formação de uma cultura política entre os gráficos, temos um bom exemplo disso na coluna “Garôa”. Tal coluna fazia referência ao nome do livro escrito por Affonso Schmidt, apresentado como “um nome feito, de um escriptor completo, e de escriptor de massas”.⁵⁹ O autor dessa coluna inicia relatando a sua experiência ao pedir ao bibliotecário da U.T.G. que lhe desse um livro para ler, qualquer que fosse, e mesmo sem ter visto qual era colocou-o no bolso, pois o leria em casa. Assim escreveu: “tinha vontade de descansar n’aquella noite. Subi no bonde accendi um cigarro. Indolentemente. Mas lembrei-me que tinha no bolso um livro. Puxei-o. Lá na capa: – ‘Garoa’ – Affonso Schmidt. O bastante para fazer-me arregalar os olhos.”⁶⁰

Nesse breve relato apresentado, identificamos a importância dada à leitura, pois mesmo o trabalhador estando cansado, o livro lhe chamou a atenção, especialmente por ser de Affonso Schmidt, o “escritor das massas”. Ainda sobre a biblioteca da U.T.G., a movimentação de livros retirados apresentada no *O Trabalhador Graphico*. Entre os gêneros mais retirados para leitura estava o romance (38), seguido pelos livros sociologia (15). Se, por um lado a grande maioria buscava a leitura de romances como forma de entretenimento, não podemos deixar de considerar que boa parte, se não a maioria, eram os chamados “romances proletários”, ou seja, que incutiam de alguma forma no imaginário desses leitores um certo tipo de engajamento político. Por outro lado, a sociologia, com certeza, por oferecer se referia a uma leitura mais teórica e doutrinária, se não de cunho ideológico.

⁵⁹ “Garôa”, *O Trabalhador Graphico*, 1 de maio de 1932, p.6. Cedem/Unesp.

⁶⁰ Ibidem, p. 6.

Outro dado importante que observamos na sessão do jornal referente à biblioteca da U.T.G. refere-se à doação de livros. Essas doações eram feitas por personalidades importantes como Affonso Schmidt que havia doado 70 livros e Lívio Xavier que doou 16 exemplares. Entre estes estavam alguns trabalhadores gráficos de grande atividade junto ao sindicato e aos meios operários como Manoel Aristides que doou 1 livro, Mario Dupont 5 e João Matheus 1 entre outros.

Como se não bastasse todo o incentivo dado à leitura e para que os gráficos freqüentassem a biblioteca do sindicato, o jornal ainda trazia uma coluna convidando os trabalhadores a procurar nas “Boas Livrarias” os livros citados ali indicados. Estes eram sucintamente apresentados com o nome do autor, título da obra e um breve resumo sendo, a maioria, romances que tratavam de amores, aventuras e situações cotidianas, a coluna trazia também os preços dos livros tanto em brochura, mais barato, quanto encarnado, mais caro, facultando ao leitor a escolha.

Procure nas Boas Livrarias

‘Colleção Literaria’ – Neste colleção o leitor encontrará o romance e a novella de sempre!
Os escriptores sempre procurados!

THIAGO CASANOVA

‘Minha fuga dos chumbos de Veneza’

Este livro revelará, aos milhares de leitores, como se desenrolaram as aventuras, as trapaças audaciosas e os grandes e delicados amores de uma das maiores figuras cynicas da Renascença Italiana

Broc. 5\$000

Enc. 7\$000

A. DE LAMARTINE

‘Regina’

História de amor e de sacrifício em linguagem doce e comovente, própria para senhoritas. Regina é a criatura aparentemente frágil, profundamente amorosa que, na hora em que seu amado se tornou indigno della, soube realizar com maravilhosa altivez o sacrifício da renúncia.

Broc. 4\$000

Enc. 6\$000⁶¹

⁶¹ Anúncio: “Procure nas Boas Livrarias”. *O Trabalhador Graphico*, 1 de maio de 1932, p.6. Cedem/Unesp.

GARÇA

Dê-me um livro, um qualquer.
O bibliotecário da U. T. G. preencheu uma papelada, que eu assignei, e entregou-me um livro. Sem ver-lhe a capa metti-o no bolso para ler em casa.

Tinha vontade de descansar n'aquella noite. Subi no bonde e accendi um cigarro.

Indolentemente.

Mas lembrei-me que tinha no bolso um livro. Puxei-o. Lá na capa: — "Garça" — Affonso Schmidt. O bastante para fazer-me arregalar os olhos. E' que Affonso Schmidt é um nome feito, de um escriptor completo, e de escriptor de massas.

Abri soffregamente "Garça".

Versos.

E fui lendo. Fui lendo.

E vi que o romancista vigoroso de "Brutalidade"; o estigmatizador revolucionário de "Impunes", o pamphletário enérgico; o articulista de "O Juri"; repousava.

Repousava como um esteta, delirando na lyra o canto do espirito que foge ao convívio brutal da humanidade para de lá do alto olhar toda a nossa miséria entregue a si mesma.

Schmidt dependurou a parede sua espada de combate para pôr às costas um par de azas.

E de lá de cima, no Parnaso, Schmidt compoz 20 versos enquantos aqui em baixo a Garça amortalhava a humanidade, acotovelada, na corrida louca pela existência.

Mas, eis que um clarão chega até lá em cima. Uma luz que rasga a garça em uma facada. Luz de solida autogenica.

Compõe, então, "Soldado Trilhos".

E logo após "Propheta".

A ballada "In sordina" transforma-se. Um novo ritmo. Clarins, Clarins de guerra.

"Soldado Trilhos" desmascara o autor de "Rosa Louca" e Schmidt dá-nos uma pagina vibrante que bem retrata o seu espirito de escriptor de massas, de idealista, de quem comprehende e sente o rugir blasphemante dos que "soldam trilhos, na ruína fabricas, nos campos, nas officinas. E' bem o Affonso Schmidt que conheci ha annos, quando a mocidade abria a bolsa para nos emprestar prodigamente quanto queriamos de vigor, de energia, de amor á nossa causa.

A ballada volta novamente "In sordina", lenta, suave, indolentemente, para nos contar a historia de "Brinquedos" e "Simpatia".

Eis que canta agora "A queixa dos ninos" que é um grito pela liberdade; uma angustia dolorosa da dolorosa historia de Dom Sabá.

— Cavalheiro, faz favor?

Era o conductor. Estava de novo na cidade.

Havia feito a viagem circular, fumando um cigarro e lido "Garça", de um folgo.

Fez-me bem a leitura.

E' contagioso o repouso de Affonso Schmidt. Lendo "Garça" tem-se bem a impressão de se estar reclinado mollemente n'uma espreguiçadeira, tranquillido, despreocupado, alheio á luta de todos os dias.

E o sussurro de um regato que corre cantando. Lento, suave, indolentemente.

Tinha mesmo vontade de descansar n'aquella noite.

P.

Bibliotheca da U. T. G.

GABINETE DE LEITURA

Foi inaugurado no dia 10 do p. p. este novo departamento da Bibliotheca da U. T. G., onde os companheiros encontrarão os principais jornaes diários e revistas do paiz e do exterior.

MOVIMENTO DA BIBLIOTHECA DURANTE O MEZ DE MARÇO

Livros Retirados

Romances	38
Novelas	6
Poesia	5
Contos	4
Chronica	3
Instrução	5
Diversos	5
Sociologia	15
Philosophia	3
Total	84

Livros offerecidos

Affonso Schmidt	70
André Villani	9
Nicola Iavarone	7
Luiz Vassalli	1
Onofre Garcia	4
Manoel Cavalheiro	2
Manoel Aristides	1
Francisco Barletta	2
Mario Dupont	5
João José Alcáide	3
Livio Xavier	16
Herminio Marquez	1
G. Marino	1
Alexandre Haffim	1
Um Anonymo	2
João Matheus	1
B. Carezzato	1
Castorino Ferreira	2
Osorio Santos	2
Alfredo e Julio Corazza	11
Suzana de Oliveira	1
J. Lucas	1
Antonio da Silva	1
João De Martino	3
Um Anonymo	3
Arnaldo Crivelari	2
Francisco de Souza	3
Total	115

Revistas offerecidas

Do snr. Julio Corazza recebeu a Bibliotheca da U. T. G. uma valiosa collecção de "La Domenica del Corriere", importante revista italiana.

A collecção, que comprehende os annos de 1912 a 1927, será encadernada e fará parte integrante do nosso gabinete de leitura.

Ao sr. Julio Corazza, que a bibliotheca da U. T. G. deve outras offertas, bem assim aos demais offertantes, consignamos aqui nossos agradecimentos.

Mesa de Leitura

Jornaes recebidos diariamente — De São Paulo: "Diário de S. Paulo", "A Razão", "Correio da Tarde", "Diário Nacional".

Do Rio de Janeiro: "O Malho", "Diário de Noticias", "A Noite", "O Globo", "Jornal do Estado de Minas".

Da Argentina: "El Obrero Grafico", "Boletim Li notypo", "El Obrero Ferroviario", "Boletim da Confederação Geral do

Brasil", "Correio Universal".

De Porto Alegre:

"Diário de Noticias".

De Bello Horizonte:

Trabalho".

Da Espanha:

"Accion Grafica", "El Luchador".

Da America do Norte:

"El Martello".

Da Suissa:

"Comunicações do Secretariado Internacional dos Typographos".

INFRINGIRAM O REGULAMENTO

São convidados a comparecerem a esta bibliotheca, afim de regularizar a sua situação, os seguintes companheiros:

Constantin S. Pontes, Luiz Muller, Arthur de Sá, Ovidio Appolinario, Raphael de Haere, Antonio Padilla, Francisco Mazza, João Pasem, Camillo Damiani, José S. Curado, José Antunes, Francisco Altomare, José Antunes, José Mazzetti, Victor Perelli.

OFFERTAS A' U. T. G.

— Dos srs. A. Vettorazzo & Irmãos recebemos um riquissimo corte de seda para ser sortado entre a corporação, revertendo o seu producto em benefício dos cofres da U. T. G.

Agradecemos.

— De D. Ignez Marcato de Oliveira, tivemos a offerta de uma bella toalha de mesa, gentileza que muito nos sensibilizou.

ASSISTENCIA JURIDICA

Gracias á adhesão dos srs. Oscar Tollens e D. Justo Seabra, que se promptificaram a assumir o cargo de consultores juridicos da U. T. G., podemos proporcionar aos nossos associados mais uma vantagem que certamente será recebida com o maximo agrado, pois não são poucos os casos de falta de pagamento, infracção ás leis que visam beneficiar os trabalhadores, como por exemplo a "Lei de Férias" e tantos outros casos.

Prevenimos, portanto, todos os associados, que necessitarem de assistencia juridica, não só no que se refere á questão de trabalho, como para casos particulares, procurar a C. E. que será encaminhado immediatamente ao Departamento de Assistencia Juridica da U. T. G.

PROCURE NAS Boas Livrarias

"Collecção Literaria" — Nesta collecção o leitor encontrará o romance e a novella de sempre! Os escriptores sempre procurados!

THIAGO CASANOVA

"Minha fuga dos chumbos de Veneza"

Este livro revelará, aos seus milhares de leitores, como se desenrolaram as aventuras, as trapaceas audaciosas e os grandes e delicados amores de uma das maiores figuras cynicas da Renascença Italiana.

Broc. 5\$000

Enc. 7\$000

A. DE LAMARTINE

"Regina"

Historia de amor e de sacrificio em linguagem doce e commovente, propria para senhoritas. Regina é a criatura aparentemente fragil, profundamente amorosa que, na hora em que o seu amado se tornou indigno della, soube realisar, com maravilhosa altivez, o sacrificio da renuncia.

Broch. 4\$000

Enc. 6\$000

A. DE LAMARTINE

"Raphael"

As scenas principais deste lindo romance decorrem na Saboia, nas margens do lago Bourget, onde Raphael, que se acha no periodo mais florescente da vida, na época dos grandes affectos, encontra a bella Julia, que reúne a sua fascinante formosura os encantos de uma esmerada illustração.

Broc. 5\$000

Enc. 7\$000

Procure, Edições

UNITAS, nas boas

livrarias

GRAPHICO - EDITORA

"UNITAS" LIMITADA

Rua 3 de Dezembro, 12 - 4.º and. Caixa Postal, 639 — S. Paulo

1.º DE MAIO

NESSE DIA DE AFFIRMAÇÃO E DE LUCTA, A U. T. G. ENVIA AOS TRABALHADORES DO BRASIL E DE TODO O MUNDO A SUA SAUDAÇÃO PROLETARIA DE SOLIDARIEDADE DE CLASSE PELA SUA EMANCIPAÇÃO INTEGRAL.

Maio de 1932.

A. C. E.

Companheiros! - Evitae a mendicancia de trabalho ás portas das officinas; esta é o factor principal da baixa de salarios.

Informações referentes à Biblioteca da U.T.G., indicações de boas leituras e 1.º de maio de 1932

O Trabalhador Gráfico, São Paulo, 1 de maio de 1932. Cedem/Unesp

Assim como o incentivo á leitura e á instrução eram inerentes á U.T.G., as comemorações do 1.º de Maio nunca deixavam de ter destaque nas páginas d' *O Trabalhador Gráfico*. Considerada a data máxima dos trabalhadores, esse dia deveria ser de afirmação da luta do proletariado de todo o mundo pela sua integral emancipação, como afirma a nota publicada em maio de 1932 pela Comissão Executiva:

1.º DE MAIO

Nesse dia de afirmação e luta, a U.T.G. envia aos trabalhadores do Brasil e de todo o mundo a sua saudação proletária de solidariedade de classe pela sua emancipação integral.⁶²

Dessa forma incentivava-se o operário a freqüentar a U.T.G. e, por meio do entretenimento e da conscientização, ser parte integrante de um mundo de lutas, reivindicações e conquistas. Através destas estratégias pretendia-se fortalecer a sua identidade operária engajado consciente no movimento de sua classe. Consciência essa que poderia ser formada através dos jornais nacionais e estrangeiros que, no seu conjunto, forneciam uma noção ampla do que acontecia para além das fronteiras da oficina gráfica. Da mesma forma, a partir da leitura de livros, fossem de literatura ou teoria política, esses trabalhadores estariam em contato com textos os mais variados, adquirindo cultura e formando uma rede, até certo ponto, inusitada de proletários e pensadores. É nesse sentido que o impresso se torna algo perigoso, dada a força adquirida por uma cultura impressa. Daí a intensificação da vigilância, e controle e repressão por parte das autoridades policiais. Assim, também enquanto historiadores devemos estar atentos aos textos e objetos, retomando aqui Roger Chartier:

dar conta da importância atribuída ao texto escrito e aos objetos que o suportam por todas as autoridades que pensam regular as condutas e as maneiras de modelar os espíritos. Daí o papel pedagógico, aculturador, disciplinador, atribuído aos textos colocados em circulação para numerosos leitores; donde, também, os controles exercidos sobre o impresso, submetidos a uma censura que deveria apartar tudo o que pusesse em perigo a ordem, a religião ou a moral.⁶³

Os impressos postos em circulação e ao alcance de um grande número de pessoas, fosse por facilidades de aquisição impulsionada por baixos preços ou por facilidades de acesso

⁶² Anúncio: “1º de Maio”. *O Trabalhador Gráfico*, São Paulo, 1 de maio de 1932. Cedem/Unesp

⁶³ CHARTIER, Roger. *A Ordem dos Livros. Leitores, Autores e Bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1994, p. 25 e 26.

oferecidas pelas bibliotecas, criava nesse nascente público leitor a curiosidade por um mundo novo a ser descoberto. É nesse sentido que a simples possibilidade da formação de um proletariado mais intelectualizado e, conseqüentemente mais engajado politicamente, provocou violenta reação por parte do governo Vargas e da Polícia Política. A simples divulgação dessa idéia através de propaganda não era bem vista, taxada de imediato como perigosa e subversiva, para não dizer vermelha e comunista.

Os livros de literatura ou teorias políticas direcionadas para a formação do proletariado, ainda que fosse em número reduzido – se comparado àquele comercializado no “grande mercado editorial” da época e direcionado para outro público, – era causa de grande preocupação. Tendo em vista o conteúdo revolucionário dos textos, tal circulação (em parte clandestina) gerava constantes apreensões pelo Deops/SP. Para Darnton, toda essa agitação causada pelos impressos revelava a “subversão dos valores, do desvelamento dos segredos contidos na literatura, contribui, não diretamente mas por mediações – como a instilação, a acumulação, a repetição –, para sapor a razão de ser da ordem antiga e minar sua autoridade e, portanto, sua força nas mentes.”⁶⁴ O perigo estava justamente na capacidade dos impressos de arruinar a ordem estabelecida através das idéias incutidas nas mentes de seus leitores.

⁶⁴ DARNTON, Robert. *Edição e Sedição. O Universo da Literatura Clandestina no século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 11.

2.2 - Cotidiano vigiado

Vigiar os trabalhadores gráficos funcionava como uma forma preventiva adotada pela Polícia Política dedicada a impedir ações que subvertesse a ordem estabelecida pelo Estado autoritário. Por meio da constante vigilância aos suspeitos, os agentes do Deops/SP elaboravam extensos relatórios sobre o dia-a-dia dessas pessoas e seus círculos de amizades, informações importantes para a ampliação do círculo dos suspeitos e dos lugares freqüentados. Enfim, tudo que dissesse respeito à produção e circulação dos impresso, assim como dos seus produtores e mentores avaliados como “artesãos da revolução”.

O trabalhador gráfico Próspero Ottaiano foi um desses suspeitos, preso em abril de 1931 por ter participado de uma assembléia dos trabalhadores gráficos. De acordo com a documentação policial, compareceram a esse evento “vários oradores e elementos destacados do comunismo”⁶⁵, entre os quais estava Próspero “que usou a palavra”.⁶⁶ Nessa sessão foram tratados assuntos relacionados ao “salário mínimo, situação de classe, lei de férias, etc.”⁶⁷

Dada a riqueza de detalhes que este documento apresenta acerca da citada assembléia, consideramos que os agentes do Deops/SP estiveram presentes no evento. Lembramos que durante as décadas de 30 e 40 os sindicatos foram alvos constantes da vigilância policial por serem considerados como centros propagadores da ideologia comunista.⁶⁸ Toda e qualquer manifestação dos sindicatos que contrariasse os limites pré-estabelecidos pelo Estado era interpretada como subversiva e perigosa à Segurança Nacional. Tratar de assuntos trabalhistas era, segundo a versão policial, um ato suspeito que poderia levar à desordem social.

Não obstante, Próspero tinha registrado nos arquivos policiais outros antecedentes, como ter sido, juntamente com outros comunistas, fundador do *Partido Trabalhista* em junho de 1931⁶⁹

⁶⁵ Boletim de Antecedentes de Próspero Ottaiano, fl. 06. *Pront. 388, Próspero Ottaiano*. Deops/SP. Apesp.

⁶⁶ Ibidem.

⁶⁷ Ibidem.

⁶⁸ Assunto já estudado por Azis Simão em sua clássica obra *Sindicato de Estado*. São Paulo: Dominus Editora, 1966. Ver também SILVA, Zélia Lopes da. *A Domesticação dos Trabalhadores nos anos 30*. São Paulo: Marco Zero, 1990, e DULLES, John W. Foster. *Op. cit.*, p.284.

⁶⁹ Pesquisamos sobre o Partido Trabalhista citado, mas não encontramos nenhuma referência na bibliografia consultada.

e, em julho de 1936, secretário da *União dos Trabalhadores Gráficos*. Este sindicato era muito visado pelas autoridades policiais dada a preocupação com a circulação de material impresso, especialmente aquele de cunho político distribuído entre o operariado. No entanto, Ottaiano já fazia parte da U.T.G. desde outros tempos, tendo participado da Comissão Executiva, sendo seu nome citado em diversos números do jornal *O Trabalhador Gráfico*, colaborando com artigos na década de 1920, integrou também toda movimentação promovida pela U.T.G. no que se referia ao cumprimento da lei de férias, por aumentos salariais, entre outras. Por isso, seu círculo de amizades no meio gráfico era muito amplo, especialmente quando se tratavam de gráficos famosos por sua atuação e constantemente vigiados pela Polícia Política, como Aristides Lobo⁷⁰, Edgard Leuenroth⁷¹, João da Costa Pimenta,⁷² dentre outros.

Uma das grandes preocupações da Polícia Política se relacionava com a propaganda da ideologia comunista. Esta, na maioria das vezes era realizada através de material impresso, distinto por seus conteúdos e suportes: jornal, boletim, panfleto, livro ou, até mesmo, volantes de propaganda. Nesse sentido, todo tipo de impresso estava sob suspeita e, como tal, precisava ser controlado. No entanto, a vigilância não recaia apenas sobre o produto final, mas também sobre as máquinas impressoras - que iam desde tipos móveis até mimeógrafos portáteis. Assim, ter em seu poder qualquer tipo de maquinário que possibilitasse a produção de material impresso, já despertava as suspeitas das autoridades policiais. Pois, todo tipo boletim ou panfleto que apresentasse em seu texto críticas ao governo, às instituições públicas, ou trouxesse reivindicações trabalhistas e chamados de greve, eram considerados como “franca propaganda comunista”. Propaganda esta que, nas concepções policiais, tinham como objetivo a subversão da ordem, a baderna e, até mesmo, o caos social.

Nesse sentido, não importava se o material de propaganda apreendido havia sido produzido por socialistas, anarquistas ou comunistas. Tudo era, genericamente, rotulado de comunista, e, todo impresso apreendido servia como prova do crime político praticado pelo indivíduo que detinha em seu poder tal material. Expressiva desta situação é o caso de Cid Franco, jornalista e advogado denunciado ao Deops/SP por meio de uma carta anônima:

⁷⁰ *Pront. n. 37, Aristides Lobo. Deops/SP. Apesp.*

⁷¹ *Pront. n. 122, Edgard Leuenroth. Deops/SP. Apesp.*

⁷² *Pront. n. 217, João da Costa Pimenta. Deops/SP. Apesp.*

Prezado Senhor

Ciente da campanha benemérita que v. Excia. vem, com afinco, exercendo contra o comunismo, peço vênha para dar-vos uma pista que talvez venha a ser descoberto um reduto comunista de certa importância. Trata-se do comunista Dr. Cid Franco, advogado, jornalista (autor, aliás, tradutor do livro ‘Judeu sem Dinheiro’ e de obras comunistas). Esse indivíduo deve ter ligação com a endiabrada Eneida Costa, já capturada, pois foram companheiros de trabalho na redação do ‘O Tempo’ – pasquim comunista que era editado nesta capital, às expensas do comunista Miguel Costa. Ignoro a residência do comunista em referência, porém posso adiantar que esse mau elemento costuma fazer as refeições em uma pensão sita a travessa Porto Geral – última casa do lado direito. Sei seguramente que esse indivíduo é o redator de maior parte dos boletins espalhados nesta capital. Em linhas gerais, é o seguinte o seu físico: - estatura mediana, moreno claro, usa bigode, magro e macilento e, costuma andar trajado de calça a fantasia e paletó mescla.

Deixo de dar a minha assinatura, por não julgá-la necessária, uma vez que já dei todos os requisitos indispensáveis e ao meu alcance para que essa Delegacia possa prender em suas malhas, mais esse péssimo elemento que campeia livremente e que se ufana na roda do comunistas de nunca ter sido capturado, pondo em ridículo os homens a seu serviço.

Um combatente contra o comunismo.⁷³

A denúncia anônima é reveladora e em determinadas passagens, até cômica. O (ou a?) denunciante, no caso “um combatente contra o comunismo” demonstra conhecer detalhes importantes que colocavam sob suspeita o cidadão Cid Franco, tais como a tradução do livro *Judeu sem Dinheiro*, de Michail Gold que fazia parte da *Coleção Humanitas* editada pela *Editorial Pax* de propriedade de Alexandre Wainstein (também perseguido pela Polícia Política não apenas por sua intensa atividade política, mas por ser estrangeiro vindo da Rússia e judeu).⁷⁴ A carta ainda ressalta o fato de Cid Franco ter trabalhado no “pasquim comunista” *O Tempo*, motivo que lhe possibilitava manter “ligação com a endiabrada Eneida Costa⁷⁵”, companheiros naquela mesma redação.

Outro aspecto a ser ressaltado são os termos muitas vezes pejorativos e, até mesmo de desprezo, de que o denunciante se utiliza para referir-se a Cid Franco, tais como: “comunista”,

⁷³ Denúncia anônima contra Cid Franco. *Pront. n. 856, Cid Franco*. Deops/SP. Apesp.

⁷⁴ Sobre Alexandre Wainstein ver *Pront. n. 909, Alexandre Wainstein*. Deops/SP. Apesp. O prontuário deste personagem foi amplamente analisado nos livros de: WIAZOVSKI, Taciana. *Bolchevismo e Judaísmo. A Comunidade Judaica sob o Olhar do Deops*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2001; WIAZOVSKI, Taciana. *O Mito do Complô Judaico-Cominista no Brasil. Gênese, Difusão e Desdobramentos (1907-1954)*. São Paulo: Humanistas, 2008; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros Proibidos, Idéias Malditas. O Deops e as Minorias Silenciadas*. São Paulo, Ateliê Editorial, 2002.

⁷⁵ Ver *Pront. n. 1948, Eneida de Moraes Costa*. Deops/SP/Apesp. Eneida era militante do Partido Comunista Brasileiro no anos 30 em São Paulo, atuava também como jornalista e escritora.

“péssimo elemento”, “mau elemento”. No que se refere às ações subversivas de Cid, este seria o “redator da maioria dos boletins espalhados nesta Capital.”⁷⁶

Finalmente pode-se constatar a forma inquisitiva e desafiadora com que o denunciante termina a sua “carta”, ao transferir para as autoridades competentes a responsabilidade de “prender em suas malhas” o “mau elemento”. Enquanto brasileiro(a), cidadão reto, havia cumprido com a sua parte: denunciar aquele que circulava livremente entre as pessoas de bem, se vangloriando “na roda dos comunistas de nunca ter sido capturado”, “pondo em ridículo” os homens da ordem. Portanto, a prisão de Cid Franco se apresentava como uma questão de honra para a Polícia Política.

Em inúmeros prontuários nos deparamos com esse tipo de documento, registro de atitude amplamente incentivada pelas autoridades policiais. Influenciada pelo discurso nacionalista e xenófobo adotado pelo governo, parte da população assumia a missão de “purificar” a sociedade que se fazia assaltada por um grande número de comunistas. Propagava-se a idéia de que estes “subversivos da ordem” estavam a solta e se faziam passar por cidadãos de bem quando, na verdade, planejavam em segredo suas nefastas ações.

Por outro lado, Cid Franco foi descrito pela Polícia Política como comunista, intelectual, jornalista e escritor, ficando evidente, segundo os registros de investigação, que esse indivíduo estava constantemente sob vigilância. Incidia negativamente sobre esta sua imagem, o fato dele ser freqüentador de uma tipografia, de onde costumava sair da mesma sempre com embrulhos. Ficava assim comprometido com a “desordem” por estar envolvido com o impresso, leia-se “propaganda comunista”:

Combate ao Comunismo – Apreensão de mais um mimeógrafo.

O jornalista Cid Franco cujas idéias comunistas eram conhecidas por esta Delegacia, há dias vinha sendo seguido pela polícia. Numa dessas campanhas, verificou o inspetor José Bomfim que Cid Franco costumava freqüentar uma tipografia na rua Quintino Bocaiúva nº 39, de onde saía com embrulhos. Uma rápida investigação feita pelo inspetor referido, na Casa Gráfica em questão, asseverou que Cid ali ia para adquirir papel jornal, já cortado, formato boletim, e levava-o para sua residência.

⁷⁶ Denúncia anônima contra Cid Franco. *Pront. n. 856, Cid Franco*. Deops/SP. Apesp.

Nos últimos dias decorridos estavam sendo distribuídos nesta Capital, boletins mimeografados, idênticos em tamanho, aos papéis adquiridos por Cid Franco. Este a dias compareceu novamente na tipografia atada. Fez aqui seção de determinada quantidade de papel. Somente levou parte, e, por ter pressentido a vigilância policial, tardou alguns dias em ir buscar o restante do material. Hoje, porém regressou á tipografia com o fito de levar. Nesse momento foi detido e conduzido a esta Delegacia. Em rápida busca levada a efeito em sua residência, á Avenida Exterior nº 93 – 3º andar apartamento 31, foi apreendido um mimeógrafo portátil, marca ‘Allgeha’ manual, uma máquina de escrever portátil ‘Underwood’, originais de boletins em português e lituano, traduções de livros comunistas, vários documentos, uma biblioteca e variada correspondência.

No mimeógrafo achava-se impresso o stencil cuja cópia vai a este junto. Achava-se também datilografado um stencil em idioma lituano para depois ser impresso.⁷⁷

Interessante notar como se processava a lógica policial: após investigação junto á tipografia em questão pode-se apurar que Cid Franco comprava papel jornal cortado em formato boletim e levava esse material para sua casa. Com isso, como “nos últimos dias, estavam sendo distribuídos boletins mimeografados”; logo, todas as suspeitas recaíram sobre Franco, suspeito em potencial por suas idéias comunistas e atividades como jornalista e tradutor. Após as investigações em torno da tipografia, a prisão de Cid Franco tornou-se uma questão de tempo. Quando da sua prisão, foi levado ao Deops/SP ao mesmo tempo em que foi realizada uma busca em sua residência. Neste ato foram apreendidos: um mimeógrafo, uma máquina de escrever, originais de boletins em português e lituano, traduções de livros comunistas, vários documentos, uma biblioteca e variada correspondência.

Sendo assim, a polícia tinha em mãos um vasto leque de opções para justificar o crime político de Cid Franco, valendo-se, dentre outras provas, das máquinas usadas para produzir material dito “subversivo”. Em seu prontuário identificamos inúmeras fotografias do mimeógrafo encontrado em sua residência e os originais dos boletins em lituano. As traduções feitas por Cid, o tornavam ainda mais perigoso, pois a partir do momento em que dominava idiomas estrangeiros, tinha a possibilidade de disponibilizar ao povo brasileiro traduções de obras até então inacessíveis. Assim, para um Estado que desejava eliminar as diferenças por meio da homogeneização do pensamento, pessoas de vasta cultura e conhecimento não eram tão “desejáveis”, a não ser que estivessem à serviço do Poder.

⁷⁷ Relatório de Investigação. Gabinete de Investigações Delegacia de Ordem Política e Social, São Paulo, 25/08/1932, doc. 30. *Pront. n. 856, Cid Franco*. Deops/SP. Aesp.

Prova do crime político. Fotografias mostrando o mimeógrafo apreendido na residência de Cid Franco.

Pront. 856, Cid Franco. Deops/SP. Apesp.

Caso semelhante ocorreu com o gráfico Francisco Augusto Neves, que também foi alvo de uma denúncia anônima. Como podemos notar o DEOPS, em alguns casos, contava com a ajuda de “inimigos” declarados da ideologia comunista, cidadãos dispostos a combater, a todo custo, a disseminação da propaganda vermelha, muitas vezes se colocando á serviço da polícia para auxiliá-la em tal tarefa:

Ilmo Snr. Dr. Delegado de Polícia

Por meio deste venhamos pedir-vos as necessárias providências a que trata-se do turbulento anarquista o gerente do jornal do trabalho que muito tempo vem perturbando todas as classes de operários pondo todas as casas em greve e perturbando todas as ordens públicas, quando ele chega com os boletins revolucionários impressos feitos por ele mesmo fica logo em terrível movimentação é o português Francisco Neves, que põe São Paulo em polvorosa como já tem posto e vai por enquanto V. Ex. não punir e deportar esse terrível elemento que muito nos prejudica este encontra-se diariamente na rua Domingos de Moraes no antigo nº 343 – Litografia Aliança e de noite na rua Irmã Simpliciana nº 7ª e desde já esperamos a gentileza de V. Ex. Os prejudicados.⁷⁸

Este documento diz respeito á denúncia anônima feita contra o gráfico português Francisco Augusto Neves apresentado como “perturbador anarquista”, gerente do jornal *O Trabalho*, reconhecido como “agitador das classes operárias”. Além de instigador de greves, Neves foi acusado de produzir boletins revolucionários que perturbavam a ordem pública, daí a ser rotulado como elemento “perigoso e pernicioso” à ordem estabelecida.

Cabe ressaltar, que os denunciantes – que se auto-identificavam como “os prejudicados” - atribuíam ao gráfico a responsabilidade de colocar, por meio de seus impressos, a cidade de “São Paulo em polvorosa”. Segundo o delator, Neves iria continuar a perturbar a ordem enquanto a polícia não o prendesse e deportasse esse “terrível elemento” prejudicial à população brasileira. O tom é de indignação frente às agitações promovidas por esse português cujo crime, segundo os parâmetros de um Estado autoritário, deveria ser punido com prisão e expulsão do território nacional.⁷⁹

⁷⁸ Denúncia anônima contra Francisco Augusto Neves, para o Ilmo Snr. Dr. Delegado de Polícia. São Paulo, 04/02/1931, doc. 01, fl. 01. *Pront. n. 155, Francisco Augusto Neves*. Deops/SP. Apesp.

⁷⁹ Sobre o tema de expulsão no Brasil ver os estudos RIBEIRO, Mariana Cardoso dos Santos. *Venha o Decreto de Expulsão: a legitimação da ordem autoritária no governo Vargas (1930-1945)*. São Paulo: Dissertação de Mestrado – FFLCH /USP, 2003 ;*Expulsão de Estrangeiros: o mito da nocividade no Brasil (1937-1945)*. São Paulo: Tese de Doutorado – FFLCH/USP, 2008.

Após apurar as atividades de Francisco, as autoridades policiais chegaram à conclusão de que ele era anarquista e possuía em seu poder um farto material de propaganda, conforme vistoria realizada em sua residência, onde foi encontrado grande quantidade de livros comunistas e anarquistas, e muitos boletins. A apreensão destes impressos de “teor subversivo” deixava evidente a necessidade de se vigiar tanto gráficos quanto os tipógrafos, pois estes eram os profissionais responsáveis pela produção do material capaz de agitar as massas incitadas por seu conteúdo.

De acordo com as vossas ordens procedemos as necessárias investigações no sentido de apurar as atividades de Francisco Neves. Tendo chagado à conclusão de que o mesmo é anarquista e tinha material de propaganda, efetuamos a sua detenção procedida de uma busca em sua residência à rua Sto. Amaro nº 58, aonde encontramos grande quantidade de livros comunistas e anarquistas, e muitos boletins. No momento que levamos a feito a busca, Abílio José Neves, irmão de Francisco, escondeu em seu bolso um carimbo com dísticos anarquistas. A seguir apossou-se de uma arma de fogo com o intuito de resistir, no que foi sustado pelo inspetor J. Pinto Nogueira, que nos auxiliou no serviço. Os dois se acham recolhidos a vossa disposição.⁸⁰

Quando da busca efetuada na residência de Francisco, que morava em companhia de seu irmão Abílio José Neves, este tentou esconder em seu bolso um carimbo com símbolos anarquistas além de pegar uma arma com o intuito de reagir à ação policial. Impedido pelo inspetor policial em serviço, Neves ficava duplamente comprometido: por suas idéias e atitudes subversivas que, somadas ao fato de estar em companhia de um indivíduo armado, o transformava em um cidadão com alto grau de periculosidade.

Com isso, o perigo que um cidadão representava para a sociedade dependia das suas idéias e ações contrárias à ordem estabelecida. Neste sentido os gráficos eram alvos certos da vigilância dos guardiões da ordem. De acordo com Maria Nazareth Ferreira: “os trabalhadores gráficos eram extremamente valorizados pelas outras categorias profissionais, talvez devido ao fato de dominarem o principal instrumento de reivindicação da época: a palavra escrita.”⁸¹ Assim, a perseguição e as prisões efetuadas contra os gráficos tinham razão de ser pois encontrava justificativas no ideário endossado pelo Estado.

⁸⁰ Relatório de Investigação dos inspetores João Farina e João Cordeiro, para o Sr. Dr. Delegado de Ordem Social. Delegacia de Ordem Social, fl. 10. *Pront. n. 155, Francisco Augusto Neves*. Deops/SP. Apesp.

⁸¹ FERREIRA, Maria Nazareth. *A Imprensa Operária no Brasil. 1880-1920*. Petrópolis: Vozes Editora, 1978, p. 131.

Dentre os incontáveis prontuários de trabalhadores gráficos registrados junto ao acervo da Polícia Política de São Paulo, destacamos o documento que trata da prisão do gráfico João Flisi Storti em 28 de março de 1929, o qual já havia sido fichado pelo Deops/SP como comunista militante por ter “tomado parte ativa na vida do Bloco Operário e Camponês.” Tratava-se, portanto, de um indivíduo conhecido da polícia e que registrava antecedentes comprometedores. Como se não bastasse, na opinião da polícia, ele estava se aproveitando da greve dos gráficos declarada em 23 de março de 1929, para realizar propaganda subversiva entre os grevistas.

Levo ao conhecimento de V. Excia, que, hoje, pelo inspetor Aprígio do Amaral, foi preso o indivíduo João Flisi Storti, já prontuariado neste gabinete como comunista militante, tomando parte ativa na vida do Bloco Operário e Camponês. Storti aproveitou a ocasião da greve dos gráficos, declarada em 23 do corrente, para efetuar a sua propaganda no seio dos grevistas, incitando-os a se manterem na atitude tomada, reagindo aos patrões e a polícia. Em seu poder foram encontrados diversos boletins que junto a esta comunicação.⁸²

Dessa forma, Storti não agia apenas como propagandista de “doutrinas exóticas” e contrárias à ordem estabelecida. Os registros descrevem sua atitude como ainda mais perigosa, pois incitava os grevistas a manterem-se em greve e a reagir contra os patrões e a polícia. Tal postura demonstrava para as autoridades seu “espírito desordeiro”, característica daqueles que professavam o “comunismo vermelho.” O fato de terem sido encontrados em seu poder diversos boletins deixava evidente ao Sub-chefe dos Inspetores, as tendências políticas de Storti. Uma vez apreendidos os boletins, se tinha a prova material do crime político do gráfico João, efetuado não apenas por meio da oralidade, mas também através do impresso.

Seguindo a mesma tendência de apreensão de material de propaganda comunista, temos o caso do gráfico José Silva :

Levo ao conhecimento de V. Excia. que o inspetor Antônio Benvenga efetuou esta manhã a prisão do indivíduo José Silva, em sua residência na Rua Placidina, 34. José Silva é gráfico grevista, tendo trabalhado incessantemente para o triunfo da greve, auxiliando com eficácia o Comitê da Greve: em seu poder foram encontrados vários números do Boletim da Greve, e um pacote de boletins comunistas, juntando a esta um exemplar deles. Silva acha-se recolhido neste Gabinete á disposição de V. Excia.⁸³

⁸² Comunicado do Sub-chefe dos Inspetores, para o Exm. Sr. Dr. Ibrahim Nobre DD. Delegado de Ordem Política e Social. São Paulo, 28/03/1929. *Pront. n. 221, João Flisi Storti.* Deops/SP. Apesp.

⁸³ Comunicado do Sub-chefe dos Inspetores, para o Exm. Sr. Dr. Ibrahim Nobre DD. Delegado de Ordem, Política e Social. Delegacia de Ordem Política e Social, doc. 01, fl. 01. *Pront. n. 288, José Silva.* Deops/SP. Apesp.

De acordo com o comunicado do Sub-Chefe dos Inspetores, José Silva foi preso em sua residência por ser gráfico grevista e ter trabalhado “incessantemente para o triunfo da greve”, além de ter prestado auxílio ao Comitê da Greve. De acordo com os registros policiais, José Silva era um gráfico ativo frente às questões trabalhistas, postura comprovada pela posse de vários números do *Boletim da Greve*. Para a polícia essa era uma “atitude perigosa e subversiva”, visto que toda e qualquer greve visava a contestação ou reivindicação contra o Estado. No caso de José Silva a situação se agravava ainda mais, pois, foram encontrados também, em seu poder, um pacote de boletins comunistas. Com isso nos deparamos novamente, como no caso anterior, com a apreensão do portador e da prova de seu crime. Produzir, portar e instigar a rebeldia por meio de material impresso e de atitudes “extremistas”, eram definidas pelas autoridades como atos de subversão da ordem e promotora do caos entre os cidadãos de bem.

Portanto, era importante para o Estado autoritário impedir, por meio da apreensão - leia-se censura -, a circulação ou alfabetização das massas por doutrinas “alienígenas” ao sistema em vigor. O Estado assumiu perante o povo o papel de condutor de um processo excludente das massas e silenciador das oposições. Assim, “por trabalhador gráfico entende-se entre aqueles elementos politizados que compreenderam o momento em que viviam”⁸⁴ e lutaram por meio do produto final do seu trabalho - os impressos - para a alteração daquele sistema político.

A partir deste processo de subversão das massas encontramos personagens como Affonso Schmidt que propunham uma sociedade diferente, fundada num modelo político-ideológico diferenciado daquele imposto pelo Estado. Crítica, tal proposta apavorava os partidários da ordem estabelecida que, assim como acontecia nos demais países totalitários e autoritários, buscava sempre por um inimigo-objetivo, segundo conceito estabelecido por Hannah Arendt.⁸⁵ Desta forma alimentavam-se os mitos políticos, dentre os quais o do comunismo internacional judaico-comunista.⁸⁶

⁸⁴ FERREIRA, Maria Nazareth. *A Imprensa Operária no Brasil. 1880-1920*. Petrópolis, Vozes Editora, 1978, p. 115.

⁸⁵ ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo – Anti-Semitismo, Imperialismo e Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Ver também, CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; CROCI, Federico (org.). *Tempos de Fascismos. Ideologia, Intolerância, Imaginário*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 2010.

⁸⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em Guarda contra o Perigo Vermelho: o Anti-Comunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002. Ver também WIAZOVSKI, Taciana. *O Mito do Complô Judaico-Cominista no Brasil*.

Neste contexto de manipulação dos fatos, o que menos interessava era o quanto de verdade havia na representação mítica. O importante era que o mito se “tornasse” verdade e, para tanto, era necessário que a sociedade identificasse os culpados. Sob este prisma, os intelectuais partidários de idéias “extremistas” eram rotulados de comunistas e/ou “bolcheviques vermelhos”, expressões carregadas de estigmas. No caso de Affonso Schmidt, a dimensão de sua periculosidade era reforçada pelo emprego de palavras no superlativo como “larga atividade”, “grande agitação”, tradutor crônico”, dentre outras qualidade indesejadas.

Affonso Schmidt: intelectual comunista de larga atividade. Desde 1921 iniciou a propaganda do credo vermelho, tendo feito grande agitação entre operários que a esse tempo se declararam em greve na cidade de Santos. É tradutor crônico de obras suspeitas, de autores estrangeiros. Elemento muito ligado a outro intelectual comunista Salisbury Galeão Coutinho.⁸⁷

Affonso Schmidt figurava como duplamente suspeito, pois era intelectual e propagandista do “credo vermelho”. Como “escritor perigoso” destacava-se por seu opúsculo *Os Negros*, que, de acordo com os relatórios policiais, circulava muito entre os intelectuais comunistas presos, também promovia “agitações” entre os operários que estavam em greve, traduzia obras de autores estrangeiros consideradas suspeitas pela Polícia Política e, ainda, tinha ligação com outro intelectual comunista, também visado pelo Deops/SP: Galeão Coutinho. Este contava com larga atividade não só em jornais e nos meios operários, como também no meio editorial – como a *Editorial Pax* –, empresa onde figurava como um dos diretores ao lado do proprietário Alexandre Wainstein, judeu, russo, intelectual e membro do Partido Comunista. Como tantos outros, visado pela polícia.

As autoridades responsáveis pela manutenção da ordem estavam sempre atentas às atividades desses intelectuais que, por suas idéias e ações, poderiam colocar em risco a segurança nacional e a estabilidade das instituições. Atitudes contestatórias que, na maioria das vezes, estavam relacionadas com a produção de material impresso. Daí também a intensificação da vigilância, a censura sistemática e a repressão aos órgãos de imprensa, bem como aos seus

Gênese, Difusão e Desdobramentos (1907-1954). São Paulo: Humanistas, 2008; GIRARDET. RAOUL. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

⁸⁷ Informação sobre Affonso Schmidt, do Chefe do Arquivo Geral Frederico Hanfeld de Andrade para o Sr. Delegado de Ordem Social. Delegacia de Ordem Social, São Paulo, 12/09/1949, fl.21. *Pront. n. 11, Affonso Schmidt*. Deops/SP. Apesp. [Grifo nosso]

colaboradores. Antonio Candeias Duarte, por exemplo, era um homem visado pelo seu perfil político e intelectual:

Antônio Candeias Duarte

O snr. Antônio Candeias Duarte, quando da publicação do jornal ‘O Homem do Povo’, de que era um dos redatores e membro do seu corpo editor, assinava os seus artigos com o pseudônimo de Hélio Negro. Nos três primeiros números dessa publicação fez uma apologia das doutrinas comunistas, respondendo a um artigo publicado do ‘Diário Popular’ de crítica ao comunismo e aos bolcheviques russos.

Nessa mesma ocasião publicou mais um livro sobre economia brasileira, sendo alguns capítulos publicados no ‘O Homem do Povo’. Até 1919 Antônio Candeias Duarte foi partidário do anarquismo, depois se converteu ao marxismo, aderindo francamente ao Partido Comunista, mantendo uma atividade em parte de expectativa, depois, por ocasião do triunfo da Revolução de Outubro, concorrendo com dinheiro e literatura saída da sua pena para a vitória da sua causa.⁸⁸

Candeias Duarte era proprietário da tipografia que imprimia o material editado pela *Editorial Marenglen* dentre os quais constavam os livretos *O que é o plano quinquenal* e *Em Marcha para o Socialismo*.⁸⁹ A atividade subversiva de Candeias Duarte iniciou-se em 1931, quando a *Marenglen* foi invadida pela polícia e todo material encontrado foi apreendido, Duarte foi considerado como “uma das figuras de maior destaque na greve geral”⁹⁰ de 1917. Trabalhou também como redator e membro do corpo editor d’ *O Homem do Povo* onde publicou artigos em defesa da doutrina comunista. Era o autor de um livro sobre a economia brasileira que teve alguns de seus capítulos publicados n’ *O Homem do Povo*, o que nos leva a crer que o conteúdo correspondia ao perfil esquerdista, deste periódico.

O relatório refere-se a Antônio Candeias Duarte, no que diz respeito a sua ideologia política, como sendo anarquista até 1919 tendo, depois, se convertido ao marxismo ao aderir ao Partido Comunista Brasileiro. Assumiu primeiro uma posição de expectativa e depois, com o triunfo da Revolução de Outubro na Rússia, em 1917, uma atitude mais efetiva contribuindo com dinheiro e produção literária. Aqui nos deparamos com uma frase reveladora do investigador

⁸⁸ Relatório de Atividades de Antônio Candeias Duarte, de Antônio Ghioffi, para o Exmo. Snr. Dr. Ignácio da Costa Ferreira Md. Delegado de Ordem Social. São Paulo, 23/05/1931, doc. 03, fl. 03. *Pront. n. 61, Antônio Candeias Duarte*. Deops/SP. Apesp.

⁸⁹ Ver CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros Proibidos, Idéias Malditas. O Deops e as Minorias Silenciadas*. São Paulo, Ateliê Editorial, 2002.

⁹⁰ Relatório de Investigação do Delegado de Ordem Social. Superintendência de Ordem Política e Social, São Paulo, 21/05/1931, doc. 14, fl. 21. *Pront n.. 831, Editorial Marenglen*. Deops/SP. Apesp.

Antônio Ghioffi que expressa a concepção da Polícia Política em relação ao perigo desta literatura produzida por autores de esquerda: “concorrendo com dinheiro e literatura saída da sua pena para a vitória da sua causa.”⁹¹

Para as autoridades, esses intelectuais se valiam da palavra escrita para garantir a vitória da sua causa: implantar no Brasil um governo comunista semelhante ao da Rússia. Sob este viés, o Estado justificava a perseguição sistemática aos intelectuais “fora da ordem” e a censura institucionalizada aos seus textos.

⁹¹ Relatório de Atividades de Antônio Candeias Duarte, de Antônio Ghioffi, para o Exmo. Snr. Dr. Ignácio da Costa Ferreira Md. Delegado de Ordem Social. São Paulo, 23/05/1931, doc. 03, fl. 03. *Pront. n. 61, Antônio Candeias Duarte*. Deops/SP. Apesp.

2.3 - O Trabalhador Graphico

O Trabalhador Gráfico “órgão da U.T.G.”, foi editado pela primeira vez em 15 de junho de 1920 com o objetivo de ser o canal de diálogo e informação entre a U.T.G. e os operários gráficos. Pretendia também discutir assuntos referentes à economia, política e situação social dos trabalhadores em geral, além de denunciar os abusos e violências cometidas pela polícia pelos patrões que não cumpriam as leis trabalhistas e pelo próprio Estado.

Tanto nos artigos publicados pelo *O Trabalhador Gráfico* quanto nas reuniões promovidas na sede da U.T.G., um dos temas recorrentes – acompanhados de perto pelos líderes gráficos – era do avanço dos governos totalitários na Europa. No entanto, cabe lembrar que vários líderes gráficos se engajaram na luta anti-fascista abrindo caminho para futuras organizações como o Comitê Anti-Fascista, o Comitê Anti-Integralista, o Movimento Áustria Livre, o Movimento Pró-Alemanha Livre e o Movimento França Livre.⁹² Além disso, se debatiam também em temas como o imperialismo e a crise do capitalismo, enquanto os editoriais freqüentemente contemplavam o tema das ideologias político-sociais. Era publicado com periodicidade variada, sendo mensal, semanal ou até diário, no caso de greves ou acontecimentos que assim o exigissem. Os textos eram escritos por gráficos que também exerciam a função de jornalistas e que desempenhavam um papel de destaque na imprensa operária. Contando com o apoio de editores e tipógrafos promoviam uma importante rede de comunicação entre todos os setores do operariado.

A partir da década de 1930, a linguagem do jornal da U.T.G. tornou-se predominantemente textual em comparação aos exemplares dos anos de 1920, em que caricaturas e desenhos tinham especial destaque, fosse para chamar a atenção do trabalhador ou para auxiliar a compreensão daqueles com menor grau de instrução. Este recurso foi muito utilizado pelos anarquistas em seus jornais *A Lanterna* e *A Plebe* que, geralmente, apresentavam cenas relacionadas ao cotidiano operário. Através das charges denunciavam as perseguições da polícia,

⁹² Cumpre citar o expressivo papel desempenhado pelo italiano Antonio Piccarolo, socialista moderado, responsável pela primeira e mais importante publicação anti-fascista em São Paulo: o jornal *La Difesa*, fundado em 1923. Ver CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; BOSSOY, Boris. (orgs.) *A Imprensa Confiscada pelo Deops, 1924-1954*. São Paulo: Ateliê Editorial/Imprensa Oficial, 2003, p. 31-32. Sobre os movimentos contra o nazismo consultar www.arqshoah.com.br.

as injustiças do mundo capitalista e a exploração dos trabalhadores gerando um sentimento de identidade e injustiça.⁹³

O Trabalhador Gráfico, n.º 1. São Paulo, 15 de junho de 1920. Cedem/Unesp.

⁹³ Sobre esse tema ver: MAGALHÃES, Luciana Pokorny Odoni. *A Subversão Ilustrada: A Iconografia Caricatural Confiscada pelo DEOPS/SP e a Repressão na Era Vargas (1930-1945)*. Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, 2007. SANTANA, Marcio Santos de. *Projetos para as Novas Gerações: Juventudes e Relações de Força na Política Brasileira (1926-1945)*. Tese de Doutorado, FFLCH/USP, 2009. CASTRO, Eduardo Góes de. *Os "Quebra-Santos". Anticlericalismo e Repressão pelo DEOPS/SP*. São Paulo, Humanitas, 2007. CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em Papel e Tinta: Periodismo e Vida Urbana – 1890-1915*, São Paulo, Educ/Imprensa Oficial, 2000. CARNEIRO, Maria Luiza Tucci e KOSSOY, Boris (orgs.). *Op. cit.* São Paulo, Ateliê Editorial/Imprensa Oficial, 2003; SILVA, Marcos Antônio da. *Rir das ditaduras: os dentes de Henfil (ensaio sobre Fradim – 1971-1980)*. São Paulo: Tese de Livre-Docência em Metodologia da História, FFLCH/USP, 2000.

Outro aspecto a ser considerado a partir da análise dos jornais dos gráficos, é a mudança que ocorreu no estilo de *O Trabalhador Gráfico* após a sindicalização imposta pelo governo Vargas em 1931. No entanto a U.T.G. tentou se manter como um sindicato independente até 1935, quando a partir daí sucumbiu à lei de sindicalização. Foi neste momento que o discurso do jornal se alterou⁹⁴: a oposição ferrenha ao governo, uma de suas marcas, foi se diluindo e o discurso oficial Estado foi sendo assimilado. Fica evidente na frase em destaque na primeira página do jornal de fevereiro de 1942:

“Este é o lema de nossa organização de classe: Os superiores interesses da coletividade estarão sempre acima dos pequenos interesses pessoais!”⁹⁵

Da mesma forma que o jornal, após 1935, tentava incutir na mentalidade dos gráficos os princípios idealizados pelo governo Vargas de uma sociedade organizada, harmônica e feliz, nos parece esclarecedor o artigo: “Um gráfico prevenido vale por dois”, publicado em fevereiro de 1942:

Quando o espírito do comodismo invade o sentimento de todos aqueles que são escravos de suas paixões e só cuidam de sua vida de mundanismo e ociosidades, eles se afastam de uma vida ordeira e prudente, que o possa levar a um futuro melhor, para se dedicarem a orgias e depravações, vícios que, não só estragam a saúde, gastam as energias que seriam bem aproveitadas em coisas úteis com também desperdiçam os seus haveres, que são fruto de muitos sacrifícios e labores árduos. A nova legislação social nos proporcionou muitas coisas boas e úteis, mas que é mister saber aproveitar. Primeiro, que a lei favorece a organização de classe. Ora, uma classe bem organizada em seus princípios, é o mesmo que um edifício cujas bases são sólidas. O gráfico que vive isolado, e não quer saber de organização, está preparando um futuro todo de dificuldades, que será mais tarde, um obstáculo ao seu progresso material e moral.⁹⁶

Neste artigo fica evidente o discurso direcionado para a doutrinação do trabalhador, pois apenas aqueles que não se entregavam à uma vida de “comodismo”, “mundanismo” e

⁹⁴ Interessante notar que não houve apenas a alteração no discurso do jornal, a grafia também foi alterada sendo a partir de então *O Trabalhador Gráfico* com acento e sem “ph”.

⁹⁵ *O Trabalhador Gráfico*, fevereiro de 1942, p. 1. Cedem/Unesp. [Grifo nosso]

⁹⁶ Artigo “Um gráfico prevenido vale por dois” *O Trabalhador Gráfico*, fevereiro de 1942, p. 4.

“ociosidades” poderiam desfrutar das benesses oferecidas pela “nova legislação social” que proporcionava “muitas coisas boas e úteis, mas que é mister saber aproveitar”, caso contrário esses trabalhadores não poderiam ter “uma vida ordeira e prudente”, pois as leis teriam sido conquistadas a partir de “muitos sacrifícios e labores árduos” em prol da organização de classe. Sendo que, aquele que não participasse dessa organização estaria “preparando um futuro todo de dificuldades”, cujo isolamento seria um “obstáculo ao seu progresso material e moral”.

Dessa forma, o Estado representado no sindicato proporcionava todas as condições necessárias para o desenvolvimento do trabalhador, mas cabia a ele optar pelo melhor caminho, ou seja, aquele “sugerido” pelo governo. Tentava-se transmitir uma idéia de liberdade e livre arbítrio, quando na verdade tratava-se de normas impostas.

Este é o lema de nossa organização de classe: Os superiores interesses da coletividade estarão sempre acima dos pequenos interesses pessoais!

A nossa organização sindical preencherá totalmente sua finalidade sempre que pela ação legal possa promover justas melhorias à coletividade gráfica.

A eficiência e uma maior produção por parte dos operários gráficos estão na razão direta de um salário que compense as energias dispendidas e de uma jornada de trabalho menos longa.

O TRABALHADOR GRÁFICO

ÓRGÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES GRÁFICOS DE S. PAULO

Registrado no D. I. P. conforme Of. SA - 1.824

Ano XVII — AV. RANGEL PESTANA, 21 - 4.º andar — Tel. 3-1892 — São Paulo — N.º 37 — EDIÇÃO DO S. T. I. G. — Fevereiro de 1942

“Alea Jacta Est”

A inércia, na qual o “Trabalhador Gráfico”, de tempos a esta parte, havia permanecido, finalmente cessou.

Com efeito, é o que se pode deduzir, pois o número presente, demonstra, sem dúvida, que o órgão dos gráficos reencontra, agora, o ciclo de suas habituais publicações.

Ao apresentar-se de novo, à meridiana luz do dia, fá-lo precisamente na data da comemoração do “Dia do Gráfico”, esperançosos por inúmeras vezes reverenciá-lo ainda, e almejando assinalar, no decorrer de sua existência, uma sequência de auspiciosas iniciativas, de feitos memoráveis e praveitosas realizações.

Propósitos por si sós tão elevados; a boa vontade que os seus dirigentes predisponem-se a lhe emprestar; o vigoroso e alentador impulso que através das prescrições legais o Sindicato recebeu e ao “Trabalhador Gráfico”, como seu órgão direto que é, ao mesmo tempo retransmite, consubstancia motivos de tal monta, que acreditamos não ser temeridade, mas o produto de um raciocínio lógico, vaticinar ao porta-voz da respectiva classe, uma ousada promissora, venturosa, fadada a conseguir, em seu decurso, a implantação de inabaláveis alicerces.

E' o porvir que ao “Trabalhador Gráfico” se nos afigura estar agora reservado, porvir, aliás, que de todo coração lhe desejamos. — A. P.

Imposto sindical do exercício de 1942

Em março próximo, o S. T. I. G. distribuirá aos srs. empregadores, as Guias de Recolhimento para o imposto relativo ao ano de 1942.

Aos empregadores que não recolheram o imposto sindical de seus operários relativo ao exercício do ano findo, não lhes serão remetidas as Guias do presente ano, denunciando este Sindicato à Seção competente do Ministério do Trabalho, a falta de cumprimento do Decreto n. 2.377, de 8 de Julho de 1940, por parte de tais empregadores.

7 DE FEVEREIRO

A data de 7 de Fevereiro, companheiros, que todos os anos temos comemorado condignamente, representa e significa para a corporação gráfica de São Paulo, a lembrança dos dias tumultuosos e de provações que passamos durante quarenta e tres dias de luta em prol de melhores condições de trabalho.

Superfluo seria descrever aquele grande movimento com todas as suas peripécias. E' do conhecimento de todos os gráficos a história daquele inesquecível movimento paredista que a corporação gráfica exarou nas paginas da História Sindical do país. Não se repete a história. São diversas as condições atuais mas cumpre aos gráficos rememorar as jornadas gloriosas de 1923 para colher o exemplo do passado e seu ensinamento.

Fazendo uma análise daque movimento, das razões porque a corporação se lançou em tremenda luta contra a classe patronal, constataremos, então, que os operários gráficos estavam sujeitos naquela época a condições de trabalho e de vida humilhantes e precaríssimas.

Exigências absurdas dos empregadores com referência a confecção de trabalhos; exploração desmedida de menores e mulheres no período de aprendizagem; horário de nove horas e trabalho extraordinário sem remuneração extra e, enfim, salários de fome aos operários oficiais. Tais eram as condições de trabalho a que estavam submetida a corporação gráfica. Acossados os operários pela mais premente das necessidades que impõe a existência mas, precisamente, quando a corporação, após árduo e prolongado trabalho de arregimentação e propaganda, se achava coesa e una, pendeu, com decisão, lançar-se à luta para reivindicar mais justas condições de trabalho, maior salário e remuneração de 50% no trabalho extraordinário. Depois de quarenta dias de luta, a corporação gráfica de São Paulo voltava ao trabalho neste grandioso parque industrial, altiva e vitoriosa, por ter conquistado suas aspirações justas e ter forçado os empregadores a atender os reclamos humanos dos seus empregados.

Findo, pois, aquele movimento paredista a corporação prosseguiu una e coesa, afirmando por longos anos, sua capacidade de organização, resistência e pertinácia na defesa intransigente de todos os seus magnos interesses, quer de ordem econômica, quer de ordem profissional e moral.

Contemplemos o panorama atual da corporação fragmentada, desunida e mal arregimentada. De outro lado, assistimos o desenvolvimento da legislação de caráter social. Verdade é que não foram vãos os esforços e o sacrifício da vanguarda sindical daquela época. Pois as garantias legais que têm atualmente o trabalhador são também resultado indireto daquelas lutas.

Concluiremos, pois, pela necessidade de que os operários gráficos se compenhem do imperioso dever de se unirem sob o estandarte do seu sindicato, tantas vezes vitorioso.

E' isto, somente isto, que dizemos aos nossos companheiros na passagem do decimo nono aniversário daquela inesquecível data 7 DE FEVEREIRO: “O DIA DO GRÁFICO”.

Oposição, sim! Obra de destruição, não!

Nos áureos tempos da famosa U. T. G. havia no Sindicato um grupo de companheiros que procediam nas reuniões de representantes e nas Assembleias Gerais Ordinárias ou Extraordinárias, ostensiva crítica à direção do Sindicato, forçando-a a manter-se dentro da linha sindical traçada pela corporação. A atitude daquele grupo, sem sombra de dúvida, concorria para manter a Comissão Executiva em contínua atividade, e tornar o Sindicato mais forte e uno. Os companheiros constituíam um bloco e exercendo oposição à direção do Sindicato, nada mais faziam do que impulsionar a vida da organização.

Ora acusando a direção por uma justa falta, ora criticando-a por um reparável erro, tal era o procedimento de colaboração leal, sincera e construtiva daqueles companheiros, que nossa organização firmou sua existência e a eles tanto deve. Exercer oposição aos dirigentes da organização é procedimento de homens sensatos, concientes e, sobretudo, dignos de admiração. Mas, todo aquele que procura agitar questões, seja de qualquer espécie ou caráter, fundando-as na mentira e em supostas informações despidas do menor grão de crédito, de maneira sórdida, injusta, merecem, com toda justiça, a cólera não só daqueles que eles pretendem atacar, incompatibilizar, como também dos que lhes conhecem o sentimento baixo e pequenino.

OS SOCIOS DO SINDICATO terão mais uma regalia!

A partir do dia 7 de Fevereiro do corrente, a Comissão Executiva do Sindicato, concederá somente aos associados, mais uma regalia. Os associados quites, e em pleno gozo de seus direitos associativos, passarão a ter gratuitamente direito às consultas médicas. A medida será transitória, isto é, vigorará até que seja aprovado o regulamento de Assistência, o qual está sendo elaborado.

O "Dia do Gráfico" é comemorado em todo o território do país, sempre e onde se encontre um grupo de operários gráficos

O dever dos gráficos

A Comissão Executiva, recentemente, eleita em Assembleia Geral Ordinária, realizada a 29 de outubro do ano findo, está aguardando a aprovação das eleições pelo sr. Ministro do Trabalho, para poder tomar posse do Sindicato e entrar em atividade, dando assim cumprimento ao seu mandato. A futura direção do S. T. I. G. que é composta de companheiros da confiança da corporação e integrada por elementos esclarecidos e ativos, está reservado um árduo trabalho de reorganização e educação sindical.

Temos a certeza que, empossada a nova Comissão Executiva, a nossa organização continuará a fecunda fase de sua vida associativa.

Inúmeras iniciativas de caráter benéfico, serão concretizadas e instituídas a favor dos gráficos sindicalizados. Diversas medidas de acordo com as leis vigentes serão traçadas e executadas com energia e tenacidade.

A corporação será defendida de todos os males momentâneos que a atormentam. A campanha pela fiscalização e cumprimento do Decreto número 2308, será uma das principais atividades da nova direção.

O aumento de 20% aos salários do operário que labuta em serviço noturno é uma das disposições daquela lei e que não chegaram a ser realizadas, nas oficinas gráficas de jornais de São Paulo.

Assim, também, o Descanso Dominical dos trabalhadores de imprensa, em virtude da má vontade das empresas jornalísticas, essas disposições legais ainda são letra morta.

A corporação precisa prestigiar a ação de seu sindicato que, só assim, poderá reparar o mal e pleitear com inteiro sucesso o cumprimento da lei.

Para um trabalho concreto, produtivo e sobretudo eficaz, a nova Comissão Executiva necessita, antes de tudo, do apoio moral e material da corporação. A união, a solidariedade dos operários gráficos deverá manifestar-se sem subterfúgios de espécie alguma para que em conjunto possamos alcançar os objetivos que aspiramos, com justiça e equidade.

Companheiros, necessitais de defesa, mas é preciso que apoiéis, de fato, vossa organização de classe para que ela possa propagar as nossas melhorias.

Cada gráfico, pois, que cumpra seu dever.

O imposto sindical

O Diretor do Departamento Nacional do Trabalho encaminhou à consideração do Ministro interino, sr. Pinheiro Machado, o ante-projecto de decreto-lei que dispõe sobre a aplicação do imposto sindical.

Dada a relevância do assunto, o Ministro interino do Trabalho, designou os srs. Paulo Camara, presidente do Conselho Atuarial, e Geraldo Batista, membro do Conselho Nacional do Trabalho, para, no prazo de 15 dias emitirem parecer a respeito.

CARTA ABERTA AOS COMPANHEIROS

Estando no fim do mandato da atual Comissão Executiva, em que tenho a honra de presidir, não posso deixar de expressar por meio de nosso Boletim, a satisfação que tenho em poder constatar e aqui publicamente noticiar, que ainda persiste no seio da corporação gráfica o espírito associativo e de solidariedade para a satisfação de todos aqueles que são concientes e bons operários.

Ninguém ignora o período crítico pelo qual nossa organização sindical tem passado. E, se não fora a ajuda de numeroso grupo de companheiros que atenderam ao apelo da Comissão Executiva, depois de ter tomado posse da direção do Sindicato em Setembro de 1940, a nossa organização sindical teria baqueado e perecido, satisfazendo assim, o desejo de alguns companheiros, uns inconscientes e outros animados pelo rancor e pelo despeito. Contudo, esperamos em breve que aqueles companheiros reconheçam seu lamentável procedimento e mudem de caminho, procurando o seu Sindicato de classe que, como em todos os tempos estará, agora também, à disposição dos que dele necessitam de proteção e ajuda.

Terminando, agradeço em meu nome, no da Comissão Executiva e do Conselho Fiscal, a acolhida que teve o nosso apelo, com o qual pudemos reunir todos os nossos esforços e libertar o S. T. I. G., do caos em que aqueles companheiros, tendenciosamente, o haviam precipitado.

Aos componentes da corporação gráfica de São Paulo, agradeço-os com esta simples expressão proletária: Muito obrigado.

Raphael Pereira do Vale
Presidente do Sindicato

Um gráfico prevenido vale por dois

Em nosso meio, há muita negligência, e isto existe entre aqueles que são dados a uma vida folgada, e chegam até a descuidar de seus próprios interesses.

Quando o espírito de comodismo invade o sentimento de todos aqueles que são escravos de suas paixões, e só cuidam de sua vida de mundanismo e ociosidades, eles se afastam de uma vida ordeira e prudente, que o possa levar a um futuro melhor, para se dedicarem a orgias e depravações, vícios que, não só estragam a saúde, gastam as energias que seriam bem aproveitadas em coisas úteis como também esperdizam os seus haveres, que são fruto de muitos sacrifícios e labores árduos.

A nova legislação social nos proporciona muitas coisas boas e úteis, mas que é mister saber aproveitar.

Primeiro, que a lei favorece a organização de classe. Ora, uma classe bem organizada em seus princípios, é o mesmo que um edifício cujas bases são sólidas.

O gráfico que vive isolado e não quer saber de organização, está preparando um futuro todo de dificuldades, que será mais tarde, um obstáculo ao seu progresso material e moral.

Assim é aquele que não tem carteira de aposentadoria, julga que é inútil o pagamento mensal das quotas de previdência.

A nossa vida é cheia de imprevistos. Não sabemos se lá um dia nos faltam as forças para continuar a lutar, porque há tantos tipos de invalidez a que o homem está sujeito, que nem podemos imaginar. E passando para o campo da organização, o gráfico que para a sua quota mensal ao Sindicato, está garantido, não só em caso de necessidade, desemprego ou enfermidade, como também em qualquer apertura da vida.

A grande crise de trabalho que houve em 1930, nos pode abrir luz sobre o que refiro nestas palavras, tão patentes e tão razoáveis a uma consciência compenetrada de bom senso que, por si mesmo trate de precaver contra os males futuros que nada mais são que a falta de trabalho, a doença e a invalidez.

MARCONDALE

O TRABALHO NOTURNO DAS MULHERES E MENORES NAS FABRICAS

O Chefe do Governo mandou arquivar a exposição de motivos que lhe foi apresentada, em fins de dezembro último, pelo então ministro interino do Trabalho, sr. Dulce Pinheiro Machado, sobre a sugestão da Interventoria de São Paulo no sentido de que o Ministério autorizasse, como medida excepcional, a suspensão temporária das exigências legais que proíbem o trabalho noturno de mulheres e menores nas fábricas a fim de atender às condições especiais geradas pela conflagração internacional.

Que o exemplo das gloriosas jornadas do passado inspire a nossa atividade presente para que a organização sindical dos gráficos do Brasil se mantenha sempre na vanguarda das conquistas operárias.

Outro exemplo desse alinhamento do sindicato dos gráficos com o governo de Getúlio Vargas pode ser confirmado no n.º 144, publicado em 10 de outubro de 1942, meses após o Brasil ter declarado guerra às potências do Eixo. A frase em destaque convocava os gráficos à apoiar Getúlio nesse momento em que o Brasil precisava estar unido. O discurso é patriótico e nacionalista acompanhando a euforia que tomou conta do povo brasileiro que, a partir de 1942, sentiu-se como parte do mundo em luta contra o nazismo.

Gráficos! – Neste momento o Brasil inteiro é uma só alma e uma só vontade. Cerremos fileiras em torno do chefe da nação que, - enérgico e sereno, soube revidar a afronta sofrida pela pátria.⁹⁷

Neste mesmo n.º 144, o artigo “Delenga Germânia” abençoava o Brasil, até mesmo com certa ironia: “[...] Brasil, pugnou pela liberdade contra a opressão, pelo acolhimento contra a conquista, está em plena guerra.”⁹⁸ Fazendo usos do vocabulário emprestado da medicina, segundo estudos de Tucci Carneiro sobre o discurso da intolerância. *O Trabalhador Gráfico*, compara o Brasil a um órgão, no caso, o *coração* que “sente as dores oriundas dos golpes que o Continente recebe”. Como tal é o “órgão afetivo principal das Américas”, um “grande laboratório de povos”. Fechando os olhos ao racismo brasileiro exaltam o país que “enrubesceu o seu sangue com as cores de todos os sangues.”⁹⁹

⁹⁷ *O Trabalhador Gráfico*, 10 de outubro de 1942, p. 1. Cedem/Unesp.

⁹⁸ MORAIS, Paulo de. “Delenga Germania”, *O Trabalhador Gráfico*, n.º 144. São Paulo, 10 de outubro de 1942, p. 1. Cedem/Unesp.

⁹⁹ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. “A Doença como Metáfora”, In: MONTEIRO, Yara; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (orgs.). *A Doenças e os Medos Sociais*. São Paulo: Unifesp, no prelo; artigo “Delenga Germânia”, op. cit., [grifo nosso].

Gráficos! -- Neste momento, o Brasil inteiro é uma só alma e uma só vontade. Cerremos fileiras em torno do chefe da nação, que -- enérgico e sereno, soube revidar a afronta sofrida pela Pátria --

Redação: Av. Rangel Pestana, 21
4.º andar — Telefone: 3-1892

S. Paulo — 10 de Outubro — 1942
Ano XVII — N.º 144

ÓRGÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS GRÁFICAS DE S. PAULO

Registrado no D. I. P. conforme Of. SA — 1.824

"Delenda Germania"

O nosso abençoado Brasil, que sempre pugnou pela liberdade contra a opressão, pelo acolhimento contra a conquista, está em plena guerra.

Porque ele é um coração que se doe por todo um corpo. Sendo o órgão afetivo principal das Américas, sente as dores orladas dos golpes que o Continente recebe.

Sempre que até nós brasileiros chegavam as notícias do império do preconceito de cor e, si possível, de raça, indignávamo-nos e lamentávamos a cegueira em que alguns países mergulhavam e que os inibia de perceber que todos somos iguais perante Deus.

Grande laboratório de povos, sabendo que a todas as nacionalidades deve o seu existir — a sua formação, o seu progresso, o coração da América enrubescou o seu sangue com as cores de todos os sangues.

Entretanto, bem sabemos que enquanto o espírito belicoso do prussianismo do-

minar as nações totalitárias, o mundo inteiro não repousará.

Portanto — e com que pesar o dizemos, lembrando os nossos amigos do Japão, da Itália, e da Alemanha, que para o nosso progresso cooperaram — aguardemos a palavra de ordem dos chefes das forças nacionais. E que desta vez não haja idealistas como na guerra de 14-18, que deslombaram Cartão no Senado Romano quando, ao ver Roma sempre ameaçada pelos cartagineses, preconizava: "Delenda Cartago!" Cartago precisa ser destruída!

E o foi. E Roma por Cartago nunca mais foi perturbada.

Os últimos telegramas dão como certos os novos desembarques de tropas na França uma vez que a experiência de Dieppe revelou êxito. E graças à inextinguível resistência do Exército Russo e ao seu poder destruidor contra os germânicos, é impossível pensar-se numa aliança com o nacional-socialismo na região ora em poder dos alemães.

E uma vez que o potencial bélico norte-americano ainda não entrou em ação e que nós sul-americanos possuímos riquezas minerais vastíssimas e vasto solo para cultivo, a Alemanha só terá que esperar o retalhamento, o golpe de misericórdia, o esfacelamento, para que deixe para sempre em paz o mundo todo. Os que pertencem aos países do bloco totalitário e que conosco colaboram para nosso bem, viverão sempre em nosso coração e dentro do coração do mundo — o Brasil.

Mas o nosso adeus aos que preferiram transformar mantelha em canhão e assentar o canhão contra uma terra que nunca se negou a lhes fornecer mantelha.

Aguardemos, portanto, meus patriotas, a ordem de nossas forças armadas, a palavra do Chefe da Nação, para trocarmos o conforto de nosso lar pelas agruras da peleja, agruras que reverterão no prazer de vermos amanhã saneado o mundo do prussianismo e no concerto das nações mais respeitado e mais amado do nosso querido Brasil.

Paulo de Morais.

Gesto simpático da firma Martinelli, Monteiro & Cia.

O S. T. I. G. foi informado, pelo seu representante junto à corporação gráfica do estabelecimento Martinelli, Monteiro & Cia., que ali existe um quadro onde são afixados os comunicados do Sindicato aos seus associados, bem como exemplares do nosso boletim com os Estatutos do Departamento Beneficente e outras matérias de interesse para a coletividade gráfica.

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas agradece aos srs. Martinelli, Monteiro & Cia. essa atenção, verdadeiro gesto de cooperação entre empregadores e empregados.

CARTA-BILHETE

Vocês já sabem, companheiros, que o Brasil está em guerra! Diante dos inomináveis atentados praticados contra a nossa soberania de nação livre e o covarde assassinio de brasileiros indefesos, não tínhamos outro caminho a seguir. Nosso dever, agora, enquanto aguardamos as ordens do comandante supremo, será o trabalho no máximo e uma guerra sem quartel à quinta coluna.

O Brasil tem sido para milhões de imigrantes uma segunda pátria mais generosa que a própria terra de origem deles. Aqui chegaram nas condições que todos sabemos, a maioria com passagem paga pelo nosso governo, pelo nosso povo. Conseguem direitos, riquezas e garantias, às vezes em prejuízo dos próprios naturais. Há os que agradecem essa benevolência da nossa gente. Em grande número, porém, existem aqueles que vivem a pregar a excelência dos métodos de governo dos seus países, desmerecendo os os nossos, dizendo constantemente: "Na minha terra, sim..."

Quem disser que nosso país deveria ter ficado neutro; que nosso país não foi invadido; quem ouvir as estações transmissoras das potências do "eixo" maldito; quem demonstrar medo ou afirmar que nosso país não está em condições de lutar, é quinto-colunista. Não devemos confundir tolerância e paciência com timidez e resignação. Não podemos ser mais tolerantes. Já passou o tempo em que cada um se julgava com o direito de emitir sua opinião, ainda que fosse perniciosas. Estamos em guerra e precisamos trabalhar. E não poderemos realizar o nosso esforço se o inimigo continuar a exercer as suas nefastas atividades em nosso meio. É preciso sanear e purificar o ambiente.

Acabemos com os disfarces. Queremos ver em todos o entusiasmo da verdadeira brasilidade. Onde não encontrou apoio da quinta-coluna o "eixo" maldito foi incapaz de vencer. Muitas lá-

grimas e sacrifícios serão poupados quanto mais completa for a limpeza que se fizer na quinta-coluna.

O momento é de união. Devemos pôr de lado as nossas competições pessoais. A ideologia política adotada por um brasileiro, no passado, não deve ser lembrada para desconfiança no presente. Devemos observar as atitudes dos cidadãos do "eixo", diferenciando os que aqui constituíram família e trabalharam, concorrendo para o nosso engrandecimento, daqueles que aqui vieram para dividir e intrigar. Os que daqui por diante se insurgirem contra o caminho traçado serão punidos com rigor.

Não trazemos no seio da nacionalidade ódio de raças nem perseguições étnicas. Certas nações nos julgaram fracos e medrosos. Esqueceram elas que as páginas gloriosas da história brasileira estão repletas de exemplos nobres, quando invasores atrevidos tentaram se apoderar de nossa querida terra! O nosso sangue já foi derramado inúmeras vezes na defesa da Pátria.

E a história se repetirá, se os bárbaros modernos quiserem provar o valor da nossa gente.

Agora, que o perigo ameaça a Pátria, todo cidadão é um soldado do valeroso Exército de Caxias, que só tem uma vontade, uma única lei e uma única orientação.

Companheiro amigo, já vai longo este "bilhete", que hoje é uma "carta". Vou terminar, transmitindo a palavra de ordem do nosso Sindicato, que, desejo de salvaguardar os interesses da nação e também da corporação que representa, recomenda aos seus associados rigorosa vigilância ao que afete ou de qualquer modo prejudique o Brasil e o seu povo, apontando às autoridades policiais as pessoas suspeitas, às quais competem tais verificações.

Companheiros: tudo pelo Brasil!

Cordialmente — L. M.

50% nas horas extraordinárias não é absurdo nem tão pouco pretensão dos trabalhadores gráficos.

Mas, sim um direito, uma reivindicação que eles conquistaram na inesquecível greve do ano de 1923. Portanto, cumpre aos proprietários respeitar esse inviolável direito e, aos operários, por ele pugnar.

SOLICITA O COMPARECIMENTO

O Departamento Jurídico do S. T. I. G., pede o comparecimento do companheiro, Rolando Totene, na sede social, afim de ser identificado sobre a resolução de sua reclamação de férias. O não comparecimento implicará no arquivamento da reclamação referida.

Inúmeros textos de autoria dos gráficos foram produzidos em seu jornal expressando a diversidade de suas posturas políticas: anarquistas, comunistas e trotskistas, talvez na tentativa de aproximá-las da realidade do operariado paulista. O que, se, por um lado nem sempre surtiu os efeitos desejados, por outro demonstra a perspicácia e a capacidade criativa desses ativistas. No entanto, após 1935, *O Trabalhador Gráfico* perdeu boa parte da sua força de vanguarda e de sua liberdade de expressão passando a ser então apenas mais um jornal sindical.

III - O Deops/SP: perseguição e censura

3.1 - Gráfico: um suspeito em potencial

Através e da documentação confiscada dos trabalhadores gráficos é possível reconstituir o cenário onde estes figuravam como agentes sociais inseridos numa complexa engrenagem política. Não eram apenas coadjuvantes, personagens secundários no contexto político da primeira metade do século XX. Por outro lado, os documentos que registram a ação do aparato policial expressam a repressão á qualquer tipo de contestação, assim como a (re)ação dos trabalhadores em geral. Enquanto “artesãos da subversão”, os gráficos foram vigiados e perseguidos pelo Estado varguista que interpretava este ofício como perigoso à ordem pública e, por conseqüência, à segurança nacional, conforme enfatizado no capítulos anteriores.

Para muitos grupos políticos, os gráficos eram vistos como um exemplo a ser seguido, um modelo de organização e de lutas sociais. É de se imaginar que grande parte dos impressos “subversivos” passavam pelas suas mãos, quando não eram escritos por seus líderes. Podemos considerar que parte da agitação política que se desenvolveu no seio do operariado paulista nas primeiras décadas do século XX contou com a presença do operário gráfico.¹⁰⁰ Eram valorizados enquanto detentores de saberes específicos de importância fundamental para a sociedade e para a economia nacional como um todo, por ocuparem postos estratégicos na dinâmica social e de base. De acordo com Maria Auxiliadora Guzzo Decca, os trabalhadores gráficos não eram considerados operários:

[...] em função da faixa salarial e do preparo profissional médio exigido [...] sendo igualados a desenhistas, empregados de escritórios, cartório e comércio, escrivãos, funcionários públicos, caixas de bancos, tipógrafos, telegrafistas, etc. Mesmo se considerando exagerada e irreal a classificação desses operários em um grupo intermediário entre os pobres e ricos da cidade, há que se levar em conta que esse tipo de operário tinha em geral, uma situação um pouco melhor que a grande maioria enquadrada como operária.¹⁰¹

¹⁰⁰ FERREIRA, Maria Nazareth. *A Imprensa Operária no Brasil, 1880-1920*. Petrópolis: Vozes, 1978.

¹⁰¹ DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A Vida Fora das Fábricas: Cotidiano Operário em São Paulo 1920-1934*. São Paulo: Paz e Terra, 1987, p. 22.

Neste sentido, os trabalhadores gráficos não exerciam apenas um papel de vanguarda graças a sua formação profissional e intelectual inerente ao seu trabalho cotidiano, mas também como “informantes sociais” ou “formadores de opinião”, pois as notícias chegavam em primeira instância às suas mãos. Seu trabalho muitas vezes, extrapolava a atividade de impressão que, além de materializar as idéias no papel, também favorecia (e agilizava) a propaganda censurada pelo Estado. Estavam, também, cientes das reivindicações das outras categorias, pois passavam pelas suas máquinas a impressão dos seus respectivos jornais, panfletos e livros.

De acordo com a lógica da desconfiança,¹⁰² expressa nos documentos anexados aos prontuários policiais que compõem o Fundo Deops/SP, a atividade política exercida pelos trabalhadores gráficos os transformava numa espécie de “intelectual operário”.¹⁰³ Mas a contrapartida era a censura transformada em um dos principais mecanismos associados para o saneamento ideológico. O objetivo era de impedir a circulação de idéias “perigosas” que pudessem abalar o projeto político do Estado-Nação. O Estado autoritário varguista, não obstante, impôs condições para a organização da sociedade criando leis preventivas e punitivas que determinavam a cultura a ser “consumida” pelo cidadão brasileiro.¹⁰⁴

Ainda que essa cultura estivesse sob a tutela do Estado, intelectuais identificados com o ideário da esquerda criaram táticas revolucionárias para burlar a lei e abrir caminho no setor obscuro do discurso oficial. Ou seja, na clandestinidade colocavam em circulação as idéias “proibidas”. Desse modo, o cenário adverso do medo e do cerceamento foi suplantado por uma rede subterrânea de resistência responsável pelo questionamento da realidade nacional.

¹⁰² Ver *DOPS – A Lógica da Desconfiança*. Rio de Janeiro: APERJ, Secretaria de Estado da Justiça, 1993.

¹⁰³ Retomamos aqui o conceito difundido por Antonio Gramsci de intelectuais: os orgânicos e os tradicionais. Os orgânicos seriam aqueles que surgem no interior de um determinado grupo social e, que, tentariam dar a esse grupo homogeneidade e consciência de sua função social – os chamados intelectuais operários. Assim, este intelectual orgânico se tornaria o responsável pela “objetividade” da classe da qual faz parte. Já os intelectuais tradicionais fariam parte da ordem vigente e conservadora, teriam ainda, a falsa idéia de serem autônomos e independentes do grupo social dominante. No entanto, gostaríamos de ressaltar que estamos revendo a utilização desse conceito para a redação final da dissertação. GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995; *Cartas do Cárcere*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991.

¹⁰⁴ Michel Foucault define esse procedimento como sendo uma “estratégia de exclusão” discursiva, no qual o discurso do poder “controla, seleciona, organiza o pensamento e, sobremaneira, impõe aos indivíduos que o pronunciam certo número de regras, não permitindo, conseqüentemente, que todo mundo tenha acesso a ele”. Ou seja, ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo. Mais precisamente: nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis, pois é da ordem da língua a possibilidade de rompimento com a estabilidade do sistema. FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

Inaugurava-se, portanto, o *espaço da sedição*, neste caso sustentado pelos grupos de resistência ao autoritarismo.¹⁰⁵ Importante lembrar que a propaganda oficial também procurava seduzir a população brasileira e, em especial, o operariado sensível às ideologias tanto de esquerda como de direita. A historiadora Maria Helena Capelato, em seu livro *Multidões em Cena*, demonstra muito bem como o Estado varguista conquistou importantes segmentos da população manipulando os conteúdos dos livros didáticos, dos cinejornais e da panfletagem oficial.¹⁰⁶

O espaço da sedição, ainda que com certas dificuldades, estava muito bem delimitado pela repressão, pois era nas oficinas, onde os gráficos trabalhavam, especialmente aqueles que já haviam sido fichados pela polícia que recaia a maior vigilância. Foi o caso de João da Costa Pimenta¹⁰⁷, José Carlos Boscolo¹⁰⁸ e João Della Déa¹⁰⁹. Estes eram linotipistas que trabalhavam na *Imprensa Oficial do Estado* e que, em 1935, por ocasião da “Intentona Comunista”, foram acusados de serem simpatizantes do movimento. A Polícia Política, de acordo com sua lógica, possuía motivos que justificavam a vigilância sobre estes cidadãos. Outro linotipista vigiado era Pedro Antônio de Carvalho, que atuava como chefe das oficinas tipográficas daquela repartição pública. De acordo com informações registradas pelo Deops/SP, Pedro Antonio:

“Não esconde sua simpatia pela causa comunista. Antes de depois do movimento exclamou que ‘a revolução estava aí e que muita gente iria ver o que era bom’. Não apareceu ao serviço de 14 a 19 de novembro.”¹¹⁰

Pedro Antônio foi acusado de participar do levante comunista ocorrido em novembro de 1935, que levou “parte dos grupos dirigentes ao pânico e a um conseqüente radicalismo de atitudes, marcados pelas suas posições acentuadamente direitistas.”¹¹¹ Sua situação se complicava ainda mais por ter pronunciado palavras em tom de ameaça caso o levante comunista

¹⁰⁵ Sobre este tema ver: DARNTON, Robert. *Edição e Sedição – O Universo da Literatura Clandestina no século XVIII*. São Paulo, Companhia da Letras, 1992.

¹⁰⁶ Ver CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em Cena. Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo*. Campinas: Papirus, 1998; CANETTI, Elias. *A Consciência das Palavras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; ARCHANGELO, Rodrigo. *Um Bandeirante nas Telas de São Paulo: o discurso adhemarista nos cinejornais (1947-1956)*. São Paulo: Dissertação de Mestrado – FFLCH/USP, 2007.

¹⁰⁷ *Pront. n. 217, João da Costa Pimenta*. Deops/SP. Apesp.

¹⁰⁸ *Pront. n. 263, José Carlos Boscolo*. Deops/SP. Apesp.

¹⁰⁹ *Pront. n. 3777, João Della Déa*. Deops/SP. Apesp.

¹¹⁰ Informação sobre Pedro Antônio de Carvalho, do Delegado de Ordem Social para o Delegado de Ordem Social de São Paulo, 10/12/1935, doc. 01, fl. 01. *Pront. n. 3224, Pedro Antônio de Carvalho*. Deops/SP. Apesp.

¹¹¹ CARONE, Edgard. *A República Nova (1930-1937)*. 3ª ed. São Paulo: DIFEL, 1982, p. 342.

desse bons resultados. Mesmo porque o linotipista não escondia sua simpatia pela causa comunista. Não havia comparecido ao trabalho dos dias 14 a 19 de novembro de 1935, fato que, para a polícia, era indício, mais do que suficiente, para comprovar sua participação na organização daquela rebelião.

Outro aspecto a ser considerado é o fato de Pedro Antônio ser funcionário público e exercer um cargo de chefia junto às oficinas da Imprensa Oficial. Ou seja, tratava-se de uma oficina tipográfica onde eram impressos os materiais oficiais do governo. Neste sentido, as atenções sobre este recinto deveriam ser redobradas uma vez que os maquinários da Imprensa Oficial poderiam estar sendo utilizados clandestinamente para a impressão de material de propaganda subversiva, leia-se comunista. Considerava-se que os simpatizantes dessa doutrina não eram dignos de confiança pois, sempre que precisavam de maquinário tipográfico para imprimir e fazer circular seu material de propaganda poderiam utilizar-se de múltiplas estratégias.

Ainda com relação aos linotipistas da Imprensa Oficial do Estado: Pedro Antônio de Carvalho, Antônio Victor Paraná¹¹², José Carlos Boscolo e João da Costa Pimenta, todos foram presos em dezembro de 1935.

Todos trabalham na ‘Imprensa Oficial do Estado’, e foram hoje detidos. Denúncias existiam quanto a atividade comunista por eles exercida naquela repartição. Posteriores investigações confirmam estas denúncias. José C. Boscolo e João da Costa Pimenta são prontuários nesta Delegacia, o primeiro como intelectual, cuja atuação se faz sentir nos meios anarquistas e o segundo, como comunista nos meios proletários, especialmente gráficos.¹¹³

Como podemos notar, dos linotipistas presos, dois eram reincidentes no Deops/SP por suas atividades subversivas junto aos meios anarquistas como, por exemplo, José Carlos Boscolo e João da Costa Pimenta, como comunista entre os proletários gráficos. Entretanto, sobre esses trabalhadores gráficos recaiam denúncias sobre as suas atividades comunistas realizadas em seu local de trabalho: as oficinas da *Imprensa Oficial*. Com base nas investigações realizadas, estas denúncias haviam sido confirmadas.

¹¹² *Pront. n. 3644, Antônio Victor Paraná*. Deops/SP. Apesp.

¹¹³ Informação sobre funcionários da Imprensa Oficial, s/d, doc. 07, fl. 15. *Pront. n. 3234, Pedro Antônio de Carvalho*. Deops/SP. Apesp.

Quando em serviço, esses mesmos elementos, não se manifestam, porém, quando saem para tomar café, nas imediações da Imprensa Oficial, fazem comentários acerca dos últimos acontecimentos deixando transparecer suas idéias comunistas, assim como mostram-se simpáticos ao movimento sedicioso há pouco irrompido. Aquela repartição está infestada de maus elementos, sendo que, alguns deles, com diversas passagens por esta delegacia. Quase todos pertencem á corrente Trotskista.¹¹⁴

Os suspeitos, segundo a polícia, mostravam-se simpáticos ao “movimento comunista.”¹¹⁵ De acordo com o relatório de investigação de José Gomes, de 14 de dezembro de 1935, os “elementos” não se manifestavam enquanto estavam trabalhando e sim quando saíam “para tomar café”, ou seja, pareciam pessoas “normais, cidadãos de bem”. No entanto, foram avaliados como sendo perigosos por se esconderem sob essa “fachada” de pessoas comuns. Essa imagem “construída” acerca dos comunistas os transformava em força a ser temida e odiada, representados metaforicamente como “lobos em pele de ovelhas”, expressão comumente empregada no discurso fascista. No entanto, a mesma metáfora foi utilizada pela oposição para identificar Getúlio Vargas como um governante mascarado com a mesma face de lobo.

Outro aspecto importante do relatório é a constatação do investigador de que “aquela repartição está infestada de maus elementos” que pertenciam, em sua maioria, a “corrente trotskista” sendo que alguns tinham passagens pelo Deops. Ou seja, tratava-se de indivíduos já conhecidos da polícia e registrados por suas atividades políticas e, em alguns casos, identificados com a Revolução Constitucionalista de 1932. Os empregam a palavra *infestada*, o investigador constroa a imagem de um espaço perigoso como se estivesse dominado por insetos.

Segundo o investigador: “são perigosíssimos, principalmente dentro de uma repartição pública”, tornando-se ainda mais temidos se órgão fosse governamental. No caso da *Imprensa Oficial* trabalhavam diversos linotipistas, paginadores e outros técnicos especializados em serviços gráficos.

Entretanto, nos parece que os “maus elementos” se utilizavam de outras estratégias para divulgar o ideário comunista. Frente á impossibilidade de “propagar suas idéias em praça pública

¹¹⁴ Relatório de Investigação de José Gomes, Amador Braga Filho e Fioravante Laudi, para o Sr. Dr. Delegado de Ordem Política e Social. Superintendência de Ordem Política e Social, São Paulo, 14/12/1935, fl. 03. *Pront. n. 215, Imprensa Oficial do Estado*. Deops/SP. Apesp. [Grifo nosso]

¹¹⁵ Ibidem.

por meio da palavra, visto que a polícia os perseguia, se valiam de artifícios “não menos perigosos”¹¹⁶ para conquistar simpatizantes. Assim, atuando nos bastidores de uma instituição oficial esses cidadãos estariam colaborando para minar as estruturas sociais colocando em risco a estabilidade das instituições públicas.

Entre esses “maus elementos” estava Pedro Antônio de Carvalho, intimado pelo Deops/SP para prestar esclarecimentos a respeito de denúncias feitas contra a sua pessoa. Tais denúncias referiam-se às suas eventuais atividades comunistas realizadas em seu local de trabalho, com o objetivo de “seduzir” (envolver) outros funcionários da *Imprensa Oficial do Estado*.

Em suas declarações Pedro Antonio se defendeu confirmando ser funcionário público a quatorze anos além de citar os lugares em que trabalhou anteriormente como o *Diário Oficial*, a *Estatística do Estado* e o jornal *Correio Paulistano*. Argumentou que não costumava discutir sobre política, principalmente nas oficinas, onde exercia o cargo de chefe e, como tal, proibia discussões políticas. Todavia, Pedro se dizia ciente da existência de alguns funcionários que militavam na causa comunista, mas que não partilhava desses ideais visto ser fiel ao governo que sua repartição pública representava. No entanto, afirmou não possuir, em sua residência, nenhum livro sobre comunismo ou socialismo, informação contestada pela polícia que realizou uma busca em sua casa. No local foi encontrado, não apenas o livro *Noções do Comunismo*, de Charles Rappoport, como também diversos boletins referentes à Aliança Nacional Libertadora e ao Partido Socialista Brasileiro.

¹¹⁶ Ibidem.

Exemplar do livro *Noções do Comunismo* exemplar confiscado da residência de Pedro Antônio de Carvalho.

Pront. n. 3234, Pedro Antônio de Carvalho. Deops/SP. Apesp.

Entretanto, Pedro Antônio de Carvalho procurou se defender dessas evidências que comprovavam sua simpatia pelas ideologias de esquerda, afirmando não saber como tais impressos se encontravam entre os seus pertences. Da mesma forma afirmou não saber a que atribuía o seu chamado à polícia, pois considerava que as denúncias que recaíam sobre a sua pessoa não tinham fundamentos. E, sendo ele um chefe bastante enérgico com seus funcionários e por possuir um cargo muito cobiçado, acreditava serem esses os motivos inspiradores das denúncias. Com relação aos demais impressos encontrados com Pedro Antônio, este declarou que:

[...] quanto aos boletins sob os títulos A Aliança Nacional Libertadora e o Reajustamento Nacional Popular, Manifesto da Aliança Socialista e Liberais – Partido Socialista Brasileiro de São Paulo, Boletim Interno de junho de 1935, composto de quatro páginas e, A ação renovadora brasileira – uma nova organização política nacional e ainda sobre o folheto Noções do Comunismo, o declarante não sabe como explicar como os mesmos se encontravam no seu quarto, não tendo, mesmo, lembranças deles, sendo provável, entretanto que os mesmos lhe tenham sido entregues por alguém ou os tenha achado, não ligando importância aos mesmos, tanto assim que não se lembrava daqueles impressos; que quanto a dois exemplares do boletim impresso sob o título Legião Cívica 5 de julho – Grande Congresso Revolucionário, o declarante se recorda que alguém lhe entregou os

mesmos, tendo o declarante guardado eles numa gaveta ou no meio de jornais, pois que não tinham importância e mesmo porque, naquela época os boletins eram distribuídos a vontade e de toda a espécie.¹¹⁷

A Aliança Nacional Libertadora e o Reajustamento nacional popular

Contra a exploração imperialista do nosso paiz, a A. N. L. enviou á Camara dos Deputados, por intermedio do membro de seu Directorio Nacional, Armando Laydner, os seguintes projectos de Reajustamento Nacional popular, vizando, com elles, satisfazer as necessidades vitais de toda a nossa população laboriosa.

Em defesa dos funcionarios civis e militares, dos trabalhadores manuaes e intellectuaes.

PROJECTO EM FAVOR DOS FUNCIONARIOS CIVIS E MILITARES

1.º — Fica aberto o credito de 500.000:000\$000 para o reajustamento dos funcionarios civis e militares.

Art. 2.º — Fica suspenso o pagamento dos juros e amortizações das dividas externas.

§ 1.º — A quantia que, pela applicação deste artigo, exceder ao credito aberto pelo artigo 1.º da presente lei, será empregada em beneficio da instrução e assistencia social aos trabalhadores.

§ 2.º — Uma lei especial regulará as novas medidas a serem adoptadas em favor dos trabalhadores manuaes e intellectuaes.

Justificação

Os banqueiros estrangeiros e alguns plutocratas nacionaes se enriqueceram fabulosamente á custa do nosso povo, por meio de vergonhosos empréstimos. Os "trusts", para augmentar a venda de seus productos e dominar os mercados brasileiros, forneceram com facilidade empréstimos ao Governo. Empréstimos de que recebemos 75 a 80 % da quantia contractada. Os 25 a 20 % restantes foram entregues aos magnatas que assim exploraram o povo brasileiro. Nenhum empréstimo foi feito com o fim de desenvolver as nossas forças productivas. Todos elles se destinaram a gastos que, em ultima analyse, reverteram em favor dos imperialistas.

Os empréstimos não beneficiaram as nossas exportações, não favoreceram o saldo da nossa balança commercial. Ao contrario. Emquanto, no quinquennio 1906 a 1910 tinhamos um saldo annual médio de 16.794.000 libras, no quinquennio 1926 a 1930, o saldo annual médio baixou para 9.773.000 libras.

Assim, se as nossas forças productivas não se desenvolveram, se, no intercambio commercial, não se verificou um augmento da

PROJECTO EM FAVOR DOS TRABALHADORES MANUAES E INTELLECTUAES

Art. 1.º — Fica aberto o credito até 1.000.000:000\$000, destinado á instrução e á assistencia social aos trabalhadores.

Paragrapho unico. — Para o effeito deste artigo, não ha distincção entre o trabalhador manual e o trabalhador intellectual ou tecnico, nem entre os profissionais respectivos.

Art. 2.º — O ensino em todas as escolas e instituições da União, Estados ou Municípios, será absolutamente gratuito.

Art. 3.º — Fica abolido o imposto de consumo sobre mercadorias destinadas á alimentação, sobre calçados, remedios, tecidos e productos derivados.

Art. 4.º — Para satisfazer o credito aberto pelo artigo 1.º e cobrir a diminuição da receita resultante da applicação dos artigos 2.º e 3.º da presente lei, a União adoptará as seguintes medidas:

I) — Estabelecimento de um imposto de 30 % sobre os lucros das empresas ou sociedades de qualquer natureza, superiores a 500:000\$000 annuaes.

II) — Estabelecimento de um imposto de 25 % sobre qualquer importancia, em dinheiro, remetida para o exterior, com excepção da que se destinam ao pagamento de mercadorias importadas ou da despesa com o corpo diplomatico.

III) — Suspensão do pagamento dos juros e amortizações das dividas externas.

§ 1.º — Considerar-se-á como lucros, para o effeito da alinea I) deste artigo, as quantias destinadas ao augmento de fundo de reserva ou de capital, ao pagamento de dividendos, ou de ordenados e gratificações individuaes superiores a 100:000\$000 por anno.

§ 2.º — O pagamento do imposto de que trata a alinea I) deste artigo, não isenta os proprietarios ou socios das empresas ou sociedades a que elle se applicar, do pagamento do imposto sobre a renda.

§ 3.º — Da importancia arrecadada pela União em consequencia da applicação da medida de que trata a alinea III) deste artigo, 500.000:000\$000 se destinarão ao reajustamento dos vencimentos dos funcionarios civis e militares.

Art. 5.º — Dentro de 30 dias, na Capital de cada Estado, será eleita uma commissão mixta, pelos representantes dos Syndicatos e associações profissionais existentes no Estado, a cargo

Panfleto confiscado da residência de Pedro Antônio de Carvalho.

Pront. n. 3234, Pedro Antônio de Carvalho. Deops/SP. Apeps.

¹¹⁷ Termo de declaração de Pedro Antônio de Carvalho, para o Delegado de Ordem Social João Batista Pinto de Toledo Júnior. Superintendência de Ordem Política e Social, São Paulo, 18/05/1935, doc. 12, fl. 21. Pront. n. 3234, Pedro Antônio de Carvalho. Deops/SP. Apeps.

Manifesto

DA

Alliança Socialista e Liberaes,

PELA JUSTIÇA SOCIAL

Socialistas e Liberaes, unidos para a disputa eleitoral, sob o compromisso de um programma minimo de reivindicações, dirigem-se aos companheiros e ao eleitorado em geral, dando os motivos dessa aliança e as causas pelas quaes entram juntos para a luta.

Todos sabem que, se a nova Constituição, em muitos pontos teve alguns avanços, é também notorio que perdeu muito terreno em outras direcções, recuando para a direita e cedendo melhorias já conquistadas pela própria Constituição de 1891.

As conquistas sociais na historia jamais foram suffocadas sem graves consequências para o bem commum.

E' claro que os socialistas terão um programma muito mais amplo de reivindicações do que os seus alliados liberaes. Certo é também que os liberaes a elles unidos, também pelem visando alguns pontos, lado a lado, nessa grande batalha das conquistas da collectividade.

Para a direita nem um passo a mais será possivel; para a esquerda, o espaço é illimitado, de accordo com as tendencias de cada um.

Não ha compromissos fóra desse minimo; ha entretanto perfeita e mutua obrigação dentro desse limite.

A ALLIANÇA SOCIALISTA E LIBERAES, em face da actual situação se impõe como imperativo categorico de tactica politica.

Os socialistas precisam primacialmente, garantir em beneficio dos interesses da classe trabalhadora, a liberdade, como condição indispensavel para o desenvolvimento legal das organizações que defendem o direito do proletariado.

Os liberaes têm como bandeira a liberdade. Para elles, a liberdade como fim. Para os socialistas, a liberdade como caminho aberto á marcha dos seus ideaes de emancipação economica e social.

Duas forças politicas conservadoras se defrontam no actual scenario politico de S. Paulo, para a conquista do governo constitucional.

Vae-se travar a luta pelo voto.

Deante disso, dois problemas são objecto do nosso estudo para a acção.

Como se deverá conduzir a grande massa sofredora — o proletariado em inicio de organização, a pequena burguezia liberal e os socialistas de todos os matizes?

Conspirar?

dual e collectivamente, aos azares de uma luta de consequências terriveis e incertas.

O sacrificio assim, fará martyres, e os vanguardeiros sacrificados consolidarão a ideologia que poderá ser vencedora apenas no espaço, porque o tempo consumirá na realidade dos factos, os primeiros impetus mal succedidos.

Essa a realidade.

Não deixamos de ter em sympathia os que consciencientemente se dispõem a esses propositos e mesmo, os louvamos como dignos de todos os pendores de coragem, affirmando attitudde honesta e singular; apenas não nos enfileiramos em suas hostes para concerto de um plano.

Officiamos aos mesmos anceios ideologicos, mas esclarecidos pela

TACTICA POLITICA

que tem segurança real no bem commum e na medida do possivel.

Nossa affirmativa é soberana e só encontra limite nos traçados da intransigencia cega.

O nosso methodo é mais humano e persuasivo, e a nossa linguagem é reverencial aos dignos de melhores augurios na realização do ideal e sobretudo é verdadeira e sem reproche dos que — nos quadros da democracia liberal — queiram lutar pelas possiveis reivindicações que exigem e são justissimas.

Nesse proposito o que é possivel e realizavel no instante?

I) — Revisão legal da Constituição de 16 de Julho de 1934.

II) — Quanto á laicidade do Estado:

a) — não admissibilidade do ensino religioso nas escolas publicas, nas organizações armadas do paiz e dos estados; centros de cultura ou instituições de benemerencia mantidas ou superintendidas pelo poder publico;

b) — segurança legal efficiente, á manifestação pratica de todos os cultos e crenças religiosas, sem as excepções que se busca crear sob criterio de maioria ou minoria de seus adeptos.

III) — Quanto á dissolubilidade do laço matrimonial a vinculo?

a) — declaração legal de que, os desquitos amigaveis ou judiciais, com sentença passada em julgado, tenham os effeitos de direito que protegem o divorcio a vinculo já adoptado na quasi unanimidade dos paizes civilizados;

b) — declaração legal, especificada em lei ordinaria, até que seja feita a revisão do Código Civil Brasileiro, permitindo o divorcio a vinculo nos casos do desquite judicial, desde que haja previa declaração ante-nupcial dos nubens.

Panfleto confiscado da residência de Pedro Antônio de Carvalho.

Pront. n. 3234, Pedro Antonio de Carvalho. Deops/SP. Apesp.

5
3239

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO DE SÃO PAULO

BOLETIM INTERNO- JUNHO DE 1935.

De accordo com as deliberações dos grupos da Capital em reuniões conjuntas com a Comissão Central Executiva e a Comissão Regional da Comarca da Capital.

O principio de Independencia Ideologica e Organica do P.S.B.

O Programma do Partido Socialista e o Programma da Alliança Nacional Libertadora. A Tactica de Frentes-unicas para Conquistas Parciaes. Tarefas Immediatas dos Militantes Socialistas.

TRABALHADORES, UNI-VOS CONTRA O FASCISMO E TODAS AS FORMAS DE
REACÇÃO, EM FAVOR DAS LIBERDADES POPULARES.

Boletim confiscado da residência de Pedro Antônio de Carvalho.

Pront. n. 3234, Pedro Antonio de Carvalho. Deops/SP. Apesp.

Panfleto confiscado da residência de Pedro Antônio de Carvalho.

Pront. n. 3234, Pedro Antonio de Carvalho. Deops/SP. Apesp.

A C Ç Ã O R E N O V A D O R A

- B R A S I L E I R A -

UMA NOVA ORGANIZAÇÃO POLITICA NACIONAL

Ha mais de anno não temos poupado esforços no sentido de congregar brasileiros, idealistas sinceros, ansiosos pela grandeza da nossa Patria, afim de se unirem em torno de uma organização nacional, baseada em principios logicos, economicos e sociaes, e em harmonia com as nossas tradições e aspirações.

Após innumeras "démarches", aqui e no Rio de Janeiro, e removidas as difficuldades provenientes das mais variadas correntes, conseguimos, finalmente, estabelecer as directrizes fundamentaes da organização que serão divulgadas em manifesto a ser publicado em momento opportuno.

A ACÇÃO RENOVADORA BRASILEIRA obedece á orientação da sociologia pura e não ao livre arbitrio dos formadores de partidos, sempre baseados na falsa democracia, isto é, na democracia individualista.

Ora, todos os individuos são contidos nas classes profissionais e estas constituem as nações. Consequentemente, é da harmonia dessas classes integradas na sociedade que resultará o progresso e a ordem.

O desequilibrio social é resultante do ostracismo em que têm vivido as classes trabalhadoras em relação ás classes dominadoras, trazendo, assim, as agitações permanentes, em detrimento do socego publico e da civilização do paiz.

O problema social não se resolve, pois, sem a completa eliminação das causas perturbadoras resultantes do afastamento da classe trabalhista do governo.

É preciso encarar o problema de frente e resolvê-lo dentro de um programma de solidariedade commum. Tudo que se fizer contrariamente a isto será baldado e em pura perda. É mystificação.

Á ambição dos politicos profissionais não convem, em absoluto, o Estado corporativo aconselhado pelo espirito de associação determinado pela sociologia moderna. Segundo a concepção do Estado moderno não haverá mais a advocacia administrativa, as concessões escandalosas, os empréstimos onerosos, o filhotismo, porque as classes integradas igualmente no poder, não permitirão mais essas immoralidades.

Ninguém mais leva a serio a democracia, como é praticada entre nós, porque degenera sempre em olygarchia. Não se acredita igualmente no suffragio universal como expressão liberal para a massa escolher a elite dirigente. As classes trabalhadoras não querem continuar a ser simples automatos da falsa elite que lhes solicita votos e não as quer receber na sociedade e reconhecer o indiscutivel direito que têm de participar nos negocios publicos.

A democracia individualista, tambem chamada "liberal democracia", de que se servem os politicos profissionais, nada mais tem feito do que mystificar o povo e contrariar os principios salutaes da sciencia sociologica. D'ahi a lucta em que estão empenhadas as nações que com ella ainda insistem.

A revolução de 1930 não tinha por objectivo implantar apenas o voto secreto e nos offerecer um Codigo Eleitoral. Estas cousas accessorias não virão em absoluto renovar os nossos costumes politicos.

Revolução quer dizer renovação. É preciso, portanto, renovar de "fond en comble". Para isto necessitamos da gente nova, isenta dos vi-

O Termo de Declaração de Pedro Antonio de Carvalho traz importantes informações sobre boletins impressos por instituições políticas, apesar de Pedro ter alegado que não se lembrava nem quando, como e nem onde havia recebido, tais impressos. Declarou também que, apesar de não dar importância aos tais papéis, os guardou. Tudo o que foi dito por Pedro pode ter sido apenas para se livrar das acusações policiais, porém, existe o registro de um comentário assinalando que, na época em que os boletins haviam sido distribuídos, isso era liberado para impressos de todas as espécies. Se antes de 1935 a panfletagem ainda tinha condições de circular com uma “certa liberdade”, após o levante comunista tornou-se difícil frente a radicalização da vigilância e da violência policiais. Fica evidente que um grande número de instituições políticas tiveram suas sedes fechadas e, conseqüentemente, foram proibidas de funcionar.

No caso de Pedro Antônio de Carvalho, tomamos conhecimento de seu passado político “comprometedor” através do seu prontuário, o mesmo não ocorrendo com relação aos demais funcionários da Imprensa Oficial cujas ‘apresentações’ são menos detalhistas: Antônio Victor Paraná “tido como simpatizante tímido”¹¹⁸; José Carlos Boscolo “apontado como ‘vermelho’ – costuma[va] fazer conferências aos sábados na Lega Lombarda”¹¹⁹ e João da Costa Pimenta apresentado como um indivíduo que “tomou parte ativa no movimento de 21, quando esteve a ponto de ser deportado para a Bahia. Não compareceu á repartição de 14 a 24 de novembro”¹²⁰ daquele ano.

Para compreendermos de forma mais ampla a suposta atividade comunista dos funcionários da Imprensa Oficial, consultamos, na medida do possível,¹²¹ os prontuários referentes aos gráficos citados no relatório policial produzido pelos investigadores José Gomes, Amador Braga Filho e Fioravante Laudi em 14 de dezembro de 1935.

¹¹⁸ Informação do Serviço Especial para o Ilmo. Sr. Dr. Superintendente de Ordem Política e Social. São Paulo, 09/12/1935, fl. 02. *Pront. n. 215, Imprensa Oficial do Estado*. Deops/SP. Apesp.

¹¹⁹ *Ibidem*.

¹²⁰ *Ibidem*.

¹²¹ Infelizmente alguns prontuários de trabalhadores gráficos não puderam ser consultados por terem sido extraviados ou estarem indisponíveis para a consulta junto ao Fundo Deops/SP no Arquivo Público do Estado de São Paulo. São os seguintes: *Pront. n. 227, João Matheus, Pront. n. 138, Feliciano Bernardo dos Santos, Pront. n. 441, Victor Azevedo Pinheiro, Pront. n. 958, José Benedicto de Oliveira China, Pront. n. 220, Heládio Neves, Pront. n. 699, Odilon Negrão, Pront. n. 1440, Oscar Villa Bella*.

Antônio Victor Paraná, nascido em 15 de julho de 1906 em Antonina no Paraná, não apresentava antecedentes políticos antes de ser preso em 18 de dezembro de 1935. Funcionário Público, exercia a função de linotipista do *Diário Oficial* quando foi acusado de estar envolvido, com as atividades comunistas que funcionários da *Imprensa Oficial* vinham desenvolvendo. Deste seu procedimento, são testemunho vários documentos constantes nos autos.”¹²² No entanto, de acordo com suas declarações, Antonio Victor afirmou ser

absolutamente inverídica a asserção que faz a polícia de ser o declarante comunista; que, realmente mantém relações de amizade com Pedro Antônio de Carvalho, José Carlos Boscolo e João da Costa Pimenta, seus companheiros de repartição, tão intensas quanto as que mantêm com os todos os demais funcionários das oficinas do ‘*Diário Oficial*’; que o declarante presume tenha partido contra si denúncia, pelo fato de, absolutamente, não pactuar com o separatismo professado por alguns funcionários de sua repartição; que pode também partir tal denúncia de um tal Raphael Gabriel, que possui um bar nas imediações do Diário; que o declarante freqüentava esse bar e deixou de o fazer, há seis meses mais ou menos, em virtude de desinteligência que teve com o mencionado sr. Raphael; que também freqüentam esse bar vários secretas, sendo possível que Raphael, por perversidade e ciúme por ter passado o declarante a freqüentar um outro bar, vizinho, o caluniasse a esses secretas; que a polícia não pode apresentar, de maneira alguma, provas de que o declarante professe ideologia marxista, porque o declarante, em absoluto, não professa essa ideologia; que podem atestar a sua idoneidade e compostura o sr. Raphael Correia de Oliveira, Ramiro Calheiros, director do ‘*Diário da Manhã*’, de Santos, e Antônio de Araújo Cunha, funcionário da Superintendência de Ordem Política e Social e um dos antigos proprietários do antigo jornal ‘*A Praça de Santos*’.¹²³

Confrontando as afirmações apresentadas pela polícia e as declarações prestadas por Antônio Victor, notamos um discurso desconexo uma vez que o referido linotipista foi acusado, ainda que de forma tímida, de ser simpatizante do comunismo e de professar tal ideologia em seu ambiente de trabalho e fora dele. Acusações essas negadas veementemente pelo suspeito.

Com base nos documentos anexados ao prontuário de Antônio Victor Paraná não encontramos outros indícios relacionados à sua atividade comunista. Muito embora ele tenha sido processado pela Delegacia de Ordem Social juntamente com José Carlos Boscolo e Feliciano

¹²² Ver o Relatório do Delegado Addido A. P. Pinto Moreira, para o Dr. Delegado de Ordem Social, Delegacia de Ordem Social, São Paulo, 12 de agosto de 1936, fl. 13. *Pront. n. 3644, Antônio Victor Paraná*. Deops/SP. Apesp.

¹²³ Termo de Declaração de Antônio Victor Paraná, para o M.M. Juiz de Direito Commissário Dr. Alexandre Delfino de Amorim Lima. Juízo de Direito Commissário para Inquirição de Presos Políticos, São Paulo, 21 de dezembro de 1935, fl. 21. *Pront. n. 3644, Antônio Victor Paraná*. Deops/SP. Apesp. [Grifo nosso]

Bernardo dos Santos, funcionários da *Imprensa Oficial do Estado* fichados “em virtude das atividades subversivas que desenvolviam e que ficaram apuradas no decorrer do inquérito”.¹²⁴ Os demais funcionários “foram remetidos à Superintendência em 21 de agosto de 1936 e encontram-se no Tribunal de Segurança Nacional, onde aguardam julgamento.”¹²⁵ Paraná foi absolvido em 22 de agosto de 1938 conforme consta da sentença emitida pelo Tribunal de Segurança Nacional:

Comunico a V. Excia., para os devidos fins, que este tribunal, em sessão de 27 de junho último, negando provimento à apelação n. 62, confirmou a sentença absolutória em relação aos acusados Arthur Heládio Neves, Edgard Leouenroth, Antônio Victor Paraná, Everardo Dias, Feliciano Bernardo dos Santos, João da Costa Pimenta, João Della Déa, José Carlos Boscolo, Odilon Negrão e Oscar Villa Bella, que figuram no processo n. 288, originário desse Estado, devendo os mesmos ser postos em liberdade.¹²⁶

Figurava no mesmo processo de Antônio Victor Paraná, João Della Déa linotipista do *Diário Oficial*. Nato em São Paulo em 6 de julho de 1899, contava com 36 anos quando foi preso pela primeira vez em 19 de dezembro de 1935. João foi qualificado pela polícia como “aliancista”¹²⁷ e “apaixonado pela causa comunista, Esteve ausente ao serviço, durante os dias que mediaram entre 14 e 24 de novembro”.¹²⁸ Na mesma data de sua prisão foi realizada uma busca em sua residência onde foram apreendidos inúmeros objetos dentre os quais destacamos um exemplar do livro *Verdades Sociaes*¹²⁹ [sic], de José Carlos Boscolo – este, também funcionário da Imprensa Oficial e companheiro de trabalho de João Della Déa. Com a apreensão desse livro apresentava-se uma prova material com fortes indícios das atividades subversivas de Della Déa, cuja principal acusação era a de fazer propaganda comunista de madrugada nas proximidades do *Diário Oficial*. Junte-se a isso as suspeitas de participação na “Intentona

¹²⁴ Informação do escrivão, para o Sr. Dr. Delegado de Ordem Social. Delegacia de Ordem Social, São Paulo, 29 de julho de 1937, doc 8, fl. 17. *Pront. n. 3644, Antônio Victor Paraná*. Deops/SP. Apesp.

¹²⁵ Ibidem.

¹²⁶ Sentença absolutória do Presidente do Tribunal de Segurança Nacional Desembargador F. de Barros Barreto, para o Sr. Secretário da Segurança Pública do Estado de São Paulo. Justiça Especial Tribunal de Segurança Nacional Secretária, Rio de Janeiro, D.F., 22 de agosto de 1938, doc. 11, fl. 20. *Pront. n. 3644, Antônio Victor Paraná*. Deops/SP. Apesp.

¹²⁷ Ficha de Qualificação de João Della Déa. Delegacia de Ordem Política e Social, São Paulo, s/d, doc.2, fl. 2. *Pront. n. 3777, João Della Déa*. Deops/SP. Apesp.

¹²⁸ Ibidem.

¹²⁹ Auto de exibição e apreensão realizado na residência de João Della Déa. Delegacia de Ordem Social, São Paulo, 19 de dezembro de 1935, doc. 8, fl. 13. *Pront. n. 3777, João Della Déa*. Deops/SP. Apesp.

Comunista” pois sendo ele um “aliancista” e tendo faltado ao trabalho nos dias que antecederam à tentativa de golpe, para a polícia havia provas suficientes.

Entretanto, de acordo com as declarações prestadas, João Della Déa considerou tudo isso como absurdo, pois trabalhava do meio dia às seis horas da tarde:

[...] portanto, é absurdo dizer-se que o declarante de madrugada faça propaganda comunista em um botequim situado às proximidades do ‘*Diário Oficial*’; que o declarante não é comunista, embora conheça a theoria; que até 1928, o declarante trabalhava no Rio de Janeiro, onde era secretário da U.T.G. que, em 1930, veio para São Paulo, e em 1933, entrou para o ‘*Diário Oficial*’; que desde essa época se desligou da U.T.G., deixando de pagar as mensalidades; que assim procedeu porque o regulamento do ‘*Diário Oficial*’ não permite que os seus empregados pertençam a sindicatos não legalizados¹³⁰; que desde essa época o declarante passou a fazer parte da Associação dos Funcionários Públicos.¹³¹

Della Déa declarou ainda que desejava retificar a parte em que era acusado de conhecer a teoria comunista. Segundo Déa, somente conhecia do comunismo a parte que se relacionava com “assumptos syndicaes”.¹³² João permaneceu preso por 8 meses, embora sua família tenha encaminhado inúmeros pedidos à Superintendência de Ordem Política e Social solicitando que ele fosse posto em liberdade por se tratar de um “moço de bons costumes e hábitos pacatos e morigerados, NUNCA BEBEU E NEM SIQUER FUMA”.¹³³ Em informação interna a própria Superintendência concluiu que:

João Della Déa se acha recolhido ao Presídio Político desta capital desde 19 de dezembro de 1935, por ordem emanada da Superintendência de Ordem Política e Social, que recebeu denúncia de que ele e seus companheiros de trabalho, da *Imprensa Oficial*, se reuniam em um café das imediações daquela Repartição para discutirem assumptos relacionados ao comunismo. As investigações procedidas pelo então inspetor Juvêncio Silva, desta Delegacia, concluíram pela confirmação de ser João Della Déa simpatizante dos ideais

¹³⁰ A U.T.G. (União dos Trabalhadores Gráficos) passou a ser um sindicato legalizado em 23 de outubro de 1935 quando foi reconhecida pelo Ministério do Trabalho, chamando-se oficialmente, a partir de então, Sindicato dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo (S.T.G.).

¹³¹ Termo de declaração de João Della Déa, para o M.M. Juiz de Direito Commissario Dr. Alexandre Delfino de Amorim Lima. Juízo de Direito Commissario para inquirição de presos políticos, São Paulo, 27 de dezembro de 1935, fl. 33. *Pront. n. 3777, João Della Déa*. Deops/SP. Apesp. [Grifo nosso]

¹³² Ibidem.

¹³³ Optamos manter as letras maiúsculas de acordo com o documento original. Carta expressa de Arthur Giusti, para Exmo. Sr. Dr. Egas Botelho D.D. Diretor da Superintendência de Ordem Política e Social, São Paulo, 29 de junho de 1936, fl. 31. *Pront. n. 3777, João Della Déa*. Deops/SP. Apesp.

comunistas, sem contudo possuir esta Delegacia nenhuma prova material ou testemunhal dessa acusação.¹³⁴

Ainda que não fosse apresentada nenhuma prova convincente, Della Déa permaneceu preso aguardando o julgamento do Tribunal de Segurança Nacional. Os pedidos procedentes da família e do advogado exigindo a sua liberdade foram indeferidos ignorando seu depoimento de que não havia participado da “Intentona”. Seu cunhado, Arthur Giusti, também linotipista da Imprensa Oficial, escreveu ao diretor da Superintendência de Ordem Política e Social:

Jamais ousaria appellar para a magnanimidade de V. Exa, si por ventura esse meu cunhado tivesse tido a mínima participação no famigerado movimento extremista.¹³⁵

Em virtude da constante insistência dos familiares que alegavam não haver provas contra Della Déa e demais acusados, um extenso relatório foi elaborado pela Delegacia de Ordem Social em que foram citados todos os supostos envolvidos e descritas suas atividades:

João Della Déa, Oscar Villa Bella e Odilon Negrão – são todos os três, funcionários da *Imprensa Oficial* e foram detidos na mesma ocasião da detenção de seu companheiro de serviço Feliciano Bernardo dos Santos, por, contra eles, existir acusação de serem dados à atividades comunistas. As investigações procedidas pela Delegacia de Ordem Social confirmam que, nos intervalos de suas ocupações na *Imprensa Oficial*, reuniam-se, juntamente com Feliciano Bernardo dos Santos e outros, para cuidarem da propaganda comunista; dos outros, consta prova nesse sentido.¹³⁶

Della Déa permaneceu no presídio Maria Zélia até 3 de setembro de 1936 quando foi posto em liberdade. Entretanto o processo no Tribunal de Segurança Nacional somente seria concluído em agosto de 1938 cuja sentença absolveu todos os funcionários da Imprensa Oficial acusados de atividades comunistas. Dentre esses funcionários estava também o já citado José Carlos Boscolo, trabalhador gráfico, linotipista da *Imprensa Oficial*, foi preso em 18 de dezembro

¹³⁴ Informação sobre João Della Déa, do Delegado addido. Superintendência de Ordem Política e Social, São Paulo, 30 de junho de 1936, fl. 31 (verso). *Pront. n. 3777, João Della Déa*. Deops/SP. Apesp. [Grifo nosso]

¹³⁵ Carta expressa de Arthur Giusti, para Exmo. Sr. Dr. Egas Botelho D.D. Diretor da Superintendência de Ordem Política e Social, São Paulo, 29 de junho de 1936, fl. 31. *Pront. n. 3777, João Della Déa*. Deops/SP. Apesp.

¹³⁶ Relatório do Delegado Addido A. P. Pinto Moreira, para o Dr. Delegado de Ordem Social. Delegacia de Ordem Social, São Paulo, 12 de agosto de 1936, fl.23. *Pront. n. 3777, João Della Déa*. Deops/SP. Apesp. [Grifo nosso]

de 1935 sob a acusação de ser “conhecido como comunista ‘vermelho’”.¹³⁷ No entanto outras acusações recaiam sobre Boscolo, como a de realizar aos sábados, reuniões na sede da Lega Lombarda e no Sindicato dos Trabalhadores das Docas de Santos. Seu nome também figurava na relação de anarquistas de 1926 com as seguintes informações:

José Carlos Boscolo: é propagador do anarchismo, e colabora na revista ‘A Palavra’, na secção dedicada ao proletariado. Foi secretário da ‘União dos Trabalhadores Graphicos’; e é um fervoroso agitador de greves.¹³⁸

Com base nestas informações, notamos que Boscolo já era conhecido da Polícia Política uma vez que antes dos acontecimentos de 1935, possuía um prontuário aberto em seu nome dando conta de suas atividades junto à União dos Trabalhadores Gráficos – onde foi secretário em 1925 quando “defendia a concessão do descanso dominical e lei de férias para os graphics”¹³⁹ –, bem como da sua militância anarquista. Além de promover reuniões na Lega Lombarda colaborava com artigos para a revista *A Palavra*. Tais artigos, além do fato de ser um linotipista, serviram de motivo para a sua detenção em 1925 acusado de ter escrito “sobre a carestia da vida. Segundo seu depoimento, nessa ocasião de fato o Estado de São Paulo atravessava um período precário, “quase todos os jornaes se referiam ao assumpto e o declarante, mais por literatura, também escreveu algo a respeito”.¹⁴⁰

Boscolo atuava também, como colaborador do jornal *A Plebe*, “órgão dos anarchistas de São Paulo”¹⁴¹ e para o jornal *A Lanterna*, “órgão anti-clerical, também editado em São Paulo sob a direção de Edgard Leuenroth,¹⁴² sendo seus artigos, respectivamente sobre assumptos syndicaes

¹³⁷ Informação do inspetor Juvêncio de Souza, para p Sr. Dr. Delegado de Ordem Social. Delegacia de Ordem Social, São Paulo, 10 de dezembro de 1935, fl. 5. *Pront. n. 263, José Carlos Boscolo*. Deops/SP. Apesp.

¹³⁸ Cópia do índice n. 1 da “Relação de anarchistas”, feita em setembro de 1926. Delegacia de Ordem Social, São Paulo, 16 de fevereiro de 1931, fl. 9. *Pront. n. 263, José Carlos Boscolo*. Deops/SP. Apesp.

¹³⁹ Termo de declaração de José Carlos Boscolo, para o M.M. Juiz de Direito Commissario Dr. Alexandre Delfino de Amorim Lima. Juízo de Direito Commissario para inquirição de presos políticos, São Paulo, 21 de dezembro de 1935, fl. 30. *Pront. n. 263, José Carlos Boscolo*. Deops/SP. Apesp.

¹⁴⁰ Termo de Declaração de José Carlos Boscolo, para o Delegado de Ordem Social João Baptista Pinto de Toledo. Superintendência de Ordem Política e Social, São Paulo, 18 de dezembro de 1935, fl. 4. *Pront. n. 263, José Carlos Boscolo*. Deops/SP. Apesp.

¹⁴¹ Ibidem.

¹⁴² Toda a documentação policial traz o nome de Edgard Leuenroth escrito da forma como transcrevemos na citação do documento acima.

e sociaes e anti-clericaes”.¹⁴³ Em fevereiro de 1933 escreveu um artigo para o jornal *O Trabalhador* intitulado “A canalha da cima...”.¹⁴⁴ De acordo com um relatório reservado do Gabinete de Investigações houve realmente uma reunião no dia 15 na sede da Federação Operária de São Paulo. Entretanto não havia sido possível precisar mês e ano pois o documento não trazia tal referência mas, anotou-se que:

o camarada J. Carlos Boscolo foi o ‘astro’ da noite. Falou cerca de uma hora e meia, dissertando sobre ‘cultura social’, mas apesar de seu preparo, desviou-se muito de sua rota, tomando o caminho da agressividade, criticando desde annuncios de jornaes, actos clericais, governamentais, e etc..¹⁴⁵

Importante notar que o documento faz referência ao “preparo” de Boscolo para falar em público sobre assuntos sociais uma vez que a platéia presente na Federação Operária deveria ser, em sua maioria, formada por operários. Mas, no entender do policial ainda que o orador tivesse sido o “astro” da noite havia se “desviado de sua rota tomando o caminho da agressividade” por ter feito críticas ao governo, à Igreja e à imprensa.

Em outro relatório do Gabinete de Investigações de 3 de janeiro de 1933, fica evidente a preocupação que operários como Boscolo despertavam, por sua coragem e facilidade de propagar suas idéias em público e, especialmente, por seu entusiasmo. A forma apaixonada com que expunha seus ideais era interpretada como uma postura perigosa, pois poderia cativar outros trabalhadores e, assim, aumentar a lista de simpatizantes das ditas ideologias “exóticas”. Tal relatório narra os fatos ocorridos durante uma conferência comemorativa – referente à morte de dois operários anarquistas –, realizada na Federação Operária em 2 de janeiro de 1933. Nesse evento diversas pessoas falaram ao público dentre os quais: o secretário da Federação Operária, os representantes da União dos Artífices de Calçados, os operários da Light and Power e do jornal *A Plebe*, além de José Carlos Boscolo entre outros representantes de associações filiadas à

¹⁴³ Ibidem. Sobre os jornais confiscados pelo DEOPS ver o livro TUCCI CARNEIRO, Maria Luiza e KOSSOY, Boris (orgs.). *A Imprensa Confiscada pelo Deops (1924-1954)*. São Paulo: Ateliê Editorial; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Arquivo Público do Estado, 2003. Série Labirintos da Memória.

¹⁴⁴ Tais informações constam no Memorandum da Delegacia de Ordem Política, São Paulo, s/d, fl. 12. *Pront. n. 263, José Carlos Boscolo*. Deops/SP. Apesp. O referido artigo teria sido publicado no jornal *O Trabalhador*, n. 2, p. 4a. No entanto não encontramos o jornal para confirmar os dados.

¹⁴⁵ Relatório reservado de Guarany. Gabinete de investigações, São Paulo, s/d, fl. 13. *Pront. n. 263, José Carlos Boscolo*. Deops/SP. Apesp.

Federação. Segundo o investigador M.N., do Serviço Secreto do Deops/SP, Boscolo falava em linguagem inteligente e cadenciada arrancando aplausos da platéia:

toma a palavra, dissertando sobre a questão operária na Inglaterra, frizou vários triumphos da classe, conquistados com sacrifício de vários companheiros que foram os semeadores de hontem para as conquistas de hoje, sendo que esse hoje nada mais é que a nossa actualidade. Formulou então um paralelo entre aquella época e a que presentemente atravessamos e, portanto, próxima de grandes conquistas e novos triumphos para a classe e para a humanidade. Criticou ainda os processos da nossa organização política e administrativa em suas promessas mentirosas dos chamados ‘grandes homens’ e generaes interventores. Isso tudo em linguagem cadenciada e intelligente, arrancava não raras vezes, daquela assistência empolgada, calorosos apoiados e ‘abaixo o Estado’! ‘Morram os Políticos’.¹⁴⁶

As atividades desenvolvidas por José Carlos Boscolo iam muito além de sua profissão de trabalhador gráfico. Participava ativamente das reuniões apresentando para o público suas idéias articuladas de forma a oferecer um panorama geral da situação em que viviam. Chamava a atenção para a importância da luta não apenas no Brasil, mas também em outros países descrevendo o proletariado como “semeadores de ontem para as conquistas de hoje”, conquistas estas favoráveis para a classe trabalhadora. Não obstante, as organizações de Estado e seus representantes. Tal postura arrojada o tornava ainda mais temido e potencialmente perigoso. No mesmo relatório em nota temos a seguinte anotação:

O trabalho vagaroso e intelligente de alguns elementos mais cultos do meio operário, (como por exemplo o conferencista Bosco[lo]) ao lado da força sugestiva e exaltada de outros vai tomando um caráter verdadeiramente educativo dos seus princípios e idéias o que não deixa de constituir sério perigo para a nossa sociedade, para o Estado e para o Paiz.¹⁴⁷

Estava assim atestada a periculosidade de José Carlos Boscolo que, segundo a Polícia Política, era um operário culto que vinha desenvolvendo um “trabalho vagaroso” e “verdadeiramente educativo” entre o proletariado, cujos objetivos eram esperados no futuro. Com tais qualidades, colocava em risco a estabilidade das instituições e a ordem estabelecida. Boscolo representava tudo aquilo que deveria ser combatido e reprimido, pois incomodava por duas idéias, linguagem, e postura política frente aos trabalhadores. Somava-se ao seu perfil de ativista

¹⁴⁶ Relatório de M. N., para Sr. Dr. Delegado de Ordem Social. Gabinete de investigações, São Paulo, 3 de janeiro de 1933, doc. 9, fl. 11. *Pront. n. 263, José Carlos Boscolo*. Deops/SP. Apesp.

¹⁴⁷ Ibidem.

o fato de proferir conferências, textos sedutores e de ser um operário gráfico com larga militância não apenas junto à União dos Trabalhadores Gráficos. Para o Deops/SP, ele era apenas um elemento reconhecidamente extremista.

Tal afirmativa é confirmada não só por aqueles que o conhecem de perto, mas também por elle próprio, que assim se tem revelado pelo que escreve e pelo que fala. Elle, José Carlos Boscolo, não se diz ‘alliancista’, nem ‘socialista’, mas sim ‘comunista’, e isso abertamente. Já por diversas vezes tem feito conferências, nesta Capital e no interior do Estado, mormente em Campinas, conferências essas de caracter comunista. É ainda auctor do livro ‘*Dever Social*’, sobre doutrinas comunistas, com elle presenteando seus amigos, os quaes procurava converter à sua doutrina política.¹⁴⁸

As provas usadas contra Boscolo o incriminavam um cidadão politicamente perigoso e socialmente indesejável, pois seus escritos eram doutrinários com a capacidade de converter aqueles que o lessem. Tamanha era sua capacidade de persuasão uma vez que costumava presentear seus colegas com um livro de sua autoria. Entretanto, na busca realizada pela polícia, em sua casa, “foram encontrados originaes de algumas publicações suas, uma das quaes, sob o título ‘Camaradas’, de pregação nitidamente doutrinaria.”¹⁴⁹ Sendo funcionário da Imprensa Oficial por ocasião da sua detenção em 1935, lhe recaíram também as acusações de manter “estreitas ligações com extremistas conhecidos e confessos, desenvolvia atuação de finalidade subversiva, conforme bem dizem documentos existentes nestes autos”.¹⁵⁰

Segundo as declarações oferecidas por Boscolo suas atividades junto ao meio proletário deveriam ser consideradas como ações de um “estudioso das questões sociais”:

[...] que a sua ideologia se caracteriza por um desejo de defesa da classe proletária no sentido de melhoria de suas condições; que o declarante propugna pelo syndicalismo, sem que as suas idéias possam por isso ser rotuladas de libertárias.¹⁵¹

¹⁴⁸ Informações sobre José Carlos Boscolo. S/d, fl. 26. *Pront. n. 263, José Carlos Boscolo*. Deops/SP. Apesp. [Grifo nosso]

¹⁴⁹ Relatório do Delegado Addido A. P. Pinto Moreira, para o Dr. Delegado de Ordem Social. Delegacia de Ordem Social, São Paulo, 12 de agosto de 1936, fl. 22. *Pront. n. 263, José Carlos Boscolo*. Deops/SP. Apesp.

¹⁵⁰ *Ibidem*.

¹⁵¹ Termo de declaração de José Carlos Boscolo, para o M.M. Juiz de Direito Commissario Dr. Alexandre Delfino de Amorim Lima. Juízo de Direito Commissario para inquirição de presos políticos, São Paulo, 21 de dezembro de 1935, fl. 30. *Pront. n. 263, José Carlos Boscolo*. Deops/SP. Apesp.

Também se declarou contrário a todas as ditaduras, fossem elas de direita ou de esquerda por ser a liberdade a essência do seu pensamento. E, por não aceitar “enjunções”[sic] políticas “não poderia fazer parte da A.N.L. ou de outro qualquer partido; que assim é que o declarante não está envolvido, nem directa, nem indirectamente, nos últimos movimentos, pois a sua posição é de simples observador dos phenomenos sociaes que ocorrem no paiz.”¹⁵² Reafirmando sua postura “negacionista”, Boscolo confessou desconhecer

[...] o ideal político dos seus companheiros de trabalho, João Della Déa, João da Costa Pimenta, Feliciano dos Santos, Pedro Antônio de Carvalho e outros, conhecendo-os apenas como companheiros de trabalho; que, nas oficinas da ‘Imprensa Oficial’ não é discutido nenhum thema político e, ultimamente, também nada foi discutido sobre o recente movimento do qual o declarante teve conhecimento pela leitura dos jornais.¹⁵³

De acordo com a lógica policial, as provas dos crimes políticos e sociais praticados por Boscolo eram contundentes e irrefutáveis. Sua militância desde a década de 1920 ia de encontro às suas alegações de não ser comunista, de não ter participado da tentativa de golpe em 1935 e de “viver afastado de qualquer actividade intellectual”.¹⁵⁴ Permaneceu preso de 18 de dezembro de 1935 até 22 de fevereiro de 1937 quando foi posto em liberdade. No entanto, havia também um processo instaurado junto ao Tribunal de Segurança Nacional que somente seria encerrado em julho de 1938 cuja sentença absolveu Boscolo de todas as acusações. Deixamos em aberto a possibilidade de Boscolo ter recebido a ajuda de algum “padrinho” político, interferências que nem sempre deixavam rastros.

Outro importante trabalhador gráfico também linotipista da *Imprensa Oficial* era João da Costa Pimenta. Nascido na cidade de Campos estado do Rio de Janeiro em 1891, seu prontuário policial registrou inúmeras passagens pelo Deops/SP e uma intensa atividade intelectual e de militância política. De acordo com informações da Polícia Política, Pimenta seria um “elemento de larga atividade junto aos gráficos”:

¹⁵² Ibidem.

¹⁵³ Termo de declaração de José Carlos Boscolo, para o Delegado de Ordem Social João Baptista Pinto de Toledo. Superintendência de Ordem Política e Social, São Paulo, 18 de dezembro de 1935, fl. 4. *Pront. n. 263, José Carlos Boscolo*. Deops/SP. Apesp.

¹⁵⁴ Ibidem.

[...] fazendo parte da U.T.G., já esteve detido á ordem desta Delegacia por várias vezes, sendo aqui promptuariado. Propaga suas idéias subversivas por meio da oratória, para o que convoca reuniões. Segundo elle mesmo diz, somente o communismo poderá resolver os pontos vitais da nossa situação social. Quanto á sua possível actuação no último movimento, nada pude apurar de concreto, sabendo entretanto que não compareceu á repartição onde trabalha, durante os dias 14 a 24 de novembro.¹⁵⁵

Suspeito de ter participado da “Intentona Comunista” pois, não teria comparecido ao trabalho nos dias que antecederam o movimento, sua situação se agravava uma vez que em seu prontuário constavam inúmeras acusações: de usar a oratória para disseminar suas idéias, avaliadas como subversivas; de ter ligações com “Manoel Medeiros e elementos comunistas da U.T.G., agremiação que faz parte”;¹⁵⁶ de participar das reuniões promovidas pela União dos Trabalhadores Gráficos e em outras associações sindicais. Uma delas teria sido realizada na em 7 de fevereiro de 1933 na sede da U.T.G., e teria contado com a presença de ilustres representantes de várias associações de classe:

[...] entre elles a Confederação Geral do Trabalho, Federação Syndical Regional de S. Paulo, Partido Communista Brasileiro, União dos Empregados em Hotéis e Similares, União dos Trabalhadores da Light e União dos Profissionais do Volante. Abrindo os trabalhos, usou a palavra o gráphico comunista Manoel Medeiros, que declarou ser o fim principal da reunião constituir uma frente única operária contra a guerra, contra a burguesia, e contra todas as pressões resultantes das luctas de classe. A seguir falaram sobre o mesmo ponto de vista, um tecelão e um trabalhador da Light de nome Machado. Também falou o comunista Mario Pedrosa, o social-revolucionário Vicente Guerreiro, da Light, e os comunistas Aristides Lobo, João da Costa Pimenta. Mario Pedrosa propoz uma moção de solidariedade confiando na acção dos communistas da Alemanha contra as violências praticadas pelos fascistas. A proposta foi aprovada por 38 votos contra 2. Foi eleito também um comitê de propaganda contra a guerra, que ficou organizado, cabendo porém aos graphicos 3 representantes. Dos conhecidos, Mario Pedrosa, Antonio Machado, da Light e João da Costa Pimenta convém ser citado, sendo que este não aceitou o cargo. Durante a reunião foram distribuídos manifestos e vendeu-se, pela União dos Trabalhadores Graphics o livro de Trotsky sobre o communismo ‘O que é a Revolução de Outubro’.¹⁵⁷

Através desse relatório notamos que, em certo sentido, a União dos Trabalhadores Gráficos congregava não apenas reconhecidas personalidades do mundo da militância operária como também importantes sindicatos. Suas posições eram de combate às opressões e à guerra,

¹⁵⁵ Informação sobre João da Costa Pimenta do inspetor Juvêncio de Souza, para o Snr. Dr. Delegado de Ordem Social, São Paulo, 10 de dezembro de 1935, doc. 9, fl. 11. *Pront. n. 217, João da Costa Pimenta*. Deops/SP. Apesp. [Grifo nosso]

¹⁵⁶ Ibidem.

¹⁵⁷ Relatório reservado “Reunião na sede da União dos Trabalhadores Graphics”, de N1. Gabinete de Investigações, São Paulo, 8 de fevereiro de 1933, doc. 4, fl. 5. *Pront. n. 217, João da Costa Pimenta*. Deops/SP. Apesp.

sendo que em 1933 já se colocavam ao lado dos comunistas alemães investindo contra o fascismo numa atitude de solidariedade internacional. João da Costa Pimenta figurava nesse grupo e, mesmo não tendo aceitado o cargo como um dos representantes do comitê de propaganda contra a guerra – importante notar que coube aos gráficos três representantes – ele também havia participado ativamente dessa reunião. Um outro dado importante é que além da distribuição de manifestos, a União dos Trabalhadores Gráficos estava vendendo livros de Trotsky sobre a Revolução de Outubro, fato suficiente para atestar o caráter comunista do encontro.

Um outro relatório de 11 de fevereiro de 1933 descrevia referente a uma reunião realizada dias após a primeira “Conferência Anti-Guerreira” promovida pela Federação Sindical Regional. Segundo o redator, o encontro teria recebido “o apoio imediato de diversos intelectuais e das três principais entidades da Capital: ‘União dos Trabalhadores Graphicos’, ‘União dos Operários em Fábricas de Tecidos’, e ‘União dos Empregados em Hotéis’.”¹⁵⁸ Tais associações eram acusadas de estarem “há tempo sob a influência coummunista”,¹⁵⁹ sendo que na U.T.G. predominava a corrente trotskista, representada por diversos intelectuais.” São citados: “Aristides Lobo, Mario Dupont, Manoel Medeiros, Victor Pinheiro, Mario Pedrosa e João Pimenta. Nas outras [frentes predominava], a corrente stalinista.”¹⁶⁰

A partir dessas informações notamos que João da Costa Pimenta era tido como um intelectual representante da corrente trotskista que, segundo a polícia, queria dizer o mesmo que comunista. O fato dos trabalhadores gráficos serem seguidores dessa corrente explicaria a venda do livro de Trotsky pela U.T.G.. Assim funcionava a lógica policial.

No entanto, encontramos outros dados interessantes sobre a vida política de Pimenta, especialmente no que se refere às suas atividades antes de 1935. De acordo com relatório policial, Pimenta já era prontuariado na Delegacia de Ordem Social quando foi detido em 18 de dezembro de 1935 nas oficinas da *Imprensa Oficial*. O prontuário de João teria sido aberto graças às suas atividades avaliadas rotuladas de “extremista (comunismo)”.

¹⁵⁸ Relatório sobre a Conferência Anti-Guerreira de Luiz Apollonio. Delegacia de Ordem Social, São Paulo 11, de fevereiro de 1933, doc, 5, fl, 7. *Pront. n. 217, João da Costa Pimenta*. Deops/SP. Apesp.

¹⁵⁹ Ibidem.

¹⁶⁰ Ibidem.

Foi preso diversas vezes como agitador, tendo neste caráter participado na greve dos gráficos em 1929. Em suas declarações, prestadas na Segunda Delegacia Auxiliar, em 25 de outubro de 1919, confessa ser adepto do comunismo-anarquista; e em 7 de março de 1923, e suas declarações na Quarta Auxiliar, confessa ser partidário dos princípios do comunismo, encarnados na Terceira Internacional de Moscou.¹⁶¹

Declarou ser operário gráfico e, como tal, um dos fundadores da União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo, em 1919. Procurou explicar que essa organização havia sido criada com o objetivo de pleitearem reivindicações de “sua classe, benefícios diversos para os associados, enfim a mesma coisa de um sindicato legal.” Ciente das generalizações, procurou demonstrar que para a Polícia Política aquela organização era interpretada pelas autoridades como:

[...] anachista e mais tarde passou a ser chamada de comunista, tendo o declarante sido assim classificado na prisão que teve em mil novecentos e dezenove, por ocasião da greve geral e em mil novecentos e vinte e três quando se processava outra greve; que durante esse tempo o declarante foi chamado por outras vezes à polícia por casos de menor importância; que o declarante não era um comunista ou um anarquista e sim um corporativista.¹⁶²

Em 1924, Pimenta foi para o Rio de Janeiro onde permaneceu até 1930. Na capital federal foi também dirigente da União dos Trabalhadores Gráficos se definindo como “um batalhador pelos interesses de sua classe”¹⁶³ tendo sido, também no Rio de Janeiro, chamado diversas vezes para comparecer ao Deops/SP não havendo, entretanto, contra ele nenhum processo que provasse suas atividades subversivas. Enquanto esteve no Rio trabalhou no *Jornal do Brasil* e n’ *O Paiz*. De volta a São Paulo, em 1931, afirmou ter se retirado “completamente de qualquer actividade sindical de qualquer espécie”.¹⁶⁴ Em São Paulo trabalhou em diversos jornais entre eles *A Razão* e *Diários Associados* “entrando finalmente para o *Diário Oficial* onde trabalha desde mil novecentos e trinta e um até a presente data [18 de dezembro de 1935].”¹⁶⁵

¹⁶¹ Informação n. 1471 de José Vieira de Araújo encarregado do Arquivo Geral, para o Sr. Sub-Chefe de Ordem Social. Delegacia de Ordem Social, São Paulo, 9 de fevereiro de 1939, fl. 51. *Pront. n. 217, João da Costa Pimenta*. Deops/SP. Apesp.

¹⁶² Cópia feita pelo escrivão addido Joaquim Marcondes de Campos na Delegacia de Ordem Social, São Paulo 2 de junho de 1936, do termo de declarações de João da Costa Pimenta, para o Delegado addido Dr. Paulo Cardoso de Almeida. Delegacia de Ordem Social, São Paulo, 18 de dezembro de 1935, doc. 21, fls 33 e 34. *Pront. n. 217, João da Costa Pimenta*. Deops/SP. Apesp.

¹⁶³ Ibidem.

¹⁶⁴ Ibidem.

¹⁶⁵ Ibidem.

João da Costa Pimenta declarou também que “sempre foi taxado pelo Partido Comunista de traidor, desertor da lucta etc. pelo facto do declarante combater a intromissão do Partido nos sindicatos, podendo se ver por isso que o declarante não é um extremista”.¹⁶⁶ No entanto, o raciocínio da Polícia Política seguia uma lógica própria. Para o delegado de Ordem Social, Pimenta “não teria sido taxado de traidor pelo Partido Comunista, si ao mesmo nunca tivesse pertencido. Si o Partido Comunista assim o qualificava, naturalmente o fazia por ter magoa de um adepto, de um seu partidário e isso, pois vem contradizer o indiciado, quando diz elle, ‘que não era comunista’. Nos autos encontra-se documentação de sua actividade em prol do communismo,”¹⁶⁷ configurando assim a prática do “credo vermelho” por parte do acusado.

Em 1933, João foi apresentado como candidato a deputado. No entanto, ele afirmou que tal candidatura foi lançada sem a sua “audiência e para a qual não deu um passo para propaganda”.¹⁶⁸ Como funcionário do *Diário Oficial*, na data de sua prisão em 1935, foi acusado de ser um “elemento extremista e adepto fervoroso da Doutrina Comunista.”¹⁶⁹ Sobre ele recaia também a acusação de “instruir os seus companheiros de officina principalmente Della Déa, sobre as vantagens da adopção do regimem instituído na Rússia, incomparavelmente melhor, na sua opinião, do que o regimem ora vigente no Brasil”.¹⁷⁰ Em suas declarações, afirmou que vivia absorvido em seu trabalho nas oficinas da Imprensa Oficial e que

[...] ganha por tarefa e, desse modo, tem a preocupação de fazer com que seu trabalho renda o mais possível; que resulta dahi que não poderia distrahir a sua actividade para empregá-la para agitar os meios em que vive; que essa agitação é mesmo impossível não só porque nas Officinas do Diário Oficial trabalham pessoas de diferentes matizes, como também porque os funcionários públicos somente pelos meios ordinários e legaes podem pleitear melhorias para a classe e nunca por intermédio de agitações grevistas.¹⁷¹

¹⁶⁶ Ibidem.

¹⁶⁷ Relatório do Delegado Addido A. P. Pinto Moreira, para o Dr. Delegado de Ordem Social. Delegacia de Ordem Social, São Paulo, 12 de agosto de 1936, fl. 21. *Pront. n. 217, João da Costa Pimenta*. Deops/SP. Apesp.

¹⁶⁸ Cópia feita pelo escrivão addido Joaquim Marcondes de Campos na Delegacia de Ordem Social, São Paulo 2 de junho de 1936, do termo de declarações de João da Costa Pimenta, para o Delegado addido Dr. Paulo Cardoso de Almeida. Delegacia de Ordem Social, São Paulo, 18 de dezembro de 1935, doc. 21, fls 33 e 34. *Pront. n. 217, João da Costa Pimenta*. Deops/SP. Apesp.

¹⁶⁹ Informação sobre João da Costa Pimenta, s/d, doc. 53, fl. 49. *Pront. n. 217, João da Costa Pimenta*. Deops/SP. Apesp.

¹⁷⁰ Ibidem.

¹⁷¹ Termo de declaração de João da Costa Pimenta, para o M.M. Juiz de Direito Commissario Dr. Alexandre Delfino de Amorim Lima. Juízo de Direito Commissario para inquirição de presos políticos, São Paulo, 21 de dezembro de 1935, fls. 55 e 56. *Pront. n. 263, José Carlos Boscolo*. Deops/SP. Apesp.

João Pimenta negou também as acusações de ser integrante da Aliança Nacional Libertadora e de ter participado do movimento revolucionário ocorrido em novembro de 1935. No entanto, em busca realizada pela polícia em sua residência foram encontrados livros que, segundo o Deops/SP o incriminavam, pois Pimenta os havia reconhecido como seus, tais como: “dois volumes de intitulado ‘*Os Deus Vermelhos*’ de Adolpho Agoio; um volume de ‘*O Encouraçado Potemkin*’ de F. Slang, um volume de ‘*Educação Burgueza e Educação Proletária*’, de Edwin Hoernle.”¹⁷² Questionado sobre o conteúdo, declarou que não os julgava de caráter subversivo uma vez que os tinha comprado, pois eram vendidos livremente nas livrarias.

Diante de tantas evidências, João da Costa Pimenta foi preso, em 18 de dezembro de 1935, enquanto as investigações continuavam. No entanto, alegando de inocência, ele escreveu em 31 de dezembro de 1935, do Presídio do Paraíso onde se encontrava, uma carta pedindo ao Diretor da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo que intercedesse no sentido dele ser posto em liberdade. Não adiantou. Ele permaneceu preso até 3 de setembro de 1936 quando foi libertado. Somente seria absolvido das acusações de participação na “Intentona Comunista” em julho de 1938 quando foi, juntamente com os demais funcionários da Imprensa Oficial, absolvido pelo Tribunal de Segurança Nacional.

As investigações em torno dos linotipistas aqui nomeadas se deram após o movimento de novembro de 1935, fato que levou a um acirramento da vigilância e instigou um clima de “guerra” agravado pelo Estado de Sítio decretado pelo governo. O objetivo era de tentar manter a ordem e a segurança das instituições. De acordo com o historiador Edgard Carone, o Estado de Sítio surgiu como necessidade após a revolta de 27 de novembro de 1935, e o governo catalizou todo o movimento para si. Nesse sentido, o Congresso abdicou de seus direitos em favor de Getúlio Vargas, autorizado a declarar Estado de Sítio, durante trinta dias, em todo o território nacional. Assim, a criação de um clima de tensão justificava o fechamento do círculo em torno

¹⁷² Cópia feita pelo escrivão addido Joaquim Marcondes de Campos na Delegacia de Ordem Social, São Paulo 2 de junho de 1936, do termo de declarações de João da Costa Pimenta, para o Delegado addido Dr. Paulo Cardoso de Almeida. Delegacia de Ordem Social, São Paulo, 18 de dezembro de 1935, doc. 21, fls 33 e 34. *Pront. n. 217, João da Costa Pimenta*. Deops/SP. Apesp.

dos comunistas. O Estado de Sítio – inicialmente concedido por trinta dias –, foi prorrogado antes do seu término, por mais noventa dias. Porém, acrescentou-se a autorização para equipará-lo ao Estado de Guerra, se necessário: “pois não obstante as medidas preventivas e coercitivas empregadas pelas autoridades civis e militares, permitidas pelo Estado de Sítio, força é confessar, ainda não desistiram os extremistas de seu propósito.”¹⁷³

Diante desta situação, a repressão e as prisões podiam ser realizadas, “de maneira contínua e segundo os interesses os mais excusos das oligarquias; o que a leva a prender indiscriminadamente comunistas, socialistas, liberais e outros.”¹⁷⁴ O número e ação política dos sindicatos diminuíram, centenas de operários foram presos, muitos desapareceram e o número de mortos aumentaram. Tudo foi realizado sob orientação de Filinto Müller, chefe da Polícia Federal, e com o consentimento de Getúlio Vargas, do Exército, das bancadas de São Paulo etc.. Em contraposição, a revolução foi pintada com as cores negras pelo governo, que citava os constantes assassinatos cometidos pelos comunistas. Ou seja, criava-se um clima de terror, que servia como justificativa para a repressão. Um conjunto de panfleto oficiais propagavam a imagem estereotipada dos comunistas cuja representação os comparava à monstros e assassinos de mulheres e crianças.

Argumentava-se que a Nação brasileira corria perigo frente às investidas golpistas idealizadas pelos comunistas, representados por cada militante ou simpatizante. No caso dos processos aqui analisados, o inimigo-objetivo emergia personificado de linotipistas da *Imprensa Oficial*. A repressão contra os trabalhadores gráficos pode ser descrita no superlativo: fortíssima. A Polícia Política precisava prender os culpados, apresentar provas e, ao mesmo tempo tentar entender ou justificar como se tinha chegado a tal situação de perigo.

Nesse sentido, a Delegacia de Ordem Social elaborou um extenso relatório expondo as causas e as etapas pelas quais passaram os comunistas no Brasil tendo como ponto de referência a União dos Trabalhadores Gráficos. Alguns trechos do referido relatório, ainda que as passagens sejam um pouco extensas, merecem nossa atenção. Dada a riqueza de informações e

¹⁷³ CARONE, Edgard. *A República Nova (1930-1937)*. 3ª ed., São Paulo: DIFEL, 1982, p. 343.

¹⁷⁴ *Ibidem*.

justificativas, selecionamos alguns fragmentos que relatam as causas do comunismo ter chegado ao Brasil e de ter tomado o vulto que tomou:

A propaganda da doutrina comunista, a difusão de seus processos e a pregação de seus fins, que começaram a ser feitas no Brasil pelo anno de 1928, procuraram, desde logo, crear, no nosso organismo social, raízes fundas que lhes garantissem o sucesso da empreza e lhes assegurassem a arregimentação fácil e prompta do grande número de proselytos que se atirassem, rápida e resolutamente, á continuação da tarefa, ao prosseguimento da campanha e á maior disseminação das idéias que se tratava de propagar. Para esse fim, procuraram os transportadores e interlocutores da doutrina marxista entre nós, conquistar as sociedades de classes, meios propícios a um trabalho fácil e compensador nesse sentido; e uma das primeiras agremiações a soffrer desses [foram os] trabalhadores gráficos (U.T.G.), associação que congregava sob a sua bandeira a numerosa classe dos trabalhadores em artes gráficas e que, nessa época, florescia, crescia incessantemente e ostentava uma pujança invejável, representava uma força ponderável.

O trabalho foi profícuo, os resultados não faltaram e a U.T.G. tornou-se, desde logo, um respeitável núcleo, um reducto forte de pregadores ardorosos e apaixonados cultores do communismo russo. Desnecessário é dizer-se, pois, que, para ela, para a U.T.G., convergiram logo as atenções dos poderes constituídos, que passaram a acompanhar, attentamente, o desenvolvimento que o empreendimento ia tendo e o colorido que as idéias tomavam no seio da entidade em que eram pregadas. Nella, formou-se um grupo de comunistas convictos, de pregadores tenazes, audaciosos e infatigáveis, do novo evangelho, e que desde logo, passaram a dar não pequeno trabalho á Polícia que, por sua vez, ia registrando as suas actividades, ia acompanhando os seus passos e a suas manobras.

Ao estalar, pois, o movimento de carácter extremista e que irrompeu em novembro de 1935, ensangüentando o norte do Paiz e a Capital da República e denotando ter ramificações por todo o território nacional, a Polícia de São Paulo tratou, sem demora, de vigiar, controllar e mesmo segregar do nosso convívio social alguns desses elementos da U.T.G. e que pareciam representar perigo iminente para a segurança da ordem política e a inalterabilidade da ordem social, impressões essa perfeitamente justificável em face do grau de temibilidade de cada um. Enquanto isso se dava, os trabalhos de investigação provavam que, esses elementos não se encontravam inactivos, desenvolvendo, ao contrário, trabalho em favor de seus ideaes, trabalho intenso e ininterrupto.¹⁷⁵

Através deste fragmento notamos o tom agressivo com que o delegado apresenta e descreve os trabalhadores gráficos, da mesma forma que eles são responsabilizados pela instalação de uma ala do comunismo no Brasil, tomando parte ativa para a sua disseminação entre as classes operárias. Estariam também contribuindo para a propaganda da doutrina comunista e colocando em prática seus planos através da tentativa de golpe em novembro de 1935. Entretanto a polícia estava em constante estado de alerta vigiando cada ação realizada pelos

¹⁷⁵ Relatório do Delegado Addido A. P. Pinto Moreira, para o Dr. Delegado de Ordem Social. Delegacia de Ordem Social, São Paulo, 12 de agosto de 1936, fl. 23. *Pront. n. 217, João da Costa Pimenta*. Deops/SP. Apesp.

comunistas. Como guardião da “ordem política e a inalterabilidade da ordem social,” o DOPS se reservava o direito de perseguir, prender e punir todo e qualquer cidadão suspeito por suas idéias e/ou atitudes consideradas extremistas ou ideologicamente diferentes dos preceitos aceitos como “acordo com a ordem”.

Nesse mesmo relatório foram elencadas múltiplas acusações referentes aos operários gráficos em questão, sendo chamadas e ouvidas 25 testemunhas que, de acordo com o delegado, eram compostas quase exclusivamente de advogados, comerciantes, industriais, comerciários e principalmente, de trabalhadores gráficos:

os quaes, em razão de sua profissão pertencem ao mesmo meio social dos indiciados e formam sob a bandeira do mesmo Syndicato de classe aquelles se filiam, assim tendo, pois, um contacto mais directo e mais íntimo como os mesmos, podendo, portanto, auscultar-lhes melhor os sentimentos, formar delles um juízo mais preciso e justo, delles dizendo, enfim, de suas idéias e de suas convicções, com mais firmeza, mais exatidão, mais disassombro e, pois sem nenhuma eiva de parcialidade, com absoluta isenção de animo, dado que são todos, companheiros de um mesmo mister, que os irmana por interesses vitaes mais comuns, por um maior espírito de cohesão e solodariedade.¹⁷⁶

Da referida prova testemunhal constante dos autos, as autoridades policiais concluíram sobre “quem eram os trabalhadores gráficos em questão?”

[...] sempre se valeram de todos os meios, de todas as ocasiões e todos os logares, para externarem as suas convicções e procurarem diffundi-las, incuti-las no espírito daquelles que se deixavam seduzir pelas suas pregações, que se tornavam seus ouvintes, que se quedavam attentos ás suas exaltações das cousas marxistas, das cousas daquelles que se propuseram em tão má hora para o mundo, reformar tudo, transformar tudo pelos mais abomináveis dos processos, pela mais execranda das práticas, pelo mais tenebroso dos planos!¹⁷⁷

Aos trabalhadores gráficos foi atribuída toda a culpabilidade no desenvolvimento que as idéias comunistas tiveram entre nós. Acobertados pela máscara do humanitarismo eles atentavam contra os principais pilares da sociedade: a família, a Pátria, a moral, dentre outros. Através do “secretismo” de suas ações, viviam como ratos (“sorrateiros”). Como criminosos, deveriam ser temidos e condenados por sua

¹⁷⁶ Ibidem, fls 14 e 15.

¹⁷⁷ Ibidem, [Grifo nosso]

[...] temibilidade manifesta que, cada um, representa em face da segurança das nossas instituições políticas, da estabilidade das nossas normas sociaes; seria bastante para tão positiva afirmação, lembra-se que até nas vésperas de serem detidos, promoviam reuniões secretas onde se cuidava de novas articulações, de organizar novos movimentos de rebeldia, novas investidas contra o nosso sagrado patrimônio moral, contra o acervo de nossas famílias, contra os alicerces da nossa sociedade, contra a soberania de nossa Pátria, escolhida para ser transformada em feudo dos instigadores dos nossos homens de boa fé, da nossa gente crédula, por demaes, em tudo que lhe pretende impingir com o rótulo de reivindicações, com capa de humanitarismo! Esses nossos patrícios, transviados e corrompidos, não podem, absolutamente, deixar de receberem o castigo para uma situação que eles próprios e exclusivamente criaram contra si, a punição para um delicto que, consciente e obstinadamente, têm praticado, continua e ininterruptamente, sorratamente, e por todas as formas que se lhes affiguram como capazes de conduzir a um sucesso certo e compensador na sinistra empreitada que, voluntariamente, prazeirozamente com certeza, se propuseram contra os seus compatriotas, contra as suas próprias famílias, enfim, contra elles próprios! Dessa conclusão, não há como fugir. Elles deverão ter as conseqüências que procuraram, pelos seus actos condenáveis, pela sua conducta criminosa."¹⁷⁸

De acordo com este discurso acusatório, os gráficos foram responsabilizados pelos acontecimentos de 1935 que, na versão policial, culminaram na chacina que ensangüentou o nosso solo fértil e merecedor de ser palmilhado por gente de melhores intenções".¹⁷⁹ Portanto, deveriam ser punidos por

suas práticas condenáveis, pelas suas atitudes deshumanas, pela perversão que procuraram levar aos seus amigos, aos seus companheiros, ás suas famílias, aos adolescentes, sempre inexperientes, sempre desavisados, sempre promptos a receber e acatar os maus conselhos, as más idéias, os incitamentos de finalidade inconfessável.¹⁸⁰

Pinto Moreira, delegado adido, concluiu o seu relatório referindo-se às provas reunidas contra os gráficos: os prontuários da Delegacia de Ordem Social estariam repletos “de documentos valiosos, convincentes e positivos”¹⁸¹ que deveriam ser devidamente conservados “para ter sempre elementos que a autorizam a apontar á sociedade aquelles que contra ella conspiram quotidianamente, contra ella architeta diariamente, os mais monstruosos planos, as mais diabólicas ações”.¹⁸² Aquela Delegacia estaria constantemente reunindo provas “contra aquelles que unicamente existem para praticar o mal, para disseminar o crime, para pregar a

¹⁷⁸ Ibidem.

¹⁷⁹ Ibidem.

¹⁸⁰ Ibidem.

¹⁸¹ Ibidem.

¹⁸² Ibidem.

destruição”.¹⁸³ Apelando para o uso de metáforas e analogias, o discurso da repressão ganhou forças, fez vítimas e deixou sequelas. Como detentora do poder de proteger a sociedade contra tudo e todos que colocassem a nação em perigo, a Polícia Política se projetou como instituição ordenadora e contentora dos perigos sociais . Por meio dessa dinâmica cabia a ela zelar pela manutenção das instituições, vigiar os suspeitos, interrogá-los, julgá-los e, se necessário, expulsá-los do território nacional.

Efetiva-se, desta forma, a política de saneamento ideológico direcionado para anular as diferenças políticas em prol da homogeneização do pensamento. Contrapunha-se o uno contra o coletivo, valorizando-se as multidões, anulando-se o indivíduo.

¹⁸³ Ibidem.

3.2 – Impressos: provas do crime político

De acordo com Tucci Carneiro¹⁸⁴, o intelectual ativo – aquele que escrevia e divulgava suas idéias “revolucionárias” – sempre foi tratado pelas instituições vigilantes como um “herege”, um “homem maldito”, um “bandido”. Por ultrapassar os limites do permitido, foi repreendido, julgado e punido. Os impressos apreendidos como “armas do crime” transformavam-se em prova material e palpável de uma trama articulada contra o regime e que, segundo os homens do poder poderiam desequilibrar a ordem imposta.¹⁸⁵

Trata-se do princípio do inimigo-objetivo, contruído pela lógica e prática policiais que, por intermédio da “lógica da desconfiança”, reforçava a parte sombria, secreta e invisível do regime varguista. O medo, a insegurança e a instabilidade iam ao encontro dos objetivos do Estado, que pretendia apreender a alma de todo e qualquer membro da sociedade. Da mesma forma, as autoridades policiais (responsáveis pela manutenção da segurança nacional) tinham consciência de que a imaginação amedrontada anulava, “interpretações sofisticado-dialéticas da política”.¹⁸⁶ Portanto, através da sonegação de informações, reduziam-se os riscos de críticas e as possibilidades de conflitos, além de contribuir para o aumento do clima de medo e tensão. Homogeneizando o pensamento, diminuía-se os riscos de contestação, seguindo-se a risca o padrão de construção do consenso. Segundo considerações de Arendt, a difusão do uso do terror

¹⁸⁴ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias Silenciadas – História da Censura no Brasil*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado, 2002.

¹⁸⁵ Ibidem, p. 21. Ver também: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros Proibidos, Idéias Malditas – O Deops e as Minorias Silenciadas*. 2ª ed. Ampliada. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002. Nesse “cenário”, reside o conceito de “inimigo objetivo” – característico de sistemas totalitários como o nazi-fascista e o stalinista –, que foi amplamente tratada por Hannah Arendt. Para a autora, o inimigo objetivo nunca é um indivíduo cujos pensamentos perigosos tenham de ser provocados ou cujo passado justifique suspeita, mas é “portador de tendências”, como o portador de uma doença. Não obstante, a identidade de tal inimigo muda de acordo com as circunstâncias do momento de forma que, basta uma categoria estar liquidada, pode-se declarar guerra à outra. Nas condições do regime totalitário, a categoria dos suspeitos compreende toda a população, todo o pensamento que se desvia da linha oficialmente prescrita e permanentemente mutável já é suspeito, não importando o campo de atividade humana em que ocorra. Simplesmente em virtude da sua capacidade de pensar, os seres humanos são suspeitos por definição, e “esta suspeita não pode ser evitada pela conduta exemplar, pois a capacidade humana de pensar é também a capacidade de mudar de idéia.” Ver: ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo – Anti-Semitismo, Imperialismo e Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

¹⁸⁶ ABREU, Marcia (org.). *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas: Mercado de Letras Edições e Livrarias LTDA, 2000, p. 435.

está integrado ao controle estrito sobre a produção cultural, visto que o objetivo não é tanto incutir medo, mas sim criar um “clima”, no qual a aceitação da propaganda seria facilitada.¹⁸⁷

Com o intuito de “calar” e “domesticar” as massas, a repressão fazia uso dos artifícios característicos dos regimes autoritários que, para impor suas prioridades, procuravam interferir no imaginário coletivo. Daí o medo e o terror serem associados à imagem dos órgãos de repressão. Parte-se da vigilância e do uso intensivo de policiamento que funcionavam como “ingredientes”, por razões bastante óbvias, dos regimes de terror. De forma evidente, o policiamento vem associado à utilização de métodos de tortura aplicados com o intuito de obter confissões, especialmente nos casos em que os “crimes” envolvam visões políticas desviantes, muito mais do que infrações específicas da Lei.¹⁸⁸

Nesse contexto de vigilância e repressão às ideologias “exóticas” e aos seus seguidores, é que os gráficos se apresentavam como críticos ferrenhos e contrários ao poder vigente. Como “errantes” deveriam ser disciplinados e punidos se necessário.¹⁸⁹ Se as tipografias eram alvos certos da vigilância policial independentemente do tipo de material impresso que produzissem, então aquelas que, de fato, imprimiam jornais, panfletos e boletins alinhados com as ideologias de esquerda – especialmente a eleita pelas autoridades como a mais perigosa de todas, a comunista – eram “farejadas” com muito cuidado e afinco, pois os impressos apareciam a todo momento – tanto nos meios operários como nas ruas. Nesse sentido, alguém os estava produzindo e em algum lugar. Lugar este que, normalmente, ficava em bairros distantes do centro, pouco povoado e, às vezes, de difícil acesso, pois o maquinário tipográfico ocupava um certo espaço e também produzia ruídos característicos das máquinas de imprimir e cortar. Quanto aos seus

¹⁸⁷ Ver: ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo – Anti-Semitismo, Imperialismo e Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

¹⁸⁸ GIDDENS, Anthony. *Op. cit.*, p. 324

¹⁸⁹ Utilizamos aqui o conceito de disciplina apresentado por Foucault, em que as disciplinas seriam o conjunto de minúsculas invenções técnicas que permitiriam fazer crescer a extensão útil das multiplicidades fazendo diminuir os inconvenientes do poder que, justamente para torná-las úteis, deveria regê-las. No sentido em que o cidadão é parte integrante da construção de uma unidade produtora, uma vez que inserido dentro de um sistema de produção mais amplo e abrangente. Segundo o autor, a disciplina seria o processo técnico e unitário pelo qual a força do corpo é com o mínimo ônus reduzida como força política e maximizada como força útil. O que consideramos que a disciplina atrelada ao poder repressor favoreceram a criação os alicerces e as condições gerais para o funcionamento do Estado autoritário varguista. Ver: FOULCAULT, Michel. *Vigiar e Punir, Nascimento da Prisão*. Petrópolis: Vozes, 1998.

produtores, poderiam ser “subversivos” conhecidos, estrangeiros, ou nacionais, velhos ou jovens simpatizantes.

A censura e a repressão por parte do Deops, não se faziam de forma aleatória. A ação cotidiana desses “guardiões” da ordem e da segurança nacional tinha como fim um objetivo bem delimitado: o de dominar pela força, definindo as fronteiras entre o lícito e o ilícito. Através da análise dessa tênue linha que separa o permitido do proibido podemos reconstruir tanto a ação dos censores quanto dos que tiveram a palavra cerceada por tentarem através de diferentes estratégias ultrapassar as barreiras impostas e, com isso, fazer circular os impressos valendo-se, muitas vezes, de subterfúgios criativos.¹⁹⁰

Na maioria das vezes, essas tipografias eram denunciadas e, como tais, vigiadas, invadidas e vasculhadas. Sob acusação de “pregarem a desordem” tinham seus impressos apreendidos e, muitas vezes, incinerados. E como se não bastassem os prejuízos materiais, seus proprietários e funcionários eram presos, interrogados e sua vida pessoal devassada. Todo e qualquer detalhe se prestava como prova do crime político, comprometido pela conduta e o caráter do cidadão sob suspeita. Presos e identificados como transgressores da ordem, esses indivíduos teriam que conviver, a partir de então, com o estigma do “cidadão fichado”, rotulado de perigoso. Ficava comprometido pelos olhares desconfiados das pessoas que viam nele a personificação do agente comunista pronto para “derrubar as sólidas bases da democracia nacional”.

Dentre as tipografias mais procuradas pelos agentes da repressão estava a tipografia do Partido Comunista Brasileiro, que como tal era a responsável pela produção do jornal *A Classe Operária* e inúmeros outros panfletos e boletins que chamavam á greve, denunciavam prisões e arbitrariedades cometidas pela polícia contra intelectuais e militantes famosos como Caio Prado Júnior, Miguel Costa, Luis Carlos Prestes, bem como produziam grande parte dos impressos a serem distribuídos no dia 1º de maio. Cientes de toda essa ação as autoridades eram incansáveis

¹⁹⁰ Sobre esse assunto ver: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros Proibidos, Idéias Malditas O Deops e as Minorias Silenciadas*. 2.ª edição ampliada, São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

na vigilância e repressão á essa tipografia que funcionava na clandestinidade – como seu órgão diretor, o PCB.

No prontuário denominado *Tipografia Comunista* registrado sob o número 2259 encontramos um grande volume de documentos e especialmente fotografias que atestam o quanto a tipografia financiada pelo PCB resistiu. Como uma “fênix” sempre encontrava uma forma de ressurgir das cinzas. Inúmeras foram as investidas policiais que apreenderam todo maquinário – comumente adquirido a “duras penas” –, incineraram todo material impresso e prenderam os funcionários e responsáveis pela existência de tal tipografia.

Nos dois volumes do prontuário 2259, os documentos escritos são apenas “coadjuvantes”. Os “atores principais” são as fotografias produzidas pelo Laboratório Técnico Fotográfico do Gabinete de Investigações do Deops que, tomadas como representações fiéis da realidade, ou seja, a verdade incontestável são as provas da existência das tipografias, bem como do material subversivo pronto para a distribuição. Através das legendas de cada fotografia e a partir das informações dos investigadores, poderemos reconstruir a história de cada diligência, dos flagrantes e dos cenários tomados fotograficamente e imortalizados como provas do crime político.¹⁹¹

¹⁹¹ Sobre esse tema ver: KOSSOY, Boris, *Fotografia e História*. 2ª ed. Revista, São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. Aqui abriremos um parêntese, pois deste ponto em diante do texto as análises não serão mais baseadas nos documentos escritos, mas nos documentos fotográficos. Até o presente momento da pesquisa nos deparamos com dois tipos de fotografias: a) aquelas que foram produzidas pelo Deops e, b) aquelas que foram apreendidas pelo mesmo Deops. Estas últimas não trataremos neste momento devido a pequena quantidade encontrada entre os documentos estudados. Entretanto tratam-se de fotos apreendidas entre os pertences dos suspeitos. São fotografias particulares tiradas em momentos de lazer, posadas em estúdios fotográficos ou simples recordações de família. São documentos que quando tomados de assalto pela Polícia Política são descontextualizados pelo olhar repressor que não “vê” pessoas e sim suspeitos. Já as fotografias produzidas pelo Laboratório Técnico Fotográfico do Gabinete de Investigações do Deops, que vão desde as conhecidas fotos de frente e perfil, símbolo maior nas fichas de identificação policial, até aquelas “encomendadas”, pois nestes casos os funcionários do Laboratório Fotográfico eram chamados a comparecer no local onde os investigadores haviam dado a “batida”. Portanto os fotógrafos eram chamados para “registrar a cena”, o ambiente, ou seja, o flagrante, em que o crime político estava ocorrendo ou teria ocorrido. Ver MAGALHÃES, Fernanda Torres. *O Suspeito Através das Lentes. O Deops e a imagem da Subversão (1930-1945)*. São Paulo: Humanitas/Imprensa Oficial, 2008.

As fotografias eram apresentadas como estatutos de verdades incontestáveis, “se está na foto aconteceu”, “foi assim”. Aqui, temos a construção de uma realidade¹⁹² moldada de acordo com os interesses políticos-ideológicos e objetivos previamente propostos.

Em agosto de 1932, o Deops/SP localizou uma tipografia do Partido Comunista. Instalada clandestinamente, na cidade de São Paulo, numa casa simples na avenida Celso Garcia nº 1119. Os responsáveis pelos trabalhos tipográficos ali estavam: Manoel Ferreira da Silva e Helena da Silva, casal comunista que habitava na referida casa que servia também como espaço da subversão ou sedição. Ao invadirem a casa, os agentes da ordem, registravam aquilo que “comprovasse” o crime político-social e a “difundida” má conduta dos comunistas. O fotógrafo do Deops/SP, neste momento, entrava em cena para registrar os “fragmentos da realidade” a partir do seu olhar. Ideologicamente comprometido, procurava mostrar como era a casa de um agente comunista, como vivia, e, assim provar a sua periculosidade.

A fotografia abaixo nos mostra uma tomada do quarto de dormir do casal Manoel e Helena da Silva. Vemos um ambiente com pouca mobília, apenas uma cama de casal, desarrumada onde se misturam lençóis, colcha e tolhas de banho – talvez ainda molhadas uma delas colocadas na cabeceira da cama para secar –, travesseiros não se vê claramente, mas podemos notar a sua existência. Nas paredes, nenhum quadro ou fotografia, apenas mofo próximo ao chão o que comprovaria a precariedade e o desleixo dos moradores. Assim o mito da periculosidade era reforçado por meio da fotografia, comunistas eram apresentados como desordeiros (por isso tentavam promover a desordem política e social), viviam como animais em lugares improvisados, inóspitos e sujos.

¹⁹² Sobre esse tema ver: KOSSOY, Boris, *Realidades e Ficções na Trama Fotográfica*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

Fotografia mostrando a cama desarrumada no quarto do casal comunista Manoel Ferreira da Silva e Helena da Silva, cuja casa, localizada na avenida Celso Garcia nº 1119 em São Paulo, servia como sede da Tipografia do Partido Comunista Brasileiro quando em agosto de 1932 foi fechada após uma “batida” promovida pelos investigadores do Deops/SP. *Pront. n. 2259, vol. II, Tipografia Comunista*. Deops/SP. Apesp.

Esta era a imagem “construída” do inimigo. Por outro lado sabemos que a condição de vida dessas pessoas era muito difícil e precária, em se tratando de simpatizantes ou militantes comunistas. Viviam constantemente na “corda bamba”, encarando os perigos e as dificuldades da vida clandestina, sabendo que a qualquer momento poderiam ser descobertos. Quando a polícia chegava ainda lhes prendia, lhes tomava ou quebrava seus míseros pertences, adquiridos sabe-se lá como. Desarrumavam sua casa, enfim, preparavam o cenário para, em seguida, fotografá-lo.¹⁹³

¹⁹³ Sobre esse tema ver GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

A próxima fotografia nos apresenta uma outra tomada do mesmo quarto da fotografia anterior. Aqui temos um ambiente de muita bagunça e sujeira que contrastam com as duas fotografias afixadas nas paredes, ambas de crianças – talvez filhos do casal? Não sabemos. Na fotografia da esquerda vemos a imagem de uma menina, em seu semblante a expressão apreensiva e desconfiada por estar sentada ao lado de um grande cachorro que não se mostra ameaçador. À direita, uma outra fotografia: nos parece de uma criança um pouco menor que a outra, talvez um menino que sorri, o sorriso inocente e travesso numa expressão de alegria.

Na cômoda de 5 gavetas – das quais 3 grandes e 2 pequenas – uma toalhinha, sobre ela um relógio marcando 11 horas e 50 minutos, próximo ao horário do almoço, talvez a hora da chegada dos policiais... Não sabemos... O que temos de concreto em cima do móvel é um vaso de flores vazio, vidros de água de colônia, latas de talco, uma escova de cabelo, uma caixa com utensílios para fazer a barba, enfim objetos que atestam a intimidade de um casal. Tudo isso em meio a uma enorme bagunça que começa sobre a própria cômoda e se espalha pelo chão. Desordem e sujeira, objetos jogados, papel amassado, um par de chinelos e um par de sapatos, ambos muito gastos, largados num canto. No outro canto uma maleta entreaberta junto a uma pilha de papel; talvez fotografias pessoais de parentes e amigos –, em meio a um amontoado de lixo.

Essa era a imagem da desordem, símbolo daqueles que viviam de forma provisória e clandestina. Sinônimo de morada de comunistas, vivendo escondidos, de qualquer jeito como animais, acuados, cientes da sua condição de parias da sociedade. Isolados como portadores de uma doença incurável – o comunismo. Prestes a serem capturados e encarcerados. O que sobra? Apenas a bagunça, que não sabemos se era própria do casal ou apenas vestígios da invasão policial que, em busca de provas, revirava tudo e, ao final, a fotografava fragmentos de uma realidade. Assim foi comprovado a conduta e o caráter do perigoso casal comunista.

Fotografia de outro ângulo do quarto do casal comunista Manoel Ferreira da Silva e Helena da Silva, cuja casa, localizada na avenida Celso Garcia nº 1119 em São Paulo, servia como sede da Tipografia do Partido Comunista Brasileiro quando em agosto de 1932 foi fechada após uma “batida” promovida pelos investigadores do Deops.
Pront. 2259, vol. II, Tipografia Comunista. Deops/SP. Apesp.

As duas fotografias anteriores mostraram o quarto dos comunistas e, apresentavam, um pouco o seu “caráter desordeiro” e “desregrado”. A próxima imagem é a “prova” do crime político: uma reprodução fotográfica de clichês e uma composição tipográfica de um boletim interno do jornal *A Classe Operária*. Órgão Central do Partido Comunista do Brasil, este boletim interno se tivesse sido impresso e distribuído seria o número 14 do “anno VIII”. Como não poderia deixar de ser, traz o clássico símbolo comunista da foice e do martelo acompanhada da frase de ordem - “Proletários de todos os países: UNI-VOS!”. Para que não restassem dúvidas quanto à veracidade e subversão do material impresso clandestinamente nessa tipografia improvisada, tudo foi fotografado e confiscado.

Fotografia da matriz tipográfica do boletim interno do jornal A Classe Operária encontrada na Tipografia do Partido Comunista, instalada em São Paulo na avenida Celso Garcia nº 1119, que, em agosto de 1932 foi fechada após uma “batida” promovida pelos investigadores do Deops.

Pront. n. 2259, vol. II, Tipografia Comunista. Deops/SP. Apesp.

Outra tipografia do Partido Comunista foi localizada pelo Deops/SP, desta vez em 28 de abril de 1936, instalada, clandestinamente, numa casa térrea no bairro do Caxingui em São Paulo. Dado á proximidade com o dia 1º de maio – época em que os trabalhadores se manifestavam e o fato de, em novembro de 1935 ter ocorrido o levante comunista –, a vigilância por parte das autoridades estava muito mais severa. Segundo Tucci Carneiro, “a partir de 35 o estigma do comunismo cresceu e tomou forma de um monstro político, social e moral que punha em risco o Estado nacional brasileiro.”¹⁹⁴

A apreensão dessa tipografia, às vésperas do dia 1º de maio, foi, certamente, um forte golpe para os comunistas, pois as máquinas tipográficas deviam estar trabalhando em ritmo acelerado para colocar todo material nas ruas. Eram panfletos endereçados aos trabalhadores têxteis, aos trabalhadores da construção civil e ao povo de São Paulo, denunciando os desmandos

¹⁹⁴ CARNEIRO, Maria Luiza. *O Anti-semitismo na Era Vargas*. São Paulo: Perspectiva, 2001, p. 80.

do governo Vargas, dos capitalistas, a exploração aos trabalhadores. Solicitavam a liberdade de Luis Carlos Prestes, Caio Prado Júnior, Miguel Costa e outros companheiros presos depois do movimento de novembro de 1935.

A TODOS OS TRABALHADORES TEXTIS

COMPANHEIRAS E COMPANHEIROS:

Nossa situação é cada vez pior. Ganhamos salários miseráveis que não dão para viver, porque o CUSTO DA VIDA DIA A DIA AUGMENTA. Os grandes industriais ainda por cima estão reduzindo os nossos salários. Foi o que já fizeram nas fabricas Prada, Italo-Brasileira, Libaneza e outras. Como a maioria dos operários textis são mulheres e crianças, os patrões aproveitam-se disso para maior exploração e opressão de todos nós. E quando levantamos a voz para reclamar um aumento ou outro qualquer direito, logo somos despedidos e até presos e espancados pela policia, como está acontecendo nas Industrias Matarazzo e em varias outras fabricas.

Isso não pôde mais continuar assim! Vivemos pior que escravos! E agora o Governo de Getulio e Armando Sales decretou o Estado de Sitio e o Estado de Guerra para nos tirar os ultimos direitos, afim de nós não podermos mais protestar contra as MULTAS, as SUSPENSÕES e outras VIOLENCIAS.

Mas o povo do Brasil não está disposto a morrer de fome em beneficio de meia duzia de grandes ricos nacionais e estrangeiros, como Matarazzo e outros mais! Cansado de tanto soffrimento, o valente Povo do Nordeste e os bravos militares do 3.º Regimento e da Aviação do Rio levantaram se em armas para implantar um GOVERNO POPULAR NACIONAL REVOLUCIONARIO, com CARLOS PRESTES á frente, governo esse no qual teremos reconhecidos e respeitados nossos direitos!

COMPANHEIRAS E COMPANHEIROS:

O 1.º de Maio deste anno encontra todo o Povo do Brasil de pé, reclamando uma vida melhor! Nós tambem, que representamos a parte mais numerosa do proletariado de São Paulo, devemos desde já nos preparar para neste 1.º de MAIO, UNIDOS, RECLAMAR NOSSOS DIREITOS! Apesar de todas as violencias e perseguições, Getulio e Armando Salles tremem de medo. Elles sabem que os seus dias estão contados. E nós, trabalhadoras e trabalhadores textis, por meio de COMBATIVAS GREVES pelas nossas Mais Urgentes Necessidades, como o AUMENTO NOS SALARIOS, devemos, nos collocar na Vanguarda de todo o Povo Paulista, que tambem soffre e luta contra o Encarecimento brutal do custo da vida, contra o aumento dos impostos, contra a exploração dos banqueiros e Companhias Estrangeiras! Todo o Povo, incluzive os militares, neste momento espera que o proletariado com suas grêves, se ponha á frente da luta libertadora. E nós, com esse apoio, si formos á grêve Conquistaremos a Vitoria!

Companheiras e Companheiros! Em cada fabrica organizemos Comissões para reclamar nossos direitos! Lutemos pelo aumento de nossos miseráveis salários! Grêves e manifestações de protesto neste 1.º de Maio! Liberdade para Prestes, Miguel Costa, Caio Prado! Liberdade para os Deputados e senadores presos! Liberdade para todos os civis e militares encarcerados por lutarem pela melhoria de vida dos operários e do povo em geral — ABAIXO O ESTADO DE GUERRA, PARA PODERMOS LIVREMENTE NOS REUNIR E RECLAMAR NOSSOS DIREITOS! — Com nossas grêves combativas, apoiados por todo o Povo Paulista e pelos nossos irmãos militares, daremos um grande passo no caminho da conquista de uma vida melhor, mais humana e mais feliz com conforto e liberdade, para todo o Povo do Brasil!

Um Grupo de Trabalhadoras e Trabalhadores Textis

SÃO PAULO, ABRIL DE 1936.

Panfleto "A todos os Trabalhadores Têxtis" apreendido em São Paulo na tipografia do Partido Comunista em 28 de abril de 1936. *Pront. n. 2259, vol. I, Tipografia Comunista. Deops/SP. Apesp.*

A fotografia abaixo mostra a casa no bairro do Caxingui onde estava instalada e funcionando, clandestinamente, a tipografia do PCB. A Polícia Política chegou até essa residência após denúncia anônima feita em virtude do grande movimento que se dava, especialmente á noite. Como vemos a casa ficava estrategicamente afastada da cidade, num bairro distante, sem a presença de vizinhos, praticamente isolada e cercada de muito verde. Embora tenha a aparentasse que ninguém morava ali, vemos o portão entreaberto. Protegida por muros e plantas que dificultam a visão de quem estava fora, essa residência criava um clima de mistério. Talvez, se não fosse pela tipografia do Partido Comunista ali instalada, seria uma casa como outra qualquer.

Fotografia da casa no bairro do Caxingui em São Paulo, onde funcionava a tipografia do Partido Comunista que foi apreendida pela polícia em 28 de abril de 1936. *Pront. n. 2259, vol II, Tipografia Comunista*. Deops/SP. Apesp.

Nessa tipografia foi encontrado uma grande quantidade de material impresso para a “propaganda comunista”, quatro matrizes tipográficas, máquinas de cortar e picotar papéis, bem como matrizes ainda nas máquinas impressoras. A fotografia abaixo, de acordo com a legenda, é a vista parcial da tipografia apreendida, o que legenda não diz é que a matriz ainda na máquina é o panfleto endereçado “Aos trabalhadores da construção civil”. O cômodo abriga juntamente com a mobília todo equipamento necessário para impressão: latas de graxa, de tinta, papel, grande quantidade de tipos e outras matrizes prontas em cima da mesa. Gavetas entreabertas, paredes sujas e um pedaço de papel deixado no chão nos mostra o trabalho interrompido no meio ou um simples cenário preparado pelos investigadores para a fotografia - prova do crime, documento-verdade -, como uma foto posada, onde as protagonistas são as máquinas.¹⁹⁵

Fotografia de um dos cômodos da casa no bairro do Caxingui, em São Paulo, onde funcionava a tipografia do Partido Comunista. Nessa máquina estavam sendo impressos os panfletos para o dia 1º de maio de 1936 quando foi apreendida pela polícia em 28 de abril de 1936. *Pront. n. 2259, vol II, Tipografia Comunista*. Deops/SP. Apesp.

¹⁹⁵ Ver CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros Proibidos, Idéias Malditas O Deops e as Minorias Silenciadas*. 2.^a edição ampliada, São Paulo: Ateliê Editorial, 2002, p. 71-82.

Uma última tipografia do Partido Comunista foi apreendida pela Polícia Política. Entretanto, esta apreensão, de acordo com relatório policial, foi fruto de uma “brilhante diligência da Delegacia de Ordem Social.”¹⁹⁶ Tal diligência aconteceu após três meses de investigações. Tudo começou no dia 13 de janeiro de 1937 quando foram presos dois comunistas: José Cintra Freire e José Manoel Navarro. Essa prisão se deu no cemitério do Araçá, em São Paulo, quando o inspetor Mário Mariano se disfarçou de “comunista portador de pseudo-recados para os verdadeiros agitadores”. Com essa prisão, inúmeros documentos sobre o funcionamento de diversos órgãos auxiliares do PCB foram encontrados, dentre os quais a tipografia. Esta funcionava numa casa alugada situada na rua Circular nº 378, no bairro do Brooklin Paulista. Quem tomava conta da casa mediante “ordenado” de 250\$000 pago pelo PCB era o casal José Navarro Molina e Maria Rodrigues (pais de José Manoel Navarro preso no cemitério do Araçá). Entretanto o partido lhes dava o total de 280\$000, cuja diferença era para pagar o aluguel da casa.

Na tipografia trabalhava também o tipógrafo Antônio Vaivuskas, que de acordo com o relatório policial era “um jovem loiro de aparência estrangeira”. Todos os envolvidos no caso “foram devidamente processados”. A tal “brilhante diligência” se deu em 29 de abril de 1937. Assim que o dr. Venâncio Ayres (titular da Delegacia de Ordem Social) acompanhado de outros inspetores chegaram á casa, encontraram o sr. Molina trabalhando na chácara, na varanda estava sua esposa, Maria, cortando e arrumando pacotes de boletins impressos e próximos a ela o tipógrafo Vaivuskas.¹⁹⁷

A tipografia foi encontrada instalada num quarto próximo á varanda. Ali estavam a máquina impressora – que ainda estava suja de tinta –, em cima de uma mesa, a chapa ainda composta dos boletins já impressos e que estavam sendo arrumados pela dona Maria. O número de boletins encontrados foi do número de 10.000 e estavam prontos para serem distribuídos no dia 1º de maio. Foram encontrados também os recibos dos aluguéis pagos que comprovavam que a tipografia estava ali instalada desde o mês de novembro de 1936.

¹⁹⁶ Relatório de Investigação, para o sr. Delegado de Ordem Social. São Paulo, 08/05/1937, doc. 74, fls. 16 á 18. *Pront. n. 2259, vol. II, Tipografia Comunista*. Deops/SP. Apesp.

¹⁹⁷ Ver ZEN, Erick Reis Godliauskas. *O Germe da Revolução. A Comunidade Lituana sob Vigilância do Deops (1924-1950)*. São Paulo: Humanitas, 2005.

A fotografia produzida pelo Deops/SP nos apresenta a fachada da casa no bairro do Brooklim Paulista que, entre novembro de 1936 e abril de 1937, foi a sede a tipografia do Partido Comunista. Esta também, como todas as demais aqui citadas funcionavam clandestinamente. O lugar cuidadosamente escolhido ficava afastado do centro da cidade – numa época em que predominava no velho bairro do Brooklim, chácaras em meio á árvores. A impressão é de um espaço rural, com muita paz e tranqüilidade. Entretanto a verdade era outra, nessa casa com ar tão pacato funcionava uma tipografia comunista.

Fotografia da casa situada em São Paulo no bairro do Brooklim Paulista onde estava instalada e funcionava de forma clandestina a Tipografia do Partido Comunista e, que, em 28 de abril de 1937 foi apreendida pela Delegacia de Ordem Política e Social. *Pront. n. 2259, vol. II, Tipografia Comunista.* Deops/SP. Apesp.

Nesse prontuário das tipografias no PCB, apenas a que foi apreendida em abril de 1937 nos oferece um relatório policial rico em detalhes e minucioso quanto às ações do Deops/SP e de que forma se chegou a tais resultados. Aqui pudemos cruzar os dados apresentados no relatório policial com as fotografias. O relatório informa de que 10.000 boletins teriam sido impressos para serem distribuídos no dia 1º de maio de 1937. Desse montante, provavelmente, uma parte foi “apresentada” na fotografia preparada pelo Laboratório de Polícia Técnica.

No cômodo da casa, a “sala”, vemos uma mesa com 2 pilhas de boletins; a da direita são pacotes de boletins cuidadosamente embalados e arrumados, já a da esquerda nos parece uma montagem típica dos agentes policiais, boletins empilhados e uma parte deles à vista para serem fotografados. Assim se saberia o conteúdo comunista: escrito em letras garrafais, como denúncia: “*Chacina no Maria Zélia.*”

Na parede um lampião, a direita um calendário (a popular folhinha). O chão e as paredes sempre sujas causam má impressão, como se a casa estivesse abandonada a muito tempo. Além da porta entreaberta que poderia dar passagem para uma cozinha, vemos uma mesa e uma cadeira e, nesta, um gato que calmamente observa a movimentação e posa para o fotógrafo.

Fotografia de uma sala da casa situada em São Paulo no bairro do Brooklim Paulista onde estavam os boletins subversivos prontos para serem distribuídos. Ali estava instalada e funcionava de forma clandestina a Tipografia do Partido Comunista e, que, em 28 de abril de 1937 foi apreendida pela Delegacia de Ordem Política e Social.

Pront. 2259, vol. II, Tipografia Comunista. Deops/SP. Apesp.

As três imagens das tipografias do Partido Comunista Brasileiro aqui apresentadas, expressam a perseguição sistemática à que estavam sujeitas as correntes ideológicas de esquerda ou outros segmentos que não estavam de acordo com o regime imposto. Ainda que funcionando na clandestinidade resistiram à intolerância do governo autoritário varguista. Fica evidente que, mesmo antes da instituição ou oficialização do Estado Novo em novembro de 1937, o germe do autoritarismo já estendia seus tentáculos sobre a sociedade brasileira. Efetivou-se deste forma, ao longo de quinze anos ou mais, a geopolítica do controle, segundo conceito proposto por Antony Giddens.

3.3 - Formas de resistência

Desde os anos 1920 a União dos Trabalhadores Gráficos lutava e reivindicava por melhorias nas condições de trabalho, tais como a jornada de trabalho de 8 horas, o descanso semanal com remuneração e a proibição do trabalho noturno para menores e mulheres.¹⁹⁸ No caso da U.T.G., identificamos a forte influência de duas correntes ideológicas: a anarquista e a comunista. A primeira teria predominado na União desde a sua refundação em 1919 até a greve de 1923 cujos ideais anarco-sindicalistas eram uma constante no cotidiano gráfico; já a segunda foi, paulatinamente, ganhando espaço após 1923 graças à fundação do Partido Comunista Brasileiro um ano antes. A conversão de importantes militantes anarquistas ao comunismo e o momento histórico favorável, à implantação da legislação trabalhista, colocava os comunistas como os principais interlocutores com o operariado.¹⁹⁹

Ao mesmo tempo que em 1928 os gráficos estavam debatendo a Lei de Férias aprovada pelo então presidente Artur Bernardes em 1925, lançaram a campanha pelo salário mínimo, fato que preocupou os patrões e gerou maior repressão por parte da polícia. Nesse momento, a cúpula da U.T.G. já estava redigindo um documento com as principais reivindicações dos trabalhadores gráficos aos patrões. Entregue em fevereiro de 1929, esse documento foi integralmente recusado pela maioria dos patrões, fato que deu início à famosa e mais longa greve da história no setor gráfico: foram setenta e dois dias, com início em 22 de março de 1929.²⁰⁰

[...]Nós pleiteamos: os 15 dias de férias anuais;
O que queremos nós? Exigimos acaso algum absurdo? Não. O que pedimos é um descanso para o corpo desses trabalhadores lutam durante inteiros anos nas officinas.
E nos baseamos na própria lei elaborada pelos legisladores brasileiros, que acharam justo ter o trabalhador direito a 15 dias de férias.

¹⁹⁸ Ver FERREIRA, Maria Nazareth. *A Imprensa Operária no Brasil 1880-1920*. Petrópolis: Vozes, 1978, p. 137. BLASS. Leila Maria da Silva. *Imprimindo a Própria História. O movimento dos trabalhadores gráficos de São Paulo no final dos anos 20*. São Paulo: Edições Loyola, 1986, p. 61-63.

¹⁹⁹ Ver MUNAKATA, Kasumi. *A Legislação Trabalhista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, Coleção Tudo é História, 1981.

²⁰⁰ BLASS. Leila Maria da Silva. *Op. cit.*, p. 61-91.

É o cumprimento dessa lei que nós pedimos. E essa lei não foi por nós elaborada. Por tanto, Vs. Ss. Podem verificar quão justas são as nossas pretensões.²⁰¹

A greve de 1929 foi um marco, pois pela primeira vez houve o confronto direto do operariado com as forças repressoras do Estado. Ainda que essa greve não tenha conquistado as reivindicações, mostrava ao Estado e aos industriais que o meio operário estava se organizando, realidade que preocupava o governo e os patrões. Com a chegada de Getúlio Vargas ao poder em 1930, a situação foi contornada com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e, posteriormente, com a implantação de uma legislação social e trabalhista.

A contrapartida dessa interferência dos trabalhadores gráficos no meio operário paulista através da imprensa proletária e de seu sindicato, chegou no formato de intensa vigilância e repressão empreendida pela Polícia Política, que a partir da década de 1930, intensificou sua atenção aos sindicatos. Após 1931, com o decreto da Lei de Sindicalização, os sindicatos foram, de certa forma, esvaziados ficando desarticulados do movimento operário. A U.T.G. buscou permanecer o quanto foi possível como um sindicato autônomo, mas a União passava por uma grave crise financeira agravada pela inadimplência dos associados. Tal inadimplência foi justificada pelo *O Trabalhador Graphico*, de 25 de maio de 1932, pois “45% dos companheiros registrados se acham desempregados e, portanto isentos de mensalidades.”²⁰² O número de sócios existentes estava calculado – de acordo com o mesmo jornal – em 2486, mas “sendo o número de gráficos calculados em 6000, urge, portanto, a mais activa propaganda dos companheiros. Representantes, director, auxiliares da Comissão Executiva, a fim de trazermos para a U.T.G. a totalidade dos graphicos que labutam na Paulicéa.”²⁰³

²⁰¹ Memorial aos Industriais Gráficos, São Paulo, 16 de março de 1929, doc. 1, fl. 1. *Pront. n. 577, União dos Trabalhadores Gráficos*. Deops/SP. Apesp.

²⁰² *O Trabalhador Gráfico*, 25 de maio de 1932, p. 4. Cedem/Unesp.

²⁰³ *Ibidem*.

Appello á Mulher Graphica

Cumilhando para uma completa organização da corporação grafica de São Paulo, a Comissão Executiva não tem poupado esforços no sentido de fazer com que todos os companheiros afastados do seu syndicato, se compenhem do dever de completa organização, fazendo da U. T. G. o que ella sempre foi no conceito proletario do Brasil: a vanguarda do proletariado de todo o paiz.

Nesse trabalho insano de organização, os companheiros da Comissão Executiva, não esqueceram que, ao lado dos trabalhadores, encontram-se as companheiras, que si bem, compenetradas do dever associativo, não deram ainda a sua completa adesão ao quadro social da U. T. G., chamando-as em particular attenção, no sentido de se congregarem em torno do seu syndi-

cato de classe, pois a defesa dos interesses em geral, não visa somente os companheiros, porquanto ellas tambem labutam diariamente dentro das officinas na azafama continua dessa luta quotidiana que até agora não foi reconhecida como na verdade devia ser pelo patronato, que se faz de esquecimento diante da capacidade dos operarios. As companheiras, que ainda se conservam afastadas da organização, devem, o mais breve possivel, abraçar a bandeira da U. T. G., demonstrando consciência de classe, e espirito de solidariedade para com os companheiros que lutam diariamente em defesa dos interesses em geral. Companheiras: Como somos explorados, nós os homens, assim o sois vós. Não mediteis por mais tempo. Organizaveis dentro do syndicato, e tereis agido com verdadeira consciência de trabalhadoras.

"O TRABALHADOR NA TYPOGRAPHIA GRAPHICO" SIQUEIRA

O "Trabalhador Graphico" é distribuido gratuitamente.

Mas é necessario que a sua publicação se não torne pesada á C. E., já muito atarefada com os multiplos casos que tem a resolver, deixando a ella apenas o controle redactorial.

Para isso faz-se mister que os companheiros representantes se esforcem no sentido de organizar no quadro da casa onde trabalham, collectas de donativos pro "Trabalhador Graphico".

O orgão syndical da U. T. G. necessita uma vida propria, com administração independente e, posto que sob o controle directo da C. E., não deve posar unicamente sob os hombros desta e dos cofres da U. T. G.

A criação de um nucleo de defensores do jornal, faz-se cada vez mais premente e só o esforço dos graphicos, pôde muito bem dar a vida que merece um orgão representativo de uma corporação já de per si tão identificada com a palavra escripta.

Um vehiculo de propaganda como o "Trabalhador Graphico" é sem duvida, um factor preponderante para uma mais estreita ligação entre a direcção e a base e disto depende a vitalidade da U. T. G.

Compenetrados desse dever, convidamo-vos, companheiro, a contribuir com a vossa particula de esforço em prol de uma obra util e necessaria.

Qualquer quantia poderá ser remetida á Comissão de Administração do "Trabalhador Graphico", sede da U. T. G.

A Sociedade Impressora Paulista continúa na ordem do dia

Em nosso numero passado mostramos a exploração de que são victimas os operarios que trabalham nessa casa, cujos proprietarios usam de todas as artimanhas e embustes para ludibriar os que lá trabalham.

Registramos hoje, um "consta", que demonstra a "bondade" com que são tratados esses operarios. A direcção da Sociedade Impressora Paulista, resolveu effectuar os seus pagamentos somente quando houver possibilidade.

Será isso verdade?... Companheiros da Impressora Paulista. Esses factos, que vemos repetidos todos os dias, vêm demonstrar que só a vossa organização é capaz de oppor um obstaculo á ganancia exploradora das indústrias.

Acabemos pois com essa exploração miseravel, ingressando para a U. T. G.

Bibliotheca da U. T. G.

MESA DE LEITURA

JORNAL E REVISTAS RECEBIDOS

De S. Paulo: "A Razão", "Diário de S. Paulo", "Correio da Tarde", "Diário Nacional", Rio de Janeiro: "Diário de Notícias", "A Noite", "O Globo", "Jornal do Brasil", "A Patria", "Diário Carioca", "A Voz do Graphico", "O Malho", "Correio do Brasil", De Porto Alegre: "Diário de Notícias", De Belo Horizonte: "Estado de Minas", Da Argentina: "El Obrero del Puerto", "El Obrero Ferroviario", "Boletim da Confederação Geral do Trabalho", Da America do Norte: "El Martello", Da Hespanha: "El Luchador", Do Uruguay: "El Obrero Confitero", Da Suíça: "Comunicações do Secretariado Internacional dos Typographos".

MOVIMENTO DA BIBLIOTHECA DURANTE O MEZ DE ABRIL

Livros retirados:
Romanes, 63; Novellas, 11; Contos, 6; Historia, 5; Chronica, 3; Instrução, 2; Sociologia, 14; Philosophia, 2; Diversos, 5; Total, 112.
Livros offerecidos durante o mez de Abril:
J. C. Boscolo, 1; André Villani, 4; Guerino Savioli, 1; um anonymo, 6; Miguel Babedeti, 1; Livio Xavier, 4; Mario Pedrosa, 5; Orestes Bassani, 1; Sebastião de Oliveira, 1; Luiz Videira, 4; Francisco de Souza Filho, 3; total, 31.

SUGGESTÕES

em torno de um Departamento de beneficencia

A C. E. tem sob vistas o estudo da criação de um departamento de auxilios por enfermidade e desemprego. Nesse sentido consulta a corporação e incita aos companheiros que queiram fazer suggestões sobre a conveniencia ou não dessa iniciativa, que aliás vem repór no lugar respectivo uma formalidade dos estatutos.

Mande a sua suggestão.

MOVIMENTO DO QUADRO SOCIAL

Durante os 6 mezes que passaram do anno corrente, a cifra de novos socios inscriptos na U. T. G. foi de 457, a maior, o que nos enche de satisfação, ao constatar que os graphicos que se achavam afastados do seu syndicato, voltam de novo a engrossar as fileiras da nossa querida U. T. G.

E não poderia ser de outra forma, já que o momento actual em que o patronato, aproveitando a situação um tanto critica, só pensa em redução de salarios, augmento de horas de trabalho e outras tantas explorações obriga os mais refractarios e inconscientes, a comprehender que só dentro da U. T. G. poderão defender os seus interesses.

São os seguintes os socios registrados desde 1.º de Janeiro a 20 de Maio do corrente anno:

	Socios
Composição	52
Impressão	16
Encadernação	82
Lythographia e Photogravura	48

O numero de socios existentes desde 5-11-1920 até 31-12-1921, nas diversas categorias, foram os seguintes:

	Socios
Composição	597
Impressão	445
Encadernação	659
Lythographia e Photogravura	515

Representando um total de 2.226 socios registrados até a data presente.

Ao verificar os balancetes da thesauraria, naturalmente extranhado os companheiros que não figura na extrada de mensalidades uma cifra tão elevada; a razão é de facil explicação: O 45 o dos companheiros registrados se acham desempregados e, portanto, isentos de mensalidade.

Sendo o numero de graphicos calculado em 6.000, urge, portanto, a mais activa propaganda dos companheiros Representantes, director auxiliares da Comissão Executiva, afim de trazer-mos para a U. T. G. a totalidade dos graphicos que labutam na Paulicea.

AUXILIOS AOS GREVISTAS

Dando cumprimento a uma resolução do Conselho Geral de Representantes, na sua ultima reunião, a C. E. fez distribuir nos diversos quadros da Capital, listas de subscrições Pro-Grevistas, tendo sido já devolvidas as primeiras listas expedidas, o que bem demonstra que ainda existe em nosso meio o espirito de solidariedade que sempre existiu.

E' mesmo um dever de todo graphico contribuir com a sua parcela que, embora pequena, sirva de conforto, áquelles que lutam com o nosso mais directo inimigo que é o patronato.

Lembrando tambem que em nossa epopeia de 1920, na qual fomos auxiliados, por esses mesmos camaradas que hoje se acham na luta, não podemos deixar de lançar um vehemente appello á corporação grafica para o amparo moral e material dos companheiros grevistas.

No convencito organizado pela A. G. E. em Villa Galvao foi effectuada uma collecta que rendeu a quantia de R\$48700. Seguindo-se a mesma praxe na vespéral do domingo 15-5-1922, foi feita nova collecta rendendo 118500 e finalmente na ultima reunião de Representantes foi angariada a quantia de 228300. No proximo numero daremos os resultados das listas expedidas, cujo total pômos á disposição dos grevistas.

Pelo restabelecimento das ferias!

Vida economica da U. T. G.

Balancete demonstrativo da receita e despesa do mez de

Março de 1932

RECEITA

de saldo anterior	9378900
de H. B. Lopes — Aluguel do salão	5008000
de 380 sellos de 25; 84 de 18	8448000
de 22 cartelas	668000
de 4 distinctivos	88000
do Festival de 26/3/1932	7188500
TOTAL	3.0748500

DESPESA

a J. B. de Souza — Aluguel da sede e agua	9308000
a Sellos Postaes	118900
a Cia Light — Consumo de Luz	668800
a S.A. Planos Nardelli — Aluguel	608000
a D. Caramillo — Encadernação	215000
aos Irmãos Wardergorn — Moveis	1008000
a Leopoldo Paes — Impressos	858000
a Estampilhas p. o contracto da sede	738000
a Reconhecimento de firma	88000
a Diversas Despesas	378800

Somma	1.3933500
Saldo	1.6818000
TOTAL	3.0748500

S. F. ou O.

S. Paulo, 31 de Março de 1932.

O Thesoureiro

Apresentação das informações sobre os associados da U.T.G.

O Trabalhador Gráfico. São Paulo, 25 de maio de 1932, p.4. Cedem/Unesp.

Tal situação permaneceu até 1935 quando a UTG foi reconhecida pelo Ministério do Trabalho como o único sindicato oficial que representava os trabalhadores gráficos, passando a se chamar *Sindicato dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo* (S.I.T.G.). Muito embora o sindicato dos gráficos procurasse manter a sua tradicional postura de oposição ao governo, a partir da sindicalização oficial sua autonomia foi pouco a pouco desaparecendo, ainda que o objetivo maior era de manter a sua legitimidade.

As leis trabalhistas agiram no sentido de “calar” e “domesticar”²⁰⁴ o proletariado, uma vez que estes, em grande parte, desejavam melhores condições de trabalho e de vida, sendo relegadas a segundo plano as questões político-ideológicas. Pautado nesse aspecto, o Estado atuava como “guardião” dos trabalhadores, controlando-os através das leis sociais e da repressão. A resistência, por outro lado, sobrevivia nos subterrâneos do sistema driblando a vigilância policial e a censura, buscando, muitas vezes, os meios mais criativos para a propagação de suas idéias. Era, nesse contexto, que o trabalhador gráfico se achava inserido, consciente do seu papel na sociedade e da importância das suas lutas por dias melhores. Tal mentalidade, no entanto não surge de repente: era fruto de muitos anos de luta e resistência.

²⁰⁴ SILVA, Zélia Lopes da. *A Domesticação dos Trabalhadores nos Anos 30*. São Paulo: Marco Zero, 1990, p. 50-94.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste nosso estudo sobre os “artesãos da subversão”, procuramos reconstruir a trajetória dos trabalhadores gráficos durante a Era Vargas. A partir de uma documentação rica e intrigante como os prontuários do Fundo Deops/SP apresentamos as ações “subversivas” de trabalhadores gráficos perseguidos e fichados pela Polícia Política. Durante décadas incitaram greves, questionaram o Estado e a realidade nacional, trabalhando á frente da U.T.G., seu sindicato de classe.

Na década de 1930, os gráficos possuíam significativa experiência no que dizia respeito à lutar por seus direitos. Tal experiência havia sido adquirida nas décadas anteriores devido à sua vanguarda frente ao proletariado nacional, posição favorecida por ser um trabalhador diferenciado, uma vez que o seu ofício exigia o domínio da capacidade de leitura e escrita. Este perfil o colocava em evidência, não apenas por possuir uma certa cultura, mas pela sua aguçada consciência de classe. Suas reivindicações extrapolavam para todo proletariado nacional identificado com seus problemas, angústias e utopias.

Promovendo greves e organizando um sindicato forte e atuante, os gráficos eram um exemplo a ser seguido pelos demais trabalhadores. Através do seu jornal *O Trabalhador Gráfico*, informavam sobre os problemas enfrentados cotidianamente nas oficinas, sobre a abertura de vagas de emprego, além de denunciarem o não cumprimento das leis e as arbitrariedades promovidas pela polícia contra os operários. Conclamavam greves, e incentivam a cultura de seus associados informando sobre a assinatura de jornais nacionais e estrangeiros disponíveis na sede do sindicato. Através da sua biblioteca, da apresentação de resenhas sobre livros e, até mesmo, do teatro e da literatura, vislumbravam uma lenta e contínua “revolução cultural”.

Sua ação política, se no início foi pautada pela ideologia anarquista, a partir do final da década de 1920 passou a receber influência decisiva do comunismo. Entretanto esse re-direcionamento ideológico não alterou o grau de repressão à categoria por parte da Polícia Política. Potencialmente suspeitos, os gráficos eram vigiados e presos. Sendo seus impressos apreendidos como prova do crime político e social. Seus textos eram verdadeiros libelos contra as injustiças e o governo, pois buscavam seduzir pela palavra. Esses *artesãos da subversão*

figuraram, durante anos, como personagens principais no jogo da repressão e da resistência. O grande número de impressos anexados aos prontuários como prova do crime político, são hoje resíduos da memória. Cabe ao historiador romper as amarras que unem a trama da sua trajetória. Enfim, cada prontuário de um gráfico fichado pelo Deops/SP é o fio condutor para a história de muitas vidas.

FONTES

Acervos e Bibliotecas

Arquivo Público do Estado de São Paulo/ Biblioteca;
Arquivo Público do Estado de São Paulo/ Fundo Deops/SP;
Arquivo Público do Estado de São Paulo/ Hemeroteca;
Arquivo Edgard Leurenroth/Unicamp;
Acervo e Biblioteca do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Gráficas/SP;
Centro de Documentação e Memória da Unesp;
Biblioteca da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas/USP;
Biblioteca do Instituto de Estudo Brasileiros;
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp;
Biblioteca Nacional/RJ

Periódicos – Apesp, AEL-IFCH/Unicamp, Cedem/Unesp, S.T.I.G./SP

Imprensa Operária:

- *O Trabalhador* - São Paulo, março/abril de 1932; 23 de julho de 1933; 10 de maio de 1934, AEL/Unicamp;
- *A Plebe* - São Paulo, 17 de dezembro de 1932; 14 de janeiro de 1933; 18 de fevereiro de 1933; 25 de fevereiro de 1933; 04 de março de 1933; 22 de abril de 1933; 20 de maio de 1933; 01 de julho de 1933; 13 de outubro de 1934; 13 de outubro de 1934; 13 de outubro de 1934. AEL/Unicamp;
- *A Lanterna* - São Paulo, 20 de julho de 1933. Asmob/Apesp;
- *A Lanterna* - São Paulo, 23 de março de 1935; 15 de junho de 1935; 13 de julho de 1935; 05 de outubro de 1935. AEL/Unicamp;
- *A Lanterna* - São Paulo, 1 de junho de 1935; 10 de outubro de 1935. Cedem/Unesp;
- *A Classe Operária* - Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1932; 1 de maio de 1935; 20 de junho de 1935. Cedem/Unesp.

- *O Trabalhador Graphico* - São Paulo, 01 de novembro de 1932; 10 de dezembro de 1932; 10 de dezembro de 1935; 10 de janeiro de 1936; 07 de fevereiro de 1936; 10 de março de 1936. S.T.I.G./SP;
- *O Trabalhador Graphico* - São Paulo, 14 de fevereiro de 1923; 15 de fevereiro de 1923; 17 de fevereiro de 1923; 21 de fevereiro de 1923; 23 de fevereiro de 1923; 27 de fevereiro de 1923; 28 de fevereiro de 1923; 6 de março de 1923; 7 de março de 1923; 8 de março de 1923; 12 de março de 1923; 22 de março de 1923; 24 de março de 1923; 5 de abril de 1923; 13 de abril de 1923; 30 de março de 1929; 9 de abril de 1929; 12 de abril de 1929; 19 de abril de 1929; 20 de abril de 1929; 26 de abril de 1929; 5 de maio de 1929; 1 de dezembro de 1931; 1 de maio de 1932; 25 de maio de 1932; 17 de março de 1933. Cedem/Unesp;
- *O Trabalhador Gráfico* - São Paulo, nov/dez de 1939; fevereiro de 1942; 10 de outubro de 1942; 10 de novembro de 1942. Cedem/Unesp;

Grande Imprensa:

- *O Estado de S. Paulo* - São Paulo, 21 de março de 1929; 24 de março de 1929; 21 de abril de 1929. Apesp/Hemeroteca;

Panfletos: S.T.I.G./SP, Fundo Deops/SP-Apesp

- “Aos zincographos, gravadores, estereotypistas e annexos”. Janeiro de 1931. S.T.I.G. – SP;
- “Festival dos Lithographos”, 22 de agosto de 1931: S.T.I.G./SP;
- “Campanha Pró Descanso Dominical”. Departamento dos Trabalhadores de Imprensa, 12 de fevereiro de 1932. S.T.I.G./SP;
- “Celebremos unidos o 1º de maio”. Abril de 1932. S.T.I.G./SP;
- “Dia do Graphico”. 07 de fevereiro de 1933. S.T.I.G./SP;

Iconografia: Fotografias (Fundo Deops/SP. Apesp)

- Antônio Candeias Duarte, Pront. n° 61;
- Cid Franco, Pront. n° 856;
- Alexandre Wainstein, Pront. n° 909;
- Tipografia Comunista, Pront. n° 2259 – vols. I e II.

Policiais: Fundo Deops/SP – Apesp

Prontuários

- Pront. nº 11 – Affonso Schmidt;
- Pront. nº 37 – Aristides da Silveira Lobo vols. I e II;
- Pront. nº 44 – Astrogildo Pereira;
- Pront. n. 48 – Augusto Romero;
- Pront. nº 52 – Corifeu de Azevedo Marques;
- Pront. nº 56 – Antonio Benedito do Amaparo;
- Pront. nº 61 – Antonio Candeias Duarte;
- Pront. nº 77 – Antonio Manoel Ribeiro;
- Pront. nº 122 – Edgard Leuenroth vols. I e II;
- Pront. nº 135 – Eusébio Gurgel do Amaral;
- Pront. nº 136 – Everardo Dias;
- Pront. nº 138 – Feliciano Bernardo dos Santos;
- Pront. nº 144 – Florentino de Carvalho;
- Pront. nº 155 – Francisco Augusto Neves;
- Pront. nº 159 – Francisco Sandin;
- Pront. nº 163 – Salisbury Galeão Coutinho;
- Pront. nº 177 – Manoel Medeiros;
- Pront. nº 188 – Hermínio Marcos Hernandez;
- Pront. nº 206 – João Motta Felipe Adderley;
- Pront. nº 215 – Imprensa Oficial do Estado;
- Pront. nº 217 – João da Costa Pimenta;
- Pront. nº 220 – Heládios Neves;
- Pront. nº 263 – José Carlos Boscolo;
- Pront. nº 221 – João Flisi Storti;
- Pront. nº 227 – João Matheus;
- Pront. nº 252 – Paulo Paiva de Lacerda;
- Pront. nº 273 – Caetano Scarone;
- Pront. nº 279 – Ivan Pedro de Martim;
- Pront. nº 288 – José Silva;
- Pront. nº 300 – Livio Xavier;
- Pront. nº 331 – Mario Dupont;
- Pront. nº 333 – Mario Grasinell;
- Pront. nº 345 – Minervino de Oliveira;
- Pront. nº 353 – Roque Trevisan;
- Pront. nº 358 – Otávio Brandão;
- Pront. nº 385 – Plínio Gomes de Mello;
- Pront. nº 388 – Prospero Ottaiano;
- Pront. nº 390 – Ramon Guerrero Simon;
- Pront. nº 400 – Rodolpho Felipe;
- Pront. nº 415 – Samuel Goldstein;

- Pront. nº 441 – Victor de Azevedo Pinheiro;
- Pront. nº 467 – José Sanches;
- Pront. nº 516 – Mario Mariani;
- Pront. nº 576 – Federação dos Trabalhadores Gráficos;
- Pront. nº 577 – União dos Trabalhadores Gráficos vols. I e II;
- Pront. nº 576 – Federação dos Trabalhadores Gráficos;
- Pront. nº 577 – União dos Trabalhadores Gráficos;
- Pront. nº 586 – A Classe Operária (jornal)
- Pront. nº 625 – Francisco Cianci;
- Pront. nº 640 – Sebastião Francisco;
- Pront. nº 699 – Odilon Negrão;
- Pront. nº 710 – União dos Trabalhadores da Light;
- Pront. nº 712 – Fulvio Abramo;
- Pront. nº 716 – Federação Operária de São Paulo;
- Pront. nº 766 – Nicola di Santo;
- Pront. nº 768 – Manoel Rios;
- Pront. nº 782 – Arlindo Antonio de Pinho;
- Pront. nº 785 – Weber da Silva;
- Pront. nº 796 – Paulo Torres;
- Pront. nº 828 – Gráfica Editora Unitas LTDA;
- Pront. nº 831 – Editorial Marenglen;
- Pront. nº 852 – O Tempo (jornal);
- Pront. nº 856 – Cid Franco;
- Pront. nº 860 – José Oiticica;
- Pront. nº 864 – Editorial Pax;
- Pront. nº 873 – Laurentino Arruda;
- Pront. nº 909 – Alexandre Wainstein;
- Pront. nº 918 – O Proletário (jornal);
- Pront. nº 966 – Amador Cisneiros;
- Pront. nº 958 – José Benedicto de Oliveira China;
- Pront. nº 1046 – Domitiliano Rosa;
- Pront. nº 1110 – Boletins e Propaganda Comunista;
- Pront. nº 1150 – Heitor Boba;
- Pront. nº 1152 – Romeu Costa;
- Pront. nº 1181 – A Lucta (jornal);
- Pront. nº 1262 – Benedito Romano;
- Pront. nº 1286 – Nathalino Rodrigues;
- Pront. nº 1303 – Nossa Palavra (jornal);
- Pront. nº 1306 – Ciro Xavier;
- Pront. nº 1405 – Natalino Gimenes;
- Pront. nº 1440 – Oscar Vila Bela;
- Pront. nº 1442 – Waldemar Carvalho;
- Pront. nº 1431 – Manoel Antonio;
- Pront. nº 1553 – A Lanterna (jornal);

- Pront. nº 1597 – Domingo Ferro;
- Pront. nº 1634 – Pedro Piñero;
- Pront. nº 1687 – Joaquim Trindade ou Leôncio Basbaum;
- Pront. nº 1692 – Sagrallino Fantozzi;
- Pront. nº 1696 – Roberto Morena ou Vicente da Costa e Silva;
- Pront. nº 1782 – Hideaki Otani;
- Pront. nº 1962 – Socorro Vermelho;
- Pront. nº 1948 – Eneida de Moraes Costa;
- Pront. nº 2030 – Mario Pedrosa;
- Pront. nº 2140 – Manoel Aristides;
- Pront. nº 2259 – Tipografia Comunista vols. I e II;
- Pront. nº 2303 – A Plebe (jornal);
- Pront. nº 2355 – Carlos Gewe;
- Pront. nº 2465 – Jornais Subversivos;
- Pront. nº 2841 – Raymundo Reis;
- Pront. nº 3041 – Raimundo Alves de Souza;
- Pront. nº 3080 – Henrique Barbosa;
- Pront. nº 3121 – Angelo Tosi;
- Pront. nº 3486 – Benedito Cavalleiros;
- Pront. nº 3644 – Antonio Victor Paraná;
- Pront. nº 3701 – Paulo Dias;
- Pront. nº 3777 – João Della Déa;
- Pront. nº 3815 – Hilcar Leite;
- Pront. nº 3840 – Aliança Nacional Libertadora;
- Pront. nº 3877 – Antonio Vaivuskas;
- Pront. nº 3970 – Sady Gouveia Prado;
- Pront. nº 3999 – Geraldo Silva;
- Pront. nº 4037 – Antonio Sanches;
- Pront. nº 4147 – Carlos Prieto Serrano;
- Pront. nº 4532 – Antonio Kasubeck;
- Pront. nº 4743 – Francisco Oscar Theodoro Johanson;
- Pront. nº 6473 – O Trabalhador Gráfico;
- Pront. nº 70617 – Trabalhador Gráfico;
- Pront. nº 77635 – Vanguarda dos Trabalhadores Gráficos;
- Pront. nº 82266 – Célula Gráficos.

Documentos Policiais (Fundo Deops/SP. Apesp)

Relatórios

- Relatório de Investigação de José Gomes, Amador Braga Filho e Fioravante Laudi, para o Sr. Dr. Delegado de Ordem Política e Social. Superintendência de Ordem Política e

Social, São Paulo, 14/12/1935, fl. 03. *Pront. n. 215, Imprensa Oficial do Estado. Deops/SP. Apesp.*

- Relatório do Delegado Addido A. P. Pinto Moreira, para o Dr. Delegado de Ordem Social, Delegacia de Ordem Social, São Paulo, 12 de agosto de 1936, fl. 13. *Pront. n. 3644, Antônio Victor Paraná. Deops/SP. Apesp.*
- Relatório do Delegado Addido A. P. Pinto Moreira, para o Dr. Delegado de Ordem Social. Delegacia de Ordem Social, São Paulo, 12 de agosto de 1936, fl.23. *Pront. n. 3777, João Della Déa. Deops/SP. Apesp.*
- Relatório reservado de Guarany. Gabinete de investigações, São Paulo, s/d, fl. 13. *Pront. n. 263, José Carlos Boscolo. Deops/SP. Apesp.*
- Relatório de M. N., para Sr. Dr. Delegado de Ordem Social. Gabinete de investigações, São Paulo, 3 de janeiro de 1933, doc. 9, fl. 11. *Pront. n. 263, José Carlos Boscolo. Deops/SP. Apesp.*
- Relatório reservado “Reunião na sede da União dos Trabalhadores Graphics”, de N1. Gabinete de Investigações, São Paulo, 8 de fevereiro de 1933, doc. 4, fl. 5. *Pront. n. 217, João da Costa Pimenta. Deops/SP. Apesp.*
- Relatório sobre a Conferência Anti-Guerreira de Luiz Apollonio. Delegacia de Ordem Social, São Paulo 11, de fevereiro de 1933, doc, 5, fl. 7. *Pront. n. 217, João da Costa Pimenta. Deops/SP. Apesp.*
- Relatório do Delegado Addido A. P. Pinto Moreira, para o Dr. Delegado de Ordem Social. Delegacia de Ordem Social, São Paulo, 12 de agosto de 1936, fl. 23. *Pront. n. 217, João da Costa Pimenta. Deops/SP. Apesp.*
- Relatório de Investigação. Gabinete de Investigações Delegacia de Ordem Política e Social, São Paulo, 25/08/1932, doc. 30. *Pront. n. 856, Cid Franco. Deops/SP. Apesp.*
- Relatório de Investigação dos inspetores João Farina e João Cordeiro, para o Sr. Dr. Delegado de Ordem Social. Delegacia de Ordem Social, fl. 10. *Pront. n. 155, Francisco Augusto Neves. Deops/SP. Apesp.*
- Relatório de Atividades de Antônio Candeias Duarte, de Antônio Ghioffi, para o Exmo. Snr. Dr. Ignácio da Costa Ferreira Md. Delegado de Ordem Social. São Paulo, 23/05/1931, doc. 03, fl. 03. *Pront. n. 61, Antônio Candeias Duarte. Deops/SP. Apesp.*
- Relatório de Investigação do Delegado de Ordem Social. Superintendência de Ordem Política e Social, São Paulo, 21/05/1931, doc. 14, fl. 21. *Pront n.. 831, Editorial Marenglen. Deops/SP. Apesp.*

- Relatório do Delegado Addido A. P. Pinto Moreira, para o Dr. Delegado de Ordem Social. Delegacia de Ordem Social, São Paulo, 12 de agosto de 1936, fl. 22. *Pront. n. 263, José Carlos Boscolo*. Deops/SP. Apesp.
- Relatório do Delegado Addido A. P. Pinto Moreira, para o Dr. Delegado de Ordem Social. Delegacia de Ordem Social, São Paulo, 12 de agosto de 1936, fl. 21. *Pront. n. 217, João da Costa Pimenta*. Deops/SP. Apesp.
- Relatório de Investigação, para o sr. Delegado de Ordem Social. São Paulo, 08/05/1937, doc. 74, fls. 16 á 18. *Pront. n. 2259, vol. II, Tipografia Comunista*. Deops/SP. Apesp.

Cartas

- Carta expressa de Arthur Giusti, para Exmo. Sr. Dr. Egas Botelho D.D. Diretor da Superintendência de Ordem Política e Social, São Paulo, 29 de junho de 1936, fl. 31. *Pront. n. 3777, João Della Déa*. Deops/SP. Apesp.

Denúncias

- Denúncia anônima contra Cid Franco. *Pront. n. 856, Cid Franco*. Deops/SP. Apesp.
- Denúncia anônima contra Francisco Augusto Neves, para o Ilmo Snr. Dr. Delegado de Polícia. São Paulo, 04/02/1931, doc. 01, fl. 01. *Pront. n. 155, Francisco Augusto Neves*. Deops/SP. Apesp.

Boletins

- Boletim de Antecedentes de Próspero Ottaiano. Fl. 06. *Pront. n. 388, Próspero Ottaiano*. Deops/SP. Apesp.
- Boletim de Antecedentes de Próspero Ottaiano, fl. 06. *Pront. n. 388, Próspero Ottaiano*. Deops/SP. Apesp.

Comunicados

- Comunicado do Sub-chefe dos Inspetores, para o Exm. Sr. Dr. Ibrahim Nobre DD. Delegado de Ordem Política e Social. São Paulo, 28/03/1929. *Pront. n. 221, João Flisi Storti*. Deops/SP. Apesp.
- Comunicado do Sub-chefe dos Inspetores, para o Exm. Sr. Dr. Ibrahim Nobre DD. Delegado de Orde, Política e Social. Delegacia de Ordem Política e Social, doc. 01, fl. 01. *Pront. n. 288, José Silva*. Deops/SP. Apesp.

Artigos

- LOBO, Aristides. “Da unidade ‘em geral’ e da unidade ‘de classe’ do proletariado” artigo dirigido ao Sr. Diretor de *L'Italia*, São Paulo, 10 de janeiro de 1933, doc.33, fl. 73. *Pront. n. 37, Aristides Lobo, vol I.* Deops/SP. Apesp.

Panfletos

- Panfleto “Escola Proletária”. *Pront. n. 577, União dos Trabalhadores Gráficos, vol I.* Deops/SP. Apesp.

Estatutos

- Estatutos da União dos Trabalhadores Gráficos. *Pront. n. 577, União dos Trabalhadores Gráficos, vol. I, fl. 2.* Deops/SP. Apesp.

Memorial

- Memorial aos Industriais Gráficos, São Paulo, 16 de março de 1929, doc. 1, fl. 1. *Pront. n. 577, União dos Trabalhadores Gráficos.* Deops/SP. Apesp.

Memorandos

- Memorandum da Delegacia de Ordem Política, São Paulo, s/d, fl. 12. *Pront. n. 263, José Carlos Boscolo.* Deops/SP. Apesp.

Termos

- Termo de declaração de Pedro Antônio de Carvalho, para o Delegado de Ordem Social João Batista Pinto de Toledo Júnior. Superintendência de Ordem Política e Social, São Paulo, 18/05/1935, doc. 12, fl. 21. *Pront. n. 3234, Pedro Antônio de Carvalho.* Deops/SP. Apesp.
- Termo de Declaração de Antônio Victor Paraná, para o M.M. Juiz de Direito Comissário Dr. Alexandre Delfino de Amorim Lima. Juízo de Direito Comissário para Inquirição de Presos Políticos, São Paulo, 21 de dezembro de 1935, fl. 21. *Pront. n. 3644, Antônio Victor Paraná.* Deops/SP. Apesp.

- Termo de declaração de João Della Déa, para o M.M. Juiz de Direito Commissario Dr. Alexandre Delfino de Amorim Lima. Juízo de Direito Commissario para inquirição de presos políticos, São Paulo, 27 de dezembro de 1935, fl. 33. *Pront. n. 3777, João Della Déa*. Deops/SP. Apesp.
- Termo de declaração de José Carlos Boscolo, para o M.M. Juiz de Direito Commissario Dr. Alexandre Delfino de Amorim Lima. Juízo de Direito Commissario para inquirição de presos políticos, São Paulo, 21 de dezembro de 1935, fl. 30. *Pront. n. 263, José Carlos Boscolo*. Deops/SP. Apesp.
- Termo de declaração de José Carlos Boscolo, para o Delegado de Ordem Social João Baptista Pinto de Toledo. Superintendência de Ordem Política e Social, São Paulo, 18 de dezembro de 1935, fl. 4. *Pront. n. 263, José Carlos Boscolo*. Deops/SP. Apesp.
- Termo de declaração de João da Costa Pimenta, para o M.M. Juiz de Direito Commissario Dr. Alexandre Delfino de Amorim Lima. Juízo de Direito Commissario para inquirição de presos políticos, São Paulo, 21 de dezembro de 1935, fls. 55 e 56. *Pront. n. 263, José Carlos Boscolo*. Deops/SP. Apesp.

Informações

- Informação sobre Pedro Antônio de Carvalho, do Delegado de Ordem Social para o Delegado de Ordem Social de São Paulo, 10/12/1935, doc. 01, fl. 01. *Pront. n. 3224, Pedro Antônio de Carvalho*. Deops/SP. Apesp.
- Informação sobre funcionários da Imprensa Oficial, s/d, doc. 07, fl. 15. *Pront. n. 3234, Pedro Antônio de Carvalho*. Deops/SP. Apesp.
- Informação do Serviço Especial para o Ilmo. Sr. Dr. Superintendente de Ordem Política e Social. São Paulo, 09/12/1935, fl. 02. *Pront. n. 215, Imprensa Oficial do Estado*. Deops/SP. Apesp.
- Informação sobre João Della Déa, do Delegado addido. Superintendência de Ordem Política e Social, São Paulo, 30 de junho de 1936, fl. 31 (verso). *Pront. n. 3777, João Della Déa*. Deops/SP. Apesp.
- Informação do escrivão, para o Sr. Dr. Delegado de Ordem Social. Delegacia de Ordem Social, São Paulo, 29 de julho de 1937, doc 8, fl. 17. *Pront. n. 3644, Antônio Victor Paraná*. Deops/SP. Apesp.
- Informação do inspetor Juvêncio de Souza, para p Sr. Dr. Delegado de Ordem Social. Delegacia de Ordem Social, São Paulo, 10 de dezembro de 1935, fl. 5. *Pront. n. 263, José Carlos Boscolo*. Deops/SP. Apesp.

- Informações sobre José Carlos Boscolo. S/d, fl. 26. *Pront. n. 263, José Carlos Boscolo*. Deops/SP. Apesp.
- Informação sobre João da Costa Pimenta do inspetor Juvêncio de Souza, para o Snr. Dr. Delegado de Ordem Social, São Paulo, 10 de dezembro de 1935, doc. 9, fl. 11. *Pront. n. 217, João da Costa Pimenta*. Deops/SP. Apesp.
- Informação n. 1471 de José Vieira de Araújo encarregado do Arquivo Geral, para o Sr. Sub-Chefe de Ordem Social. Delegacia de Ordem Social, São Paulo, 9 de fevereiro de 1939, fl. 51. *Pront. n. 217, João da Costa Pimenta*. Deops/SP. Apesp.
- Informação sobre João da Costa Pimenta, s/d, doc. 53, fl. 49. *Pront. n. 217, João da Costa Pimenta*. Deops/SP. Apesp.
- Informação sobre Affonso Schmidt, do Chefe do Arquivo Geral Frederico Hanfeld de Andrade para o Sr. Delegado de Ordem Social. Delegacia de Ordem Social, São Paulo, 12/09/1949, fl.21. *Pront. n. 11, Affonso Schmidt*. Deops/SP. APESP.

Cópias

- Cópia do índice n. 1 da “Relação de anarquistas”, feita em setembro de 1926. Delegacia de Ordem Social, São Paulo, 16 de fevereiro de 1931, fl. 9. *Pront. n. 263, José Carlos Boscolo*. Deops/SP. Apesp.
- Cópia feita pelo escrivão addido Joaquim Marcondes de Campos na Delegacia de Ordem Social, São Paulo 2 de junho de 1936, do termo de declarações de João da Costa Pimenta, para o Delegado addido Dr. Paulo Cardoso de Almeida. Delegacia de Ordem Social, São Paulo, 18 de dezembro de 1935, doc. 21, fls 33 e 34. *Pront. n. 217, João da Costa Pimenta*. Deops/SP. Apesp.

Fichas de Qualificação

- Ficha de qualificação de João Della Déa. Delegacia de Ordem Política e Social, São Paulo, s/d, doc.2, fl. 2. *Pront. n. 3777, João Della Déa*. Deops/SP. Apesp.

Sentenças

- Sentença absolviória do Presidente do Tribunal de Segurança Nacional Desembargador F. de Barros Barreto, para o Sr. Secretário da Segurança Pública do Estado de São Paulo. Justiça Especial Tribunal de Segurança Nacional Secretária, Rio de Janeiro, D.F., 22 de agosto de 1938, doc. 11, fl. 20. *Pront. n. 3644, Antônio Victor Paraná*. Deops/SP. Apesp.

Autos de Busca e Apreensão

- Auto de exibição e apreensão realizado na residência de João Della Déa. Delegacia de Ordem Social, São Paulo, 19 de dezembro de 1935, doc. 8, fl. 13. *Pront. n. 3777, João Della Déa*. Deops/SP. Apesp.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Márcia (org.). *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas: Mercado de Letras Edições e Livrarias LTDA, 2000.
- ANDRADE, Olímpio de Souza Andrade. *O Livro Brasileiro desde 1920*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1978.
- AQUINO, Maria Aparecida de, MATTOS, Marco Aurélio Vanucchi Leme de e SWENSSON JÚNIOR., Walter Cruz (orgs.); ARAÚJO, Lucimar Almeida de e KLAUTAU NETO, Orion Barreto da Rocha (co-organizadores). *No Coração das Trevas: o DEOPS/SP visto por dentro*. Dossiês DEOPS/SP: radiografia do autoritarismo republicano v. 1, São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, Imprensa Oficial, 2001.
- ARCHANGELO, Rodrigo. *Um Bandeirante nas Telas de São Paulo: o discurso adhemarista nos cinejornais (1947-1956)*. São Paulo: Dissertação de Mestrado – FFLCH/USP, 2007.
- ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo. Anti-semitismo, Imperialismo, Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- AZEVEDO, Raquel. *A Resistência Anarquista. Uma questão de identidade (1927-1937)*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2002.
- BALANDIER, Georges. *O Poder em Cena*. Brasília: Editora UNB, 1982.
- BLASS, Leila Maria da Silva. *Imprimindo a Própria História: o Movimento dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo no final dos anos 20*. São Paulo: Loyola, 1986.
- CANCELLI, Elizabeth. *O Mundo da Violência A Polícia na Era Vargas*. Brasília: Edunb Editora Universidade de Brasília, 1993.
- _____. *A Cultura do Crime e da Lei*. Brasília: UNB, 2001.
- CANETTI, Elias. *Massa e Poder*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. *A Consciência das Palavras*. São Paulo: Companhias das Letras, 1990.
- CANOVAS, Marília Dalva Klaumann. *Imigrantes Espanhóis na Paulicéia. Trabalho e Sociabilidade Urbana (1890-1922)*. São Paulo: Edusp, 2009.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em Cena. Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo*. Campinas: Papirus, 1998.

- _____, PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino. Imprensa e Ideologia: o jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.
- _____. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.
- _____. *Os Arautos do Liberalismo: imprensa paulista 1920-1945*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros Proibidos, Idéias Malditas O DEOPS e as Minorias Silenciadas*. 2.^a edição ampliada, São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.
- _____. (org.). *Minorias Silenciadas - História da Censura no Brasil*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- _____. *O Anti-semitismo na Era Vargas*. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- _____. “A Retórica da Intolerância”. In: LEWIN, Helena (org.). *Judaísmo, Memória e Identidade*. Vol. 11. Rio de Janeiro: Ed. Universidade Estadual do Rio de Janeiro.
- _____; KOSSOY, Boris (orgs.). *A Imprensa Confiscada pelo Deops (1924 -1954)*. São Paulo, Ateliê Editorial, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Arquivo Público do Estado, 2003.
- _____; KOSSOY, Boris; SOBRINHO, Fausto Couto(Orgs.).*Catálogo PROIN 10 anos de pesquisas Acervo DEOPS/SP*. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2006.
- _____. (org.). *São Paulo Metrópole das Utopias. Histórias de Repressão e Resistência no Arquivo Deops*, São Paulo: Lazuli/Companhia Editora Nacional, 2009.
- _____; CROCI, Federico (org.). *Tempos de Fascismos. Ideologia, Intolerância, Imaginário*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 2010.
- CARONE, Edgard. *A República Nova (1930-1945)*. 3.^a edição, São Paulo: DIFEL, 1982.
- _____. *O Estado Novo (1937-1935)*. 5.^a edição, São Paulo: DIFEL, 1988.
- CHARTIER, Roger. *A Ordem dos Livros - Leitores, Autores e Bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.
- _____. *Escrever e Apagar. Cultura Escrita e Literatura*. São Paulo: Ed. Unesp, 2007.
- CASTRO, Eduardo Góes de. *Os “Quebra-Santos”. Anticlericalismo e Repressão pelo DEOPS/SP*. São Paulo: Humanitas, 2007.
- CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em Papel e Tinta: Periodismo e Vida Urbana – 1890-1915*, São Paulo: Educ/Imprensa Oficial, 2000.

- CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- DARNTON, Robert. *Edição e Sedição O Universo da Literatura Clandestina no Século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- _____. *O Grande Massacre de Gatos e outros Episódios da História Cultural Francesa*. 2.ª edição, 3.ª reimpressão, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996.
- _____ e ROCHE, Daniel (orgs.) *Revolução Impressa A Imprensa na França 1775-1800*. São Paulo: EDUSP, 1996.
- DEAN, Warren. *A Industrialização de São Paulo (1880-1945)*. São Paulo: Edusp. 1971.
- DECCA, Edgar de. 1930 *O Silêncio dos Vencidos. Memória, História e Revolução*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A Vida fora das Fábricas: cotidiano operário em São Paulo 1920-1934*. São Paul: Paz e Terra, 1987.
- DOPS. *A Lógica da Desconfiança*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado da Justiça/Arquivo Público do Estado, 1996.
- DULLES, John W. Foster. *Anarquistas e Comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1977.
- _____. *O Comunismo no Brasil (1935-1945)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social 1890-1920*. 5ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 91.
- FERREIRA, Maria Nazareth. *A Imprensa Operária no Brasil - 1880-1920*. Petrópolis: Vozes Editora, 1978.
- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1998.
- _____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. *Microfísica do Poder*. 14. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.
- GIDDENS, Anthony. *O Estado-Nação e a Violência*. São Paulo: EDUSP, 2001.
- GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo, Companhia das Letras: 1987.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998.

- GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. 9.^a edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1995.
- _____. *Cartas do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- GUALBERTO, Edney dos Santos. *Vanguarda Sindical: União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo (1919-1935)*. São Paulo: Dissertação de Mestrado – FFLCH/USP, 2009.
- GUIMARÃES, Silvana Goulart. *Sob a Verdade Oficial - Ideologia, Propaganda e Censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero Editora, 1990.
- HADLER, Maria Silvia Duarte. *Sindicato do Estado e Legislação Social: o caso dos gráficos paulistas nos anos 1930*. Campinas: Dissertação de Mestrado – IFCH/Unicamp, 1982.
- HARDMAN, Francisco Foot. *Nem Pátria, Nem Patrão! Memória Operária, Cultura e Literatura no Brasil*. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.
- HOBBSBAWN, Eric J.. *Mundos do Trabalho. Novos Estudos sobre História Operária*. Rio de Janeiro: 3.^a ed. Revista, Paz e Terra, 2000, p.33-53.
- _____. *Pessoas Extraordinárias. Resistência, Rebelião e Jazz*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. 2.^a ed. Revista, São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- _____. *Realidades e Ficções na Trama Fotográfica*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.
- _____. *Os Tempos da Fotografia, o efêmero e o perpétuo*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.
- KHOURY, Yara Maria Aun. *Edgard Leuenroth uma Voz Libertária: imprensa, memória e militância anarco-sindicalista*. São Paulo: Tese de Doutorado – FFLCH/USP, 1988.
- LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos. A Guerra dos Jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MAGALHÃES, Fernanda Torres. *O Suspeito Através das Lentes. O DEOPS e a imagem da Subversão (1930-1945)*. São Paulo: Humanitas/Imprensa Oficial, 2008.
- MAGALHÃES, Luciana Pokorny Odoni. *A Subversão Ilustrada : A Iconografia Caricatural Confiscada pelo DEOPS/SP e a Repressão na Era Vargas (1930-1945)*. São Paulo: Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, 2007.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. (orgs.) *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. *Imprensa e Cidade*. São Paulo: Ed. Unesp, 2006.

_____. *Revistas em Revista. Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República, São Paulo (1890-1922)*. São Paulo: Edusp, 2000.

MONTEIRO, Yara; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (orgs.). *A Doenças e os Medos Sociais*. São Paulo: Unifesp. [No prelo].

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em Guarda contra o Perigo Vermelho: o Anti-Comunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

MUNAKATA, Kasumi. *A Legislação Trabalhista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, Coleção Tudo é História, 1981.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone. *História e Imprensa. Representações Culturais e Práticas de Poder*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e (org.). *Metáforas do Cotidiano*. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 1998.

PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. 1.^a edição, Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

PARRA, Lucia Silva. *Combates pela Liberdade: O Movimento Anarquista sob a Vigilância do Deops/SP (1924-1945)*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2003.

PEREIRA, Wagner Pinheiro. *24 de outubro de 1929. A Quebra da Bolsa de Nova York e a Grande Depressão*. São Paulo: Lazuli/Companhia Editora Nacional, Série Rupturas, 2006.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michel. *A Classe Operária no Brasil 1889-1930 documentos, vol. I O Movimento Operário*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

_____. *A Classe Operária no Brasil, vol. II Condições de Vida e de Trabalho, Relações com os Empresários e o Estado*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PRADO, Antonio Arnoni. (org.). *Libertários no Brasil. Memória, Lutas e Cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RIBEIRO, Mariana Cardoso dos Santos. *Venha o Decreto de Expulsão: a legitimação da ordem autoritária no governo Vargas (1930-1945)*. São Paulo: Dissertação de Mestrado – FFLCH /USP, 2003.

_____. *Expulsão de Estrangeiros: o mito da nocividade no Brasil (1937-1945)*. São Paulo: Tese de Doutorado – FFLCH/USP, 2008.

SANTANA, Marcio Santos de. *Projetos para as Novas Gerações: Juventudes e Relações de Força na Política Brasileira (1926-1945)*. São Paulo: Tese de Doutorado – FFLCH/USP, 2009.

SILVA, Marcos Antônio da. *Rir das ditaduras: os dentes de Henfil (ensaios sobre Fradim – 1971-1980)*. São Paulo: Tese de Livre-Docência em Metodologia da História, FFLCH/USP, 2000.

SILVA, Zélia Lopes da. *A Domesticação dos Trabalhadores nos anos 30*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

SIMÃO, Azis. *Sindicato de Estado*. São Paulo: Dominus Editora, 1966.

TORGAL, Luís Reis; PAULO, Heloisa. (orgs.) *Estados Autoritários e Totalitários e suas Representações*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

THOMPSON, E. P.. *A Formação da Classe Operária Inglesa. I A Árvore da Liberdade*. Rio de Janeiro: 3ª. ed., Paz e Terra, 1997.

ZEN, Erick Reis Godliauskas. *O Germe da Revolução. A Comunidade Lituana sob Vigilância do Deops (1924-1950)*. São Paulo: Humanitas, 2005.

WIAZOVSKI, Taciana. *Bolchevismo e Judaísmo. A Comunidade Judaica sob o Olhar do Deops*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.

_____. WIAZOVSKI, Taciana. *O Mito do Complô Judaico-Cominista no Brasil. Gênese, Difusão e Desdobramentos (1907-1954)*. São Paulo: Humanistas, 2008.